



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO
LETRAS TRADUÇÃO FRANCÊS

BEATRIZ SOUSA BORGES

As Irmãs da Solitude:

Análise e Tradução de *Les Soeurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe* de Arlette Gautier

BRASÍLIA

2023

BEATRIZ SOUSA BORGES

AS IRMÃS DA SOLITUDE:

Análise e Tradução de *Les Soeurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe* de Arlette Gautier

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Letras da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Letras-Tradução Francês, sob a orientação da Profa. Dra. Susana Martínez Martínez

BRASÍLIA

2023

Borges, Beatriz Sousa

BB732i Irmãs da Solitude, Análise e Tradução de
Les Soeurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles
du XVIIe au XIXe de Arlette Gautier /

Beatriz Sousa Borges; orientadora Susana Martínez
Martínez. -- Brasília, 2023.

p.

Monografia (Graduação - Letras Tradução Francês) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Mulheres escravizadas. 2. Maternidade. 3. Antilhas
francesas. 4. História. 5. Tradução. I. Martínez Martínez,
Susana, orient. II. Título.

BEATRIZ SOUSA BORGES

AS IRMÃS DA SOLITUDE:

Análise e Tradução de *Les Soeurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe* de Arlette Gautier

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do grau de bacharelado em Letras Tradução Francês, na Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Susana Martínez Martínez

Aprovado em / / .

Profa. Dra. Susana Martínez Martínez
(LET– UnB)
Orientadora

Prof. Dr. Éclair Antônio Almeida Filho
(LET – POSTRAD – UnB)
Avaliador

Profa. Dra. Josely Bogo Machado Soncella
(LET –UnB)
Avaliadora

RESUMO

O livro *Les Soeurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe* de Arlette Gautier é um levantamento histórico com foco nas mulheres escravizadas e as relações de gênero nas Antilhas Francesas. A autora traça o caminho das primeiras chegadas dos colonos até as revoltas que resultaram nas liberdades das pessoas escravizadas. O presente trabalho se dedica a analisar e traduzir o capítulo sobre a maternidade das escravizadas e mostra a reprodução sistematizada dessas mulheres através das políticas natalistas e populacionistas. Para este trabalho, nos baseamos nas teorias de Benjamin e Berman e nos estudos feministas da tradução para realizar esse trabalho. Ao traduzir esse capítulo procuramos ter a sensibilidade de transportar essa história para o português se mantendo fiel ao estilo de Gautier. Este trabalho contribui para o conhecimento da realidade das mulheres nos processos históricos.

Palavras-chave: Mulheres escravizadas; Maternidade; Antilhas Francesas; História; Tradução.

RÉSUMÉ

Le livre *Les Sœurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe* d'Arlette Gautier est un aperçu historique axé sur le genre des femmes esclaves dans les Antilles françaises. L'auteur retrace les premières arrivées de colons jusqu'aux révoltes qui ont abouti à la libération des esclaves. Cet article est consacré à l'analyse et à la traduction du chapitre sur la maternité des femmes esclaves, qui montre la reproduction systématisée par le biais de politiques natalistes et populistes. L'objectif de ce travail est de transmettre cette histoire par les études féministes sur la traduction et aussi de montrer comment s'est déroulé le processus de traduction. L'auteur retrace le parcours depuis les premières arrivées de colons jusqu'aux révoltes qui ont abouti à la libération des personnes asservies. Cet article est consacré à l'analyse et à la traduction du chapitre sur la maternité des femmes esclaves et montre la reproduction systématisée à travers des politiques natalistes et populistes. Nous nous sommes appuyées sur les théories de Benjamin et Berman et sur les études féministes de la traduction pour mener à bien ce travail. En traduisant ce chapitre, nous nous sommes efforcées d'être sensibles au transport de cette histoire en portugais tout en restant fidèles au style de Gautier. Ce travail contribue à notre connaissance de la réalité des femmes dans les processus historiques.

Mots clés : Femmes asservies ; Maternité ; Antilles françaises ; Histoire ; Traduction

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	18
Tabela 2.....	18

Tabela 3	18
Tabela 4	18
Tabela 5	19
Tabela 6	19
Tabela 7	19
Tabela 8	19
Tabela 9	20
Tabela 10	20
Tabela 11	21
Tabela 12	21
Tabela 13	21
Tabela 14	22
Tabela 15	22
Tabela 16	23
Tabela 17	23
Tabela 18	23
Tabela 19	23
Tabela 20	24
Tabela 21	24
Tabela 22	24
Tabela 23	24
Tabela 24	25
Tabela 25	25
Tabela 26	25
Tabela 27	26
Tabela 28	26
Tabela 29	26
Tabela 30	27
Tabela 31	27
Tabela 32	28
Tabela 33	29
Tabela 34	29
Tabela 35	30
Tabela 36	31
Tabela 37	32
Tabela 38	34
Tabela 39	34
Tabela 40	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	TEXTO FONTE	10
2.1	Da Autora	10
2.2	Do livro	11
2.3	Do capítulo	14
3	Texto alvo	16
3.1	Projeto de Tradução.....	16
3.2	Vocabulário relacionado a maternidade	18
3.3	Vocabulário sobre espaços e habitações	22
3.4	Vocabulários sobre os cargos masculinos.....	25
3.5	Outras dificuldades	27
4	TEORIA DA TRADUÇÃO	30
4.1	RELATÓRIO DE TRADUÇÃO	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dedicou em analisar e traduzir um capítulo do livro *Les Soeurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe* de Arlette Gautier, publicado em 2010. O livro é um apanhado histórico sobre as mulheres escravizadas nas Antilhas Francesas do século XVII ao XIX, Gautier expõe das primeiras chegadas dos colonos, dos primeiros navios negreiros que traziam pessoas escravizadas à força, até as revoltas que resultaram no fim do sistema escravocrata.

Para Gautier, a história das mulheres escravizadas não é um anexo da história da escravatura, na verdade, mostra que a capacidade reprodutiva era alvo das políticas populacionistas. Políticas essas que eram essenciais para esse sistema. A mulher escravizada produz o que o colono mais quer: mão de obra escravizada. Com isso, eles deixariam de pagar para ter mão de obra escravizada.

Solitude foi uma mulher escravizada que virou heroína da resistência de Guadalupe em 1802. Ela nasceu de um estupro, sua mãe foi violentada por um marinheiro no navio negreiro que ia para as Antilhas francesas em 1772. Solitude e sua mãe foram separadas quando um colono a fez de doméstica. Solitude virou doméstica por causa da sua pele mais clara, o ambiente doméstico era superior na hierarquia do trabalho das mulheres escravizadas e isso era uma forma dos colonos segregarem as pessoas escravizadas. Em 1794, depois da Revolução Francesa, a escravatura foi abolida. Solitude ficou liberta desse sistema aos 22 anos e se juntou a uma comunidade em Goyave. Em 1802, Napoleão Bonaparte reestabeleceu o regime colonial, voltando com o sistema escravocrata, cessando a liberdade das pessoas escravizadas. Solitude, grávida de três meses, resistiu e lutou pela sua liberdade. Durante essa resistência ao reestabelecimento do regime colonial, seus companheiros de luta se suicidaram, os sobreviventes foram executados e Solitude ficou presa até dar à luz. No dia seguinte do parto, foi enforcada.

As irmãs da Solitude são as mulheres escravizadas que sofreram esse apagamento histórico. Gautier as chama de Irmãs da Solitude porque não tiveram suas histórias contadas. Seria uma forma de reconhecer as mulheres escravizadas que vieram antes e não viraram heroínas. A tradução desse texto é igualmente uma forma de lembrá-las.

O capítulo escolhido para tradução foi o *Faire Désirer la Maternité*. Após a Guerra dos Sete Anos, a alta mortalidade e baixa natalidade nas Antilhas francesas fez com que os colonos reclamassem da falta de mão de obra escrava. Para impedir essa escassez, os colonos

elaboraram políticas para aumentar a natalidade entre os escravos; uma forma de incentivar esse aumento era a união de pessoas escravizadas, assim como recompensas em dinheiro para as mães e parteiras, ou até mesmo a liberdade, dentro de certas condições. O conteúdo desse capítulo está de certa forma conectado ao destino de Solitude. A prática desses colonos visava a reprodução exaustiva das mulheres escravizadas. O bebê era visto como uma mercadoria. Por esse motivo, mantiveram Solitude viva até que seu filho nascesse.

Dessa forma, este trabalho tenta dar conta de expor um pedaço dessa história através da tradução em português. O capítulo foi escolhido porque consideramos a maternidade um tema central para manutenção do regime colonial, embora não seja tratado com sua devida importância. Os seguintes capítulos tratarão do livro, do capítulo e finalmente do processo tradutório vivido; que é muito mais do que só transportar palavras de uma língua para outra.

2 TEXTO FONTE

2.1 Da Autora

Arlette Gautier é socióloga, pesquisadora, professora da Universidade Bretanha Ocidental, membra do centro de pesquisa *Breton and Celtic* e doutora pela *Ecole des hautes etudes en sciences sociales*. Tem como principal objeto de pesquisa a construção de gênero e família, assim como direitos sexuais e reprodutivos. As teses de Gautier exploram o papel das mulheres em longos períodos e diferentes contextos, que vão da escravidão até o pós colonialismo. Ela se aprofunda nas questões de formação social das Antilhas francófonas, explora seu sistema escravocrata e a suas estruturas familiares, sobretudo a participação das mulheres escravizadas. Para ela, as famílias escravizadas foram um objeto explorado, sobretudo centrado nas suas estruturas e não focadas na mãe. As famílias escravizadas das Antilhas se caracterizam pela multiplicidade das uniões, sua instabilidade, mas no fim das contas o que prevalece é a relação mãe e filho.

As exigências econômicas dos colonos ao longo dos séculos têm como alvo a capacidade reprodutiva e sexual das mulheres escravizadas, assunto pouco explorado nos estudos sobre as Antilhas francófonas. Portanto, Gautier tenta através da sua obra *Les Sœurs de Solitude : Histoire des Esclaves Femmes aux Antilles Françaises*, que posteriormente virou *Les Soeurs de Solitude : Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIX siècle*, colocar as mulheres escravizadas como protagonistas desses estudos.

Sua obra explora as diferenças culturais da França e da África. Com a imposição da cultura cristã europeia, os colonos geraram um apagamento das manifestações culturais africanas, que eram diversas, já que as pessoas escravizadas vinham de diferentes grupos étnicos e regiões. Parte dessa imposição surge porque os colonos acreditavam que a alta mortalidade e baixa fecundidade eram resultado das práticas sexuais dos africanos e das africanas. Os colonos tentavam recompensar o casamento entre escravos com melhores condições, porém que se mostraram muito frágeis na prática. Ofereciam uma hierarquia maior no trabalho, dinheiro e até alojamentos individuais. Através do casamento, a maternidade deveria ser exercitada e igualmente recompensada, às vezes em dinheiro, às vezes em mudas de roupa para a mãe e o bebê. A maternidade das mulheres escravizadas se torna o maior foco das políticas natalistas, elas produziam a coisa mais importante para os colonos: a mão de obra escravizada.

2.2 Do livro

O livro de Arlette Gautier, *Les Soeurs de Solitude: Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIX siècle* é estudo de referência sobre a vida das mulheres escravizadas nas Antilhas francesas: Guadalupe, Martinica e São Domingos, agora Haiti e República Dominicana. Dividida em três partes, explora os efeitos do sistema escravocrata nas mulheres. Traça o caminho desde a origem das primeiras migrações de colonos, os resultados das guerras, das mudanças de poder e das mudanças políticas até as revoltas das mulheres contra esse sistema.

A primeira parte aborda a origem: são as primeiras migrações dos franceses para as Antilhas. Gautier fala sobre as mulheres não escravizadas nesse começo, as mulheres francesas e as mulheres caribenhas originárias. A posição das mulheres francesas era difícil de classificar, os estudos não mostravam se suas vidas eram gloriosas ou miseráveis. Já as mulheres caribenhas, originárias das ilhas, segundo o relato de Dutertre que ficou em Guadalupe de 1640 a 1647, eram mais escravas dos seus maridos do que companheiras, as “mulheres dos selvagens”. As caribenhas faziam todo o trabalho: cuidados domésticos, cuidados maternais, alimentação, elas realizavam trabalhos no campo, cuidavam de plantações pessoais, etc. A sociedade recém-formada nas Antilhas era majoritariamente masculina, se dava pelas relações do mestre com os homens escravizados, era completamente submissa aos costumes de Paris. Os mestres estavam mais preocupados em comprar homens por sua força braçal. Assim, a desproporção entre homens e mulheres escravizados era grande.

A África do século XVII ao XIX se mostra bem diversificada culturalmente. Dentre os grupos étnicos que chegaram nas Antilhas da África, estavam os bambaras, bantus, congos, iorubás, sererês, uolofes, etc. Gautier aponta que na mesma região podiam existir vários costumes diferentes, no entanto, nas Antilhas os mestres reprimiam essa pluralidade cultural que vinha da África. O objetivo era moldar as pessoas escravizadas no modelo europeu e cristão, já que os senhores consideram muitas práticas, principalmente as sexuais, reprováveis.

Em 1640, cinco anos depois das formações das colônias, o jesuíta Bouton escreve que as pessoas escravizadas faziam o que queriam com suas vidas privadas. Os primeiros registros mostram que os europeus ficaram surpresos pela liberdade sexual dos africanos. Gautier coloca em dúvida se desproporção facilitava a libertinagem das mulheres ou se elas eram sistemicamente estupradas, já que elas eram poucas e os homens muitos. Essa prática era repreendida e a tentativa dos colonos de exercitar os casamentos cristãos entre escravizados vai crescendo. Em 1660, as primeiras preocupações natalistas surgem.

A segunda parte desenvolve as maternidades escravizadas, a partir dos casamentos impostos pelos senhores. Os senhores consideravam que a causa da baixa natalidade entre os escravizados era o tétano neonatal, muito comum entre os mesmos, por sua vez, acreditavam ser resultado de práticas sexuais libertinas dos escravizados. Os colonos tentavam impor as normas culturais e sociais cristãs e europeias, impedindo manifestações culturais africanas. A priori, os colonos não se importavam com a maternidade das mulheres escravizadas, muitas vezes elas realizavam os partos em más condições e frequentemente os bebês não sobreviviam: de 1664 a 1671 poucos colonos procuravam transformar as mulheres em máquinas de reprodução, isso levou a existência de um maior número de mulheres sem filhos.

A necessidade de novos escravizados mudou o pensamento dos senhores que buscavam agora formas de incentivar a gravidez através de gratificações e melhores condições na hora do parto. No entanto, as estratégias usadas estavam longe da realidade das Antilhas: as grávidas não eram dispensadas do trabalho, no trabalho de parto as condições permaneciam precárias e depois de parirem elas não recebiam nenhum suporte. Para compensar a falta de tempo das mães para cuidarem dos seus filhos, optou-se que as crianças mais novas fossem cuidadas por velhas escravizadas ou por párocos enquanto as mães trabalhavam. A separação da mãe e do filho era muito frequente, até com crianças mais novas.

No final da segunda parte, Gautier apresenta as relações dos homens brancos com as mulheres negras. Os homens brancos sozinhos tinham todo o poder econômico e social. A posição de poder deles os permitia se aproximar fisicamente das mulheres negras, sem que elas

pudessem se recusar: “Les relations entre les hommes blancs et les femmes noires sont un élément essentiel du rapport spécifique des femmes à l’esclavage, que ce soit en tant qu’élément supplémentaire d’oppression ou que possibilité de sortie du sort commun” (GAUTIER, 2010, p. 136).

A terceira parte do livro trata das armas e das ferramentas. Esse bloco conta com a divisão sexual do trabalho e as mulheres em luta. Na divisão sexual do trabalho nos engenhos, valorizavam o trabalho masculino, já que entre as mulheres aconteciam muitos acidentes. Nas plantações de anil, para tintura, os trabalhos eram desempenhados de forma igual. Nos cafezais, existia uma divisão de trabalhos segundo o sexo, os mais leves eram para as mulheres e os mais árduos para os homens. A diferença do trabalho feminino e masculino dos escravizados sobrepõe a oposição entre resistência e força. O trabalho braçal, de aparato, era dos homens e para as mulheres a função de reprodução e os trabalhos pouco qualificados. A hierarquia do trabalho permitia aos homens de alcançarem certos privilégios, enquanto as mulheres seriam recompensadas pelo seu trabalho reprodutivo.

No capítulo sobre as mulheres em luta, as revoltadas surgiam daquelas que preferiam a morte do que continuarem escravizadas. Elas cometiam suicídios, cortavam os próprios pescoços ou bebiam uma garrafa inteira de Tafiá, bebida com 22% de álcool. O veneno era uma arma muito utilizada. Homens e mulheres eram queimados vivos acusados de envenenar seus senhores; esses casos aumentam em 1750. As mulheres se revoltavam mais com os senhores do que os homens. Elas eram mais corajosas em enfrentar os colonos. Uma outra forma de resistir eram as fugas, nas quais as mulheres participam menos. Os escravizados fugitivos eram chamados de “marrons”: de 1721 a 1770 em São Domingos 122 homens e só 16 mulheres foram “marrons”. *Marronage*, substantivo masculino, significa: “Action, pour un esclave, de s’evader, état d’esclave marron” (CNRTL), ou seja, ação de um escravo escapar. Poucas mulheres eram “marrones” em São Domingos no começo do século XVII; elas participam mais dessas fugas no final do século.

Os homens brancos incentivavam que as pessoas escravizadas entregassem os fugitivos, o bom comportamento dos homens escravizados era recompensado. Além disso, os colonos davam o acesso aos homens negros às armas e às ferramentas, através do trabalho. O trabalho masculino assegurava que os homens escravizados tivessem vantagens materiais, garantindo a superioridade em relação às mulheres escravizadas. Após a revolução haitiana (de 1791 a 1804), a maioria das mulheres acabaram aceitando o monopólio de poder masculino. O trabalho deu o acesso para os homens escravizados às armas e ferramentas que foram usadas na revolução.

2.3 Do capítulo

No começo do século XVII, os colonos não incentivavam nenhuma gravidez, eles estariam mais preocupados com as despesas que uma criança teria. Calculavam o tempo perdido das mães, nos últimos meses da maternidade, e o tempo da amamentação que deixaria elas impossibilitadas de trabalhar, além do dinheiro gasto com uma criança que não teria nenhuma função nos engenhos até os 15 anos de idade. Antes dessa idade, elas são consideradas muito fracas para realizarem qualquer tipo de trabalho. Apesar disso, registros mostram que essas crianças já trabalhavam desde os 7-8 anos, ajudando com a semeadura e com o pasto para os gados: “Ces arguments sont quelque peu exagérés puisque les enfants dès 7-8 ans ramassent des herbes pour les bestiaux, mettent les graines d’indigo dans les trous, etc.” (GAUTIER, 2010, p. 87).

A Guerra dos Sete anos foi um conflito de 1756 a 1763 entre a Inglaterra e a França que foi cessada com o Tratado de Paris de 1763 e cedia territórios para a Inglaterra vitoriosa. O capítulo começa com o fim da Guerra dos Sete anos, quando Guadalupe e Martinica são recuperadas pela França. O período da guerra parou o comércio dos navios negreiros e deixou os colonos à mercê do tráfico, mas os colonos reclamavam que os homens escravizados que chegavam, mesmo depois da guerra, eram fracos e não sobreviviam muito tempo.

Em 1764, os colonos das Antilhas reclamavam da falta de mão de obra escravizada, reclamavam ainda que os escravizados não produziam nada desde que as colônias foram formadas. Porém, a mortalidade alta era resultado das precárias condições dos escravizados, a comida, o trabalho árduo, a moradia e a falta de roupas. A alimentação dos escravizados era basicamente arroz, banana, batata e mandioca; a falta de nutrientes causava igualmente a baixa fecundidade. Apesar disso, os colonos não assumiam a culpa dessa precariedade, ao invés disso, eles culpavam as negras pelas suas práticas sexuais que acreditam levar à baixa fecundidade.

O resultado da guerra, da mortalidade alta, da baixa fecundidade e natalidade, e as exigências dos senhores de escravos, fez surgir uma estratégia dos colonos para incentivar a maternidade das escravizadas, disfarçada de mais humanitária. A atitude de mais humanitária consistia em melhorar as condições das escravizadas na hora do parto, práticas como convocar médicos cirurgiões, ter um espaço apropriado para elas receberem seus bebês e também no pós-parto. Além de melhorar as condições do parto, os colonos buscavam incentivá-las a terem bebês. Por meio de gratificações em forma de dinheiro e roupa para os seus filhos recém-nascidos. As gratificações em dinheiro eram propostas por diferentes colonos das Antilhas.

Os dados mostram que as mulheres evitavam a maternidade e faziam aborto como uma forma de resistência aos senhores, então eram acorrentadas, portavam colares de ferro e eram punidas severamente. Apesar das práticas com correntes e colares de ferro serem raras, as punições para as mulheres que perdiam o bebê, abortavam ou se o bebê nascesse com tétano neonatal eram comuns. O mal de sete dias, ou, tétano neonatal, era uma condição muito frequente entre os nascimentos dos filhos das mulheres escravizadas, e era o mais punido, apesar de ser uma condição a qual a mãe não tinha como controlar. O aborto era igualmente punido, sendo espontâneo ou provocado: os colonos açoitavam a mulher e algumas práticas deixavam a mulher acorrentada e portando o colar de ferro até engravidar novamente. O colono que recomendou as gratificações para as grávidas, Foäche, em 1774, queria que as mesmas fossem punidas caso o bebê não sobrevivesse: “Lorsque l’enfant périt, que la punition de l’accoucheuse soit le fouet et celle de la mère, le fouet et le collier de fer qu’on doit lui laisser jusqu’à ce qu’elle redevienne grosse” (GAUTIER, 2010, p. 112).

Em São Domingos, dois colonos, Delatour e Foäche, começaram a difundir essa ideia de humanidade, que era, na verdade, movida pelo benefício monetário que teriam com uma grande mão de obra escravizada. O poeta Léonard e o senhor Girod de Chantrans incentivavam a gravidez das escravizadas em Guadalupe através de comemorações, festas de batizado e algo parecido com o Dia das Mães. Em 1776, o médico Dazille reportou as terríveis condições dos escravos, nas suas observações das doenças dos negros e suas causas. Para Dazille: “Partout une nourriture insuffisante, le défaut de vêtements et un travail au-dessus de leurs forces font périr le produit annuel de la génération des nègres et l’objet de l’importation” (GAUTIER, 2010, p.88). Então, a falta de nutrientes, roupas e o trabalho excessivo era o que causava a morte e a baixa fecundidade entre os e as escravizadas. Os colonos queriam amenizar essas situações e favorecer a gravidez para que eles tivessem mais mão de obra escravizada e gastassem menos comprando novos escravizados. Antes, em 1774, Delatour foi o primeiro colono a propor recompensa de 15 libras para mãe quando o bebê fosse batizado e mais 15 quando fosse desamamentado. Essa prática foi difundida ao longo das décadas e virou a recompensa mais usada pelos senhores.

Os cuidados com os recém-nascidos ficam em alta a partir de 1784: não colocar as mães para trabalhar arduamente durante a gravidez, como o dono do cafezal Laborie que impedia as mulheres de terem grandes fardos nesse período, abandonando práticas usadas por outros colonos das Antilhas. Os hospitais se multiplicavam nas plantações, incluindo uma sala especial para o trabalho de parto, e as doenças, principalmente as venéreas, estavam sendo mais

cuidadas. Em São Domingos, em 1785, e nas Ilhas Barlavento, em 1786, foi acordado que o horário de trabalho do nascer do sol até meio dia e das 14 horas até o final do dia agora seria diferente para as grávidas: do nascer do sol até às 11 horas e das 13 horas até meia hora antes do sol se pôr. Elas teriam duas horas e meia a mais de descanso do que os outros escravos. Poyen de Sainte-Marie aconselhava que elas parassem de trabalhar com 7 meses de gravidez até o desmame. Esse colono de Guadalupe publicou um livro sobre os conselhos de um velho plantador para novos agricultores, com instruções das práticas de casamento entre escravizados e da maternidade das escravizadas.

A exploração do corpo feminino no sistema escravocrata é frequente; os colonos tinham um objetivo com os corpos das escravizadas: elas tinham de produzir mais mão de obra, não importava se eram capazes ou não. Na realidade, a maioria das mulheres tinha só um filho, às vezes dois. Gautier aponta que os colonos viam essas mulheres como poedeiras. As galinhas poedeiras são aquelas que colocam muitos ovos. Além disso, entre os colonos existiam práticas raras de estábulo humano, lugar para reprodução de cavalos, mas com pessoas escravizadas.

Por fim, conclui-se que a tentativa incansável dos colonos de ter uma grande mão de obra escravizada não beneficiava ninguém além deles mesmos. O dinheiro oferecido para as mães era inferior ao dos próprios colonos ou médicos que ajudavam no parto, as parteiras recebiam pouco por seu trabalho. As propostas eram frágeis e não encantavam nenhuma escravizada da forma que os senhores esperavam. Poucas mulheres nessa condição conseguiam se beneficiar dessas ações. O destino das mulheres que abortavam, espontaneamente ou de forma induzida, ou que perdiam os filhos para o mal de sete dias, eram açoitadas e amordaçadas ou queimadas vivas. As que tinham filhos sobreviventes eram frequentemente separadas deles, apesar do incentivo ao amor materno. Nenhuma dessas situações era humanitária. Nada parecia uma vantagem ou um benefício, só mais trabalho forçado.

3 TEXTO ALVO

3.1 Projeto de Tradução

Antes do trabalho, escolhemos um texto sobre gênero em francês que não tivesse sido traduzido ainda. A escolha foi da professora Susana Martínez Martínez que usou esse texto no capítulo *Silêncios na história silenciada* do livro *Pensando as Américas desde o Caribe*¹. O meu foco principal era fazer um trabalho com um texto sobre gênero ou feminismos que tivesse sido pouco explorado. *Les Soeurs de Solitude* foi escolhido por esses dois motivos: não tinha

sido traduzido ainda e documenta a vida das mulheres escravizadas nas Antilhas francesas, tema menos explorado na escravidão e tampouco desde os estudos feministas.

Primeiramente, lemos o livro inteiro para escolher, destacando partes que nos chamavam a atenção; foram muitas, mas no final decidimos traduzir a parte da maternidade escravizada. O capítulo *Faire désirer la maternité* trata das políticas de incentivo à maternidade através de ações que disfarçavam melhorar a qualidade de vida das mulheres escravizadas. A parte que nos chamou atenção foi a de transformar a mulher escravizada em uma máquina de reprodução da mão de obra escrava explicitamente, recompensá-la com muito pouco dinheiro e com uma liberdade que poderia ser revogada a qualquer momento em troca dos seis ou mais filhos que ela deveria dar para o senhor.

Depois de nos aprofundar nesse capítulo, começamos o processo de tradução. Fizemos uma transcrição completa do capítulo no Word e depois com o texto completo, usamos um *CatTool*, ferramenta de tradução chamada *Smartcat* que possibilita ver o texto de chegada e o texto de partida lado a lado, permite comentários, mostra a porcentagem da tradução e separa o texto em pequenos segmentos textuais.

A primeira versão da tradução foi feita com a ajuda de dicionários online como *Caldas Aulete*, *Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales*, *Larousse* e com tradutores como *DeepL*, *Infopédia*, *Linguee* e *Reverso*, além das sugestões de tradução do *Smartcat*. Depois de concluída, foi revisada pela professora com ajuda do *WorldReference*, do francês para o espanhol, já que o site não tem o par de línguas português francês. Cada segmento foi corrigido, dando início à segunda versão da tradução.

Os vários desafios encontrados durante o processo de traduzir esse texto serão discutidos ao longo deste bloco. Destacamos as dificuldades e nossas escolhas para resolvê-las. Apresentarei vocabulários indispensáveis para o projeto e depois palavras menos frequentes que demandaram igualmente uma pesquisa mais profunda, bem como a comparação do texto de partida em francês e o texto de chegada em português. Busquei palavras que tivessem o mesmo sentido para esse trabalho. Essa parte será dividida em quadros por palavras com o texto original e a tradução. Cada uma terá a palavra em francês, sua definição do dicionário francês, a escolha de tradução e a definição do dicionário em português, usando exemplos do texto de chegada e do texto de partida.

3.2 Vocabulário relacionado a maternidade

O vocabulário da maternidade é extremamente importante para a tradução desse capítulo. O tema central é a maternidade escravizada, portanto apresentarei algumas palavras em francês com suas definições de dicionário lado a lado com a alternativa em português que será usada na tradução final.

Tabela 1

Accouchée	Parturiente
– Femme qui vient d’accoucher (CNRTL)	– Diz-se de mulher ou animal que está prestes a parir, em trabalho de parto, ou que acaba de parir. (Caldas Aulete)

A palavra accouchée vem do verbo accoucher, que significa parir, accouchement é o parto e a mulher responsável por receber o bebê é a accoucheuse, ou seja, parteira.

Tabela 2

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
“En revanche, les récompenses attribuées aux sage-femmes et les conseils adéquats donnés aux jeunes accouchées ont pu avoir des effets positifs.”	“Por outro lado, as recompensas concedidas às parteiras e os conselhos adequados para as jovens parturientes podiam ter efeitos positivos.”

Tabela 3

Accoucheuse, sage-femme	Parteira
– Femme qui habituellement aide à accoucher (CNRTL)	– Mulher que assiste aos partos e ministra primeiros socorros às parturientes. (Caldas Aulete)

As parteiras tinham um papel essencial para a sobrevivência e primeiros cuidados do recém-nascido, quando o bebê nascia com tétano neonatal, as parteiras eram responsabilizadas e punidas, assim como as mães.

Tabela 4

Texto da partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
-------------------------------	--

“Les planteurs en donnent pour preuve l’efficacité des remèdes employés ainsi que l’absence de tétanos chez les enfants blancs et chez les maîtres qui punissent sévèrement les mères et les accoucheuses lorsque les enfants en meurent.”	“Os plantadores dão provas da eficácia dos remédios utilizados assim como a ausência de tétano entre as crianças brancas e entre os senhores, que puniam severamente as mães e as parteiras quando as crianças morriam.”
---	---

Tabela 5

Enceinte	Grávida
– Qui est en état de grossesse. <i>Être enceinte de (qqn)</i> . Attendre un enfant de (quelqu'un) (CNRTL)	– Mulher gestante. (Caldas Aulete)

Tabela 6

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Les négresses enceintes ou nourrices ne travailleront que modérément, après le lever du soleil jusqu’à 11 heures ; elles reprendront à 13 heures et cesseront une demi-heure avant le coucher du soleil.	As negras grávidas ou amas de leite só trabalharão moderadamente, depois do nascer do sol até às 11; elas retomam às 13 horas e pararão meia hora antes do pôr do sol.

Tabela 7

Grossesse	Gravidez
– État d'une femme enceinte et durée de cet état. (CNRTL)	– Estado da mulher, e das fêmeas em geral, em que o feto se desenvolve dentro da mãe; (Caldas Aulete)

Tabela 8

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
-------------------------------	--

“Ils « calculent la perte de temps de la mère pendant la grossesse pendant qu’elle nourrit, laquelle estimée en argent surpasse déjà la valeur de l’enfant...”	“Eles "calculam a perda de tempo da mãe durante a gravidez e durante a amamentação que estimada ultrapassa o valor da criança...”
---	--

O aborto em francês é *fausse couche*, se traduzimos literalmente seria um “falso parto”. No livro esses abortos não apresentam a distinção de aborto provocado ou involuntário porque pela perspectiva dos colonos todo aborto era provocado pelas mulheres escravizadas até que fosse provado o contrário. Portanto traduzimos apenas como aborto.

Tabela 9

<i>Fausse couche</i>	<i>Aborto</i>
– <i>Fausse couche</i> . Avortement involontaire. <i>Elle fit un jour une fausse couche en tombant dans l'appartement ivre morte</i> (CNRTL)	– Ação ou efeito de abortar; abortamento – Interrupção natural de uma gravidez – Ação ou resultado de provocar o fim e uma gravidez (Caldas Aulete)

Tabela 10

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
“La négresse déclarée grosse et reconnue pour telle qui fait une fausse couche sans le déclarer doit être punie du fouet et du collier de fer jusqu’à ce qu’elle redevienne grosse.”	“A negra declarada grávida e reconhecida por ter feito aborto sem o declarar deve ser punida de e com colar de ferro até que ela volte a ficar grávida.”

As nourrices são mulheres escravizadas que amamentam sua própria criança ou uma outra criança, no texto não temos a informação se toda nourrice era encarregada de amamentar outra criança. No Brasil, o termo ama de leite remete à essa função de amamentar outra criança, no entanto, a definição mostra que a ama leite é uma mulher encarregada de amamentar alguma criança.

Tabela 11

Nourrice	Ama de leite
– Femme qui nourrit un enfant. – Femme qui nourrit un enfant de son lait. <i>Nourrice sur lieu(x)</i>. Femme qui nourrit l'enfant d'une autre à domicile. (CNRTL)	– Mulher encarregada de amamentar alguma criança: Ama <i>de</i> leite. (Caldas Aulete)

Tabela 12

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Les négresses enceintes ou nourrices ne travailleront que modérément, après le lever du soleil jusqu'à 11 heures ; elles reprendront à 3 heures et cesseront une demi-heure avant le coucher du soleil...	As negras grávidas ou amas de leite só trabalharão moderadamente, depois do nascer do sol até às 11; elas retomam às 3 horas e param meia hora antes do pôr do sol.

Mal de mâchoire

Nos dicionários monolíngues em francês usados neste trabalho não há definição para a expressão *mal de mâchoire*, mas a autora do texto, Arlette Gautier, explica que “Le nom médical du mal de mâchoire est le tétanos ombilical” (GAUTIER, 2010, p.98), o nome científico seria tétano neonatal, doença infecciosa grave que acomete recém-nascidos, associada a esterilização de ferramentas para o parto ou do umbigo. O *mal de mâchoire* seria um dos sintomas do tétano neonatal, aquele de constringir o maxilar, o que impede os bebês de amamentarem. No Brasil, o nome popular do tétano neonatal é mal de sete dias.

Tabela 13

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Les châtiments les plus effrayants ont été employés en conséquence contre les mères dont les enfants sont morts du mal de mâchoire . Un grand nombre de ces	Os castigos mais são assustadores são contra as mães cujas crianças morreram do mal de sete dias . A maioria delas infelizmente

malheureuses a péri dans les flammes, d'autres ont expiré dans des supplices plus lents	morreram queimadas, as outras faleciam em torturas mais lentas.
---	---

3.3 Vocabulário sobre espaços e habitações

O vocabulário dos espaços traz os lugares onde os escravizados trabalhavam e habitavam. A maioria das pessoas escravizadas faziam trabalho braçal nas plantações de café, cana de açúcar e índigo.

Apesar de existir a equivalência entre atelier em francês e ateliê em português, remetemos a um ambiente de artesãos, mas na obra o sentido é outro. O sentido era o de um local de trabalho que não era exatamente nas plantações, onde a maioria do trabalho escravizado acontecia. Por esse motivo, optamos pela escolha de opifício para manter a fidelidade ao sentido que Gautier tentar passar.

Tabela 14

Atelier	Opifício
– Local où plusieurs ouvriers sont rassemblés pour travailler; secteur d'une entreprise où s'exécutent les tâches matérielles de fabrication et de réparation, par opposition aux bureaux, aux entrepôts, etc. (CNRTL)	– Trabalho; fatura; construção. a; (Caldas Aulete) Do latim <i>opificium</i> , 'execução de uma obra ou trabalho' (Oxford)

Tabela 15

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
“Les colons ne peuvent plus attendre la montée des enfants dans les grands ateliers...”	“Os colonos não podiam mais esperar o desenvolvimento de crianças nos grandes opifícios...”

Tabela 16

Bourgs	Aldeia
– Agglomération rurale moins importante que la ville où se tient ordinairement le marché des villages environnants (CNRTL)	– Pequena povoação, menor que a vila.; povoado (Caldas Aulete)

Tabela 17

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Dans les bourgs avec une bonne police, on pourrait y tenir la main ; dans les habitations qui sont dispersées, dans les campagnes, la police est fort difficile. Un seul moyen : former dans les bourgs de chaque quartier...	Nas aldeias com uma boa polícia, poderia ser controlado; nas casas que são dispersas nos campos, o policiamento é mais difícil. Só existe um meio: Formar nas aldeias de cada colônia...

Os indigueiros são plantações de índigo, planta da qual se extrai matéria prima para a tintura.

Tabela 18

Indigoterie, indigotier	Plantação de índigo, indigueiro
– Terre sur laquelle on cultive les indigotiers. – Usine dans laquelle on prépare l'indigo. – Arbuste des pays chauds de la famille des légumineuses papilionacées des feuilles duquel on extrait l'indigo. – Ouvrier travaillant dans une indigoterie (CNTRL)	– Designação comum, extensiva a diferentes plantas do género <i>Indigofera</i> , da família das Leguminosas, próprias de regiões tropicais e subtropicais, das quais se extrai o índigo ou anil, sendo também conhecidas por anileira, índigo, indigoteiro, etc. (Caldas Aulete)

Tabela 19

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Ainsi sur la sucrerie de Foäche où il y a 282 hommes et 201 femmes ou sur l' indigoterie	Assim era no engenho de Foäche, onde tinha 282 homens e 201 mulheres, ou no

Belin-Desmarais dont le gérant n'achète que des hommes vu le travail qu'il y a à faire	indigueiro Belin-Desmarais, cujo feitor só comprava homens, visto o trabalho que fariam.
--	---

Tabela 20

Habitation	Habitação, Vivenda, Distrito
– Fait d'habiter un endroit de façon durable. – Lieu (clos) couvert où l'on habite. (CNRTL)	– Lugar onde se vive; casa; habitação; moradia; residência; (Caldas Aulete)

Tabela 21

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Sur l' habitation Montrouis, une femme nourrice et de deux à quatre femmes enceintes sont exemptées de travail du 1 ^{er} février 1790 au 31 janvier 1791	No distrito Montrouis, uma ama de leite e de duas a quatro grávidas foram isentas de trabalho de 1º de fevereiro de 1790 até 31 de janeiro de 1791

Tabela 22

Plantation	Plantação
– Action de planter; résultat de cette action. – Action d'enfoncer quelque chose dans la terre; résultat de cette action (CNRTL)	– Ação ou resultado de plantar; plantio; semeadura – Terreno plantado; lavoura; lavra; roçado; seara – Aquilo que se plantou; lavoura; lavra (Caldas Aulete)

Tabela 23

Texto de chegada (francês)	Texto de partida (português brasileiro)
“« De nombreuses femmes esclaves ont eu un statut privilégié sur la plantation »” (p. 224).	"Muitas escravas tinham um status privilegiado na plantação " (p. 224)

Tabela 24

Sucrierie	Engenho de açúcar
– Établissement où l'on extrait le sucre de la betterave, ou de la canne à sucre; <i>p. ext.</i> , établissement où on raffine le sucre. Industrie sucrière. (CNRTL)	– Bras. Moenda de cana-de-açúcar – Bras. Fazenda onde se cultiva cana e fabrica açúcar (Caldas Aulete)

Tabela 25

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
“Ainsi, à Saint-Domingue, le personnel de la sucrierie Cottineau est entièrement renouvelé de 1760 à 1778”	“Assim, em São Domingos, o pessoal do engenho Cottineau é inteiramente renovado de 1760 a 1778”

3.4 Vocabulários sobre os cargos masculinos

Essa parte apresenta os cargos dos colonos na sociedade escravocrata. A maioria são posições que só os colonos poderiam ter, com exceção da capatazia que poderia ser conquistada pelos homens escravizados.

Tabela 26

Commandeur	Capataz
Un commandeur est un individu chargé de diriger un groupe d'esclaves travaillant sur les plantations coloniales. (Wikipédia)	– Chefe de grupo de trabalhadores – Administrador de fazenda – Encarregado de capatazia – Pessoa que atua como subchefe (Caldas Aulete)

A escolha de tradução foi feita para mostrar que um homem escravizado conseguiria atingir o cargo de capataz por seu bom comportamento que resulta igualmente na sua liberdade.

Tabela 27

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Un de ces commandeurs , Bernard, sera affranchi pour son comportement contre les « brigands » en 1793 et pour les soixante enfants qu'il aura sur la plantation	“Em 1793, um desses capatazes , Bernard, foi libertado pelo seu comportamento contra "os bandidos" e pelos sessenta filhos que ele teve na plantação”

Os feitores estão acima dos capatazes, seu cargo é maior, como administrador dos engenhos, mas abaixo dos senhores de escravos.

Tabela 28

Gérant	Feitor
– Personne chargée de gérer une affaire pour le compte d'autrui et moyennant une rémunération (salaire ou participation aux bénéfices) – Gérant (de société). Personne chargée d'administrer une société civile, en nom collectif, en commandite ou à responsabilité limitée ou encore, une coopérative” (CNRTL)	– Bras. Hist. Capataz de fazenda com mão de obra escrava – Pessoa que administra bens alheios (Caldas Aulete)

Tabela 29

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
“Le motif invoqué sur l’habitation Bretton-Deschappelles est l’encouragement à terme de la population mais le gérant d’une caféière aux Matheux explique que les pertes d’Africaines sont moins grandes.”	“O motivo apresentado na plantação Bretton-Deschappelles é encorajar a população, mas o feitor de um cafezal no Matheux explica que as perdas de Africanas são menores.”

O senhor de escravo é a pessoa que compra e vende mão de obra escravizada, são donos dos cafezais, engenhos e indigueiros. Na hierarquia de cargos o senhor é quem está acima e comanda o resto, feitores e capatazes são seus subordinados.

Tabela 30

maître	Senhor
– Personne qui a un pouvoir de domination sur les êtres ou les choses. – Personne qui a quelqu'un sous sa dépendance, sous son autorité. – Celui, celle qui a quelqu'un à son service (CNRTL)	– Dono, proprietário (<u>senhor</u> feudal; <u>senhor</u> de engenho) – Soberano, chefe (Caldas Aulete)

Tabela 31

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
“Ainsi le fait de n’occuper les femmes enceintes qu’aux travaux les moins pénibles les derniers temps de la grossesse : le planteur caféier Laborie empêche les femmes enceintes de porter des fardeaux trop lourds, ce qui renseigne sur les pratiques antérieures des maîtres !”	“Alguns parecem óbvios. Assim, surge o fato de as mulheres grávidas apenas desempenharem trabalhos mais leves nos últimos momentos da gravidez: o senhor do cafezal Laborie impede as grávidas de pegarem fardos mais pesados, isso explica as práticas anteriores dos senhores de escravos!”

3.5 Outras dificuldades

Este bloco trata das outras dificuldades que tivemos durante a experiência tradutória, principalmente aqui explicarei o porquê de não aproximar o texto para a realidade do Brasil. O vocabulário deste bloco traz termos que decidi manter na língua original e explicar seu significado ao invés de buscar um possível equivalente em português: “No two languages are ever sufficiently similar to be considered as representing the same social reality. The worlds in

which different societies live are distinct worlds, not merely the same world with different labels attached”. (BASSNETT, 1980 p. 34 apud SAPIR, 1930)

Além disso, para Walter Benjamin, “a fidelidade na tradução da palavra isolada quase nunca é capaz de reproduzir plenamente o sentido que elas possuem no original” (BENJAMIN, 1921 p. 76; tradução: Kampf Lages, 2001). Apesar de serem similares, apresentarem lugares, plantações e um sistema escravocrata parecido, existia uma diferença social, histórica e cultural entre o Brasil e as Antilhas durante o período colonial: os dois sistemas tinham suas especificidades, assim como colonizadores diferentes.

Deste modo, não optei por traduzir *marronage* por quilombo. No Brasil, em 1740, o Conselho Ultramarino definiu quilombo como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHMITT *et al*, 2002. p. 3). Schmitt *et al* defendem que essa definição clássica do quilombo, que se perpetuou até os meados dos anos 70, precisa se atualizar e que é necessário redimensionar o próprio conceito de quilombo, já que essa definição clássica não abrange as comunidades quilombolas na atualidade. Por outro lado, nas Antilhas francesas, o termo *marron* remete a uma pessoa escravizada que fugiu, então a *marronage* seria a fuga. Portanto, não seria equivalente ao quilombo, já que o quilombo seria um espaço de refúgio nesse contexto, enquanto *marronage* seria a situação em que a pessoa escravizada fugitiva se encontrava. Por isso, escolhemos não domesticar o texto, ou seja, aproximá-lo da realidade brasileira. O termo permanece como no original com a explicação dele em nota de rodapé.

Tabela 32

Marron	Quilombola
– [En parlant d'un animal domestique] Qui, s'étant échappé, est retourné à la vie sauvage. – [En parlant d'un esclave noir des colonies d'Amérique, notamment] Qui s'est enfui dans les bois afin de vivre en liberté. (CNRTL)	– Escravo ou escrava refugiados em quilombo. (Caldas Aulete)
Marronage, Marronnage	Quilombo
– [En parlant d'un animal domestique] Qui, s'étant échappé, est retourné à la vie sauvage.	– Bras. Hist. Lugar escondido ou fortificado em que se refugiavam escravos fugidos.

Marron(n)age, (<i>Marronage, Marronnage</i>) subst. Masc. Action, pour un esclave, de s'évader; état d'esclave marron (CNRTL)	(Caldas Aulete)
---	-----------------

Marronage é igualmente usado para animais que fugiram do ambiente doméstico e retornaram para a vida selvagem. É importante observar essa comparação das pessoas escravizadas com os animais selvagens, porque era uma prática recorrente para definir pessoas escravizadas. Na obra analisada neste trabalho, existem vários exemplos que mostram essa prática na época.

Tabela 33

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
mais elle est importante par rapport aux 8 livres données à l'esclave qui prend un nègre marron , c'est-à-dire fugitif, c'est une récompense importante pour un esclave mais pas extraordinaire	a comparação é importante as 8 libras dadas ao escravo que prende um negro marron , quer dizer fugitivo, uma recompensa importante para um escravo, mas não extraordinária.

Outro exemplo da dificuldade de traduzir esse texto foi o termo *libres de savane*. *Libres de savane* são antigos escravizados que se libertam dos senhores, mas essa liberdade não era regularizada. Assim, é diferente da carta de alforria no Brasil, a qual precisava de aprovação jurídica e a pessoa beneficiada deveria andar com esse documento para comprovar sua liberdade. Escolhemos traduzir por liberdade de savana porque a própria autora explica do que se trata no texto, não necessitando então da inclusão de uma explicação do termo em notas de rodapé.

A definição de *libres de savane* em *L'esclave ou l'étranger absolu*. Un état juridique nouveau, né dans la plantation esclavagiste à l'époque moderne de Florence Gauthier, diz que essa liberdade era condicional e a pessoa escravizada não saía da fazenda do seu antigo senhor.

Tabela 34

Libres de savane

“La *liberté de savane* qui n’était pas reconnue juridiquement et qui ne conférait pas l’hérité de cette liberté. Le libre de savane n’avait pas le droit de sortir de la plantation et restait tributaire des bonnes dispositions de son maître, qui maintenait son pouvoir sur lui, par la simple menace de le faire rétrograder dans le groupe des esclaves”. (GAUTHIER, F. 2009. p. 308)

Tabela 35

Texto de chegada (francês)	Texto de partida (português brasileiro)
La liberté qui leur est proposée est de « savane », c’est-à-dire non officielle, cette dernière étant taxée. Surtout cette liberté de savane dépend du comportement de l’esclave dont Foäche espère ainsi acquérir le soutien.	A liberdade que é proposta para elas é a de “ savana ”, quer dizer não oficial, tributada. Sobretudo, essa liberdade de savana depende do comportamento do escravo, do qual Foäche espera adquirir o apoio.

Os trechos foram selecionados para mostrar as escolhas tradutórias com as definições dos dicionários. Aqueles trechos que precisaram mais do que essas definições abraçam o pensamento de Paulo Rónai, no que diz que: “Naturalmente, os bons dicionários como esse registram em separado as diversas acepções de um vocábulo; mas para tirar deles o proveito possível cumpre ter boa dose de desconfiança, que só se adquire no decorrer de longa prática” (RÓNAI, 2012 p. 15). Parte dessa desconfiança foi necessária para as escolhas finais da tradução.

Este capítulo buscou mostrar parte do processo de pesquisa, as dificuldades que encontramos durante o caminho e nossas saídas. Cada vocabulário foi importante para a construção da tradução final, pois estão ligados ao conteúdo do livro e à época colonial. Portanto, nossas escolhas tentaram acolher a outra língua, culturalmente e historicamente, para permanecer fiel ao original na medida do possível.

4 TEORIA DA TRADUÇÃO

Este capítulo apresenta as teorias da tradução que usamos para o trabalho e para nos guiar nas escolhas tradutórias, a experiência tradutória e as reflexões tiradas dela. Assim, nos

apoiaremos nos textos de Benjamin, Berman e nas teorias feministas da tradução para justificar essas escolhas.

Em primeiro lugar, a obra *Die Aufgabe des Übersetzers*, escrita por Walter Benjamin e traduzida como “A tarefa-renúncia do tradutor” por Susana Kampff Lages em 2001, introduz o pensamento filosófico da tradução. A tradução não é a obra, mas é nela que uma obra sobrevive, mesmo sem significar nada para o original; o autor tenta definir a tarefa do tradutor a partir dessa reflexão. “Essa tarefa consiste em encontrar na língua para qual se traduz a intenção, a partir da qual o eco do original é nela despertado” (BENJAMIN, 1921; tradução Kampf Lages, p. 74-75).

Benjamin, após definir a posição da tradução diante da sua obra original, constrói o pensamento da tarefa do tradutor. Para ele, liberar a língua do cativeiro por meio da recriação é a tarefa do tradutor. Essa tarefa implica a existência da renúncia. “Se é verdade que fidelidade e liberdade na tradução desde sempre foram consideradas tendências contraditórias, mesmo essa interpretação mais profunda de uma parece não ser capaz de conciliá-las a ambas; pelo contrário, parece retirar toda a legitimidade da outra” (BENJAMIN, 1921; tradução Kampf Lages, p.78). A renúncia existe porque uma tradução não consegue ser completamente livre ou fiel, deve abrir mão da liberdade e da fidelidade, mas não por completo, as duas devem fazer parte da “tarefa-renúncia”.

Pessoalmente, a tarefa-renúncia de traduzir *Les Soeurs de Solitude* foi a de tentar ser imparcial da mesma forma que a autora fez ao mostrar os dados históricos sobre as mulheres. Essa escolha gera uma repulsa maior porque Arlette Gautier, a autora, não explicita qual era o sentimento das mulheres escravizadas, mesmo mostrando que suas vidas eram um sofrimento interminável, a mulher objeto das políticas humanitárias não tem voz.

Tabela 36

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Un mémoire de 1788 affirme que fouet et carcan de fer sont les méthodes des maîtres les moins sévères. « Les châtiments les plus effrayants ont été employés en conséquence contre les mères dont les enfants sont morts du mal de mâchoire. Un grand nombre de ces malheureuses a péri dans les flammes, d'autres ont expiré dans des supplices plus lents. »	Um memorial de 1788 afirma que o açoite e o colar de ferro são os métodos dos senhores menos severos. "Os castigos mais assustadores são contra as mães cujas crianças morreram do mal de sete dias. A maioria delas infelizmente morreram queimadas, as outras faleciam em torturas mais lentas."

Antoine Berman baseia a sua obra “A Tradução e a Letra ou Albergue do Longínquo” (1991) na teoria de Benjamin e tem como fundamento a avaliação da tradução em dois critérios: a poeticidade e a eticidade. A eticidade reside no original, portanto, o ato ético consiste em reconhecer e em receber o Outro, o Estrangeiro e acolhê-lo. Além disso, a eticidade estipula a criatividade exigida pela tradução “que deve colocar-se inteiramente ao serviço da reescrita do original na outra língua, e nunca produzir uma sobre-tradução determinada pela poética pessoal do tradutor” (BERMAN, 1991, p 39). O projeto poético está em levar o Outro às margens da língua para qual se traduz, na sua estranheza, tendo que sacrificar sua “poética” própria.

O presente projeto de tradução tenta se atentar para esses dois critérios, manter a poeticidade na tradução, ou seja, no texto em português, mas acolhendo o texto de partida, em francês, assim como tenta ser fiel às escolhas de Gautier, principalmente a de causar, de certa forma, uma repulsa na leitura, mediante um estilo distante para relatar com crueza os fatos e a vida das mulheres escravizadas nas Antilhas francesas.

Tabela 37

Texto de partida (francês)	Texto de chegada (português brasileiro)
Lorsque l'enfant périt, que la punition de l'accoucheuse soit le fouet et celle de la mère, le fouet et le collier de fer qu'on doit lui laisser jusqu'à ce qu'elle redevienne grosse ;	Quando morre o bebê, que a punição da parteira seja o açoite e da mãe, seja o açoite e o colar de ferro que deve ficar nela até engravidar novamente;

A luz das teorias de Berman, o processo de acolhimento da língua estrangeira é resgatado nas teorias feministas da tradução. Em “Translocalidades: por uma política feminista da tradução”, de Cláudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez, procura-se articular o feminismo com a tradução. Para as autoras:

Se falar já implica traduzir e se a tradução é um processo de abertura à/ao outra/o, podemos dizer que seu contexto é de hospitalidade. Nele, a identidade e a alteridade se misturam, tornando o ato tradutório um processo de deslocamento. Na tradução, há a obrigação moral de nos desenraizarmos, de vivermos, mesmo que temporariamente, sem teto para que a/o outra/o possa habitar, também provisoriamente, nossos lugares. Traduzir significa ir e vir (ALVAREZ e COSTA, 2009. p.739).

As escolhas tradutórias desse trabalho procuram se aproximar da teoria feminista da tradução a partir do pensamento que deve existir um dever moral do tradutor em acolher a

língua estrangeira, ou seja, se abrir para o Outro, se deslocar, ficando sem lar para o Outro residir provisoriamente. Somando a teoria feminista, a *Tradução Viva*, de Paulo Rónai, traz a perspectiva de que um bom profissional tentará se familiarizar com os costumes, história, além de se munir da cultura geral.

Para essa tradução estamos considerando mais de duas culturas, que seriam as línguas do texto de partida e do texto de chegada: cultura francesa dos colonos, a cultura africana das pessoas escravizadas, a mistura dessas duas nas Antilhas e por fim, a cultura brasileira do texto traduzido. Considerando todos esses aspectos, a tradução tenta ao máximo se aproximar do estilo da autora.

A escolha do livro *Les Soeurs de Solitude Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe* foi feita por causa da falta de tradução e da temática feminista. A primeira versão da tradução foi feita como forma de estruturar o texto. Posteriormente, depois da leitura cuidadosa, foram realizadas mudanças devidas a reflexões de pesquisas de cultura, contexto e vocabulário, além do apoio das teorias da tradução que ajudaram a esclarecer essas escolhas.

4.1 RELATÓRIO DE TRADUÇÃO

Antes da tradução, foi feita a leitura do livro para escolha do capítulo. Tínhamos a versão impressa do livro e foi feita uma transcrição do capítulo inteiro escolhido. A partir da versão transcrita no programa de software *word*, colocamos o documento na plataforma *Smartcat* e fizemos as primeiras versões da tradução. Após a versão da tradução inteira, com o texto traduzido íntegro, foi feita uma última revisão para o resultado final da tradução.

Parte da dificuldade desse processo de traduzir estava em enxergar o texto inteiro, já que a plataforma de tradução separava o texto em segmentos. Então, após as primeiras correções do texto inteiro, que chamaremos de primeira versão, foram feitos os primeiros ajustes para a segunda versão: a versão final da tradução.

Logo no começo do capítulo, encontramos alguns desafios. A história começa com o fim da Guerra dos Sete Anos e explica sobre a negociação dos franceses com os ingleses, em que eles oferecem alguns “arpentes” do Canadá. Esse primeiro desafio foi solucionado com a inclusão de uma nota de rodapé explicando que arpeente é uma unidade de comprimento ou de área.

Tabela 38

Original	1ª versão	2ª versão
1764 : la date relève de l'histoire militaire et politique des îles françaises : la Guadeloupe et la Martinique, passées sous contrôle anglais en 1759 et en 1762 à la suite de la guerre de sept ans, sont rendues à la France, en février 1763 au traité de Paris, contre les « quelques arpents de neige » du Canada, qui vont à l'Angleterre victorieuse.	1764: data que revela a história militar e política das ilhas francesas: Guadalupe e Martinica estavam sob controle inglês em 1759 e em 1762 , como resultado da Guerra dos Sete Anos, foram devolvidas para França em fevereiro de 1763 com o Tratado de Paris, em troca de "alguns terrenos de neve" do Canadá que vão para Inglaterra vitoriosa.	1764: data que revela a história militar e política das ilhas francesas: Guadalupe e Martinica estavam sob controle inglês de 1759 até 1762 , como resultado da Guerra dos Sete Anos, foram devolvidas para França em fevereiro de 1763 com o Tratado de Paris, em troca de "alguns arpentes ¹ de neve" do Canadá que vão para a Inglaterra vitoriosa.

Ao longo do capítulo, mais dificuldades foram aparecendo além dessas do vocabulário e das que necessitaram uma explicação em forma de rodapé. Parte da nossa dificuldade estava em tentar se manter fiel ao estilo da autora do original em francês, ao mesmo que esperar atingir a poeticidade necessária para a tradução em português.

Tabela 39

Original	1ª versão	2ª versão
« Les femmes esclaves qui auraient engendré en légitime mariage et nourri cinq enfants de leur couleur existants en même temps dont le plus jeune aurait sept ans faits et l'aîné travaille au jardin. »	"Mulheres escravas que estavam envolvidas em um casamento legítimo e que alimentaram cinco filhos da sua cor tendo o mais novo sete anos completos e o mais velho trabalhando no jardim."	"Mulheres escravas que estavam envolvidas em um casamento legítimo e que alimentaram cinco filhos da sua cor tendo o mais novo sete anos completos e o mais velho trabalhando no jardim seriam dispensadas do trabalho. "

Tentamos deixar mais compreensíveis trechos, da melhor forma possível, no exemplo da tabela acima incluímos na tradução algo que não faz parte do original, mas que entendemos que contribui para uma melhor compreensão do contexto. No segmento seguinte podemos ver que estamos falando com que idade as pessoas escravizadas estão parando de trabalhar, portanto a condição para uma mulher ser dispensada é essa de estar casada com cinco filhos crescidos.

Tabela 40

Original	1ª versão	2ª versão
« Les femmes esclaves qui auraient engendré en légitime mariage et nourri cinq enfants de leur couleur existants en même temps dont le plus jeune aurait sept ans faits et l'aîné travaille au jardin. » Les non-créoles auraient dû travailler trente ans sans désertion et les Créoles de quarante à cinquante ans. Ce serait « peut-être un moyen de faire cesser le tétanos ». Les Africaines pourraient être libérées à 47 ans et les autres à partir de 57 ans, si elles avaient eu leur premier enfant à 20 ans.	"Mulheres escravas que estavam envolvidas em um casamento legítimo e que alimentaram cinco filhos da sua cor tendo o mais novo sete anos completos e o mais velho trabalhando no jardim." Os não crioulos deveriam trabalhar trinta anos sem intervalo e os Crioulos de quarenta a cinquenta anos. Essa seria "uma forma de talvez cessar o tétano" Essa seria "uma forma de talvez cessar o tétano". As africanas podiam ser liberadas aos 47 anos e as outras a partir de 57 anos, caso elas tivessem o primeiro filho aos 20 anos.	"Mulheres escravas que estavam envolvidas em um casamento legítimo e que alimentaram cinco filhos da sua cor tendo o mais novo sete anos completos e o mais velho trabalhando no jardim seriam dispensadas do trabalho. " Os não crioulos deveriam trabalhar trinta anos sem intervalo e os Crioulos de quarenta a cinquenta anos. Essa seria "uma forma de talvez cessar o tétano" As africanas podiam ser liberadas aos 47 anos caso elas tivessem o primeiro filho aos 20 anos e as outras, a partir dos 57 anos.

Vários trechos foram reescritos, reestruturados para melhorar a recepção da tradução. Dessa forma, tentamos iluminar os trechos da melhor maneira. Além da inclusão de notas de rodapé com informações extras, a tradução tenta acolher o original mantendo seu sentido. Tentamos preservar igualmente a cultura das Antilhas francesas no século XVII ao XIX.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura do livro, consideramos que o livro é um apanhado histórico, portanto o estilo da autora é de não demonstrar sua opinião pessoal sobre os acontecimentos históricos durante o capítulo. Gautier reserva um espaço à parte dos dados para suas conclusões e opinião. Essa é uma forma de enxergarmos que apesar do tema central serem as mulheres escravizadas nas Antilhas, vemos a história através das decisões dos colonos.

O desconforto que o livro causa parece ser proposital, a exploração do corpo feminino escravizado é mostrada de uma forma explícita e deixa claro que elas eram vistas como mercadoria, assim como os filhos que deveriam ter. A expectativa de reprodução em massa foi

pensada para substituição da mão de obra escravizada. Esse movimento de pensar políticas que favorecessem a maternidade foi resultado da alta mortalidade nas Antilhas devido às condições precárias das pessoas escravizadas, como falta de vestimenta, alimentos, as torturas e o trabalho desgastante.

A promessa de melhores condições para a gestação, parto e depois durante a amamentação eram as mais frágeis possíveis. Os dados mostram que a maioria das mulheres escravizadas não tinha mais de dois filhos, portanto, a liberdade concedida para as que criassem seis filhos era pouco atingida. As políticas populacionistas não funcionaram de acordo com a expectativa dos colonos.

Ao longo da leitura entramos em contato pela primeira vez com essas informações; apesar disso, procuramos ter a sensibilidade de transportar essa história para o português de forma fiel ao original. Nossa tradução tentou dar conta de transparecer essas informações de forma evidente.

O presente trabalho se esforçou para realizar uma análise profunda do capítulo sobre a maternidade para realizar sua tradução. Tentamos acolher a outra língua e todo o contexto cultural e histórico das Antilhas francesas. Ao longo da leitura entramos em contato pela primeira vez com essas informações; apesar de ser um assunto novo, procuramos ter a sensibilidade de transportar essa história para o português de forma fiel ao original. Nossa tradução tentou dar conta de transparecer essas informações de forma evidente. Tivemos como finalidade aproximar a teoria feminista da tradução dos estudos de gênero ao mostrar a história marginalizada das mulheres escravizadas, apontando que o papel delas é pouco discutido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABORTO. *In*: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/aborto>. Acesso em: 1 dez 2023

ACCOUCHÉE. *In*: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/accouchee>. Acesso em: 28 nov 2023

ACCOUCHEUSE. *In*: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/accoucheuse>. Acesso em: 28 nov 2023

ALDEIA. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/aldeia>. Acesso em: 1 dez 2023

AMA DE LEITE. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/ama%20de%20leite>. Acesso em: 1 dez 2023

ATELIER. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/atelier>. Acesso em: 28 nov 2023

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. *Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13–56, jul. 2014.

BASSNETT, Susan. *Translation Studies*. Routledge, 2013

BENJAMIN, Walter. *Die Aufgabe des Übersetzers*, 1921; Tradução Susan Kampf Lages. Editora Vozes, 2001.

BERMAN, Antoine. *La traduction et la lettre, ou l'auberge du lointain*. A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo. [Editora] 1991

BOURGS In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/bourgs>. Acesso em: 1 dez 2023

COMMANDEUR. In: Wikitionnaire, Wikipédia. Disponível em: https://fr.wiktionary.org/wiki/commandeur_d%E2%80%99esclaves. Acesso em: 5 dez 2023

CAPATAZ In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/capataz>. Acesso em: 1 dez 2023

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e Tradução Cultural: Sobre a Colonialidade do Gênero e a Descolonização do Saber e a Descolonização do Saber. *Portuguese Cultural Studies Vol. 4*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2012

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 579-586, 2013.

COSTA, C. DE L.; ALVAREZ, S. E. Translocalidades: por uma política feminista da tradução. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 739–742. 2009.

ENCEINTE. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/enceinte>. Acesso em: 28 nov 2023

ENGENHO. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/engenho>. Acesso em: 1 dez 2023

FAUSSE COUCHE. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/couche#:~:text=Fausse%20couche.,1120>). Acesso em: 28 nov 2023

FEITOR. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/feitor>. Acesso em: 1 dez 2023

GAUTIER, Arlette. *Les Sœurs de Solitude : Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe siècle*. Université de Rennes. 2010

GATHIER, Florence. L'esclave ou l'étranger absolu. Un état juridique nouveau, né dans la plantation esclavagiste à l'époque moderne. in Pilar González-Bernaldo, Manuela Martini, Marie-Louise Pelus-Kaplan (dir.), *Étrangers et sociétés*. Presses universitaires de Rennes, 2009

GÉRANT. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/g%C3%A8rant>. Acesso em: 28 nov 2023

GRÁVIDA. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/gr%C3%A1vida>. Acesso em: 1 dez 2023

GRAVIDEZ. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/gravidez>. Acesso em: 1 dez 2023

GROSSESSE. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/grossesse>. Acesso em: 28 nov 2023

INDIGUEIRO. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/indigueiro>. Acesso em: 1 dez 2023

INDIGOTIER. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/indigoterie>. Acesso em: 28 nov 2023

INDIGOTERIE. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/indigoterie>. Acesso em: 28 nov 2023

HABITATION. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/habitation>. Acesso em: 28 nov 2023

HABITAÇÃO. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/habita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 1 dez 2023

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Susana. *Migrantes haitianas y venezolanas en São Sebastião, Brasília: capacidades de agencia y sentimientos de pertenencia*. Universidade de Brasília. 2020

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Susana; PESSATO, Ana; RODRIGUES, Simone. Silêncios na história silenciada. In: RODRIGUES, Simone; IGREJA, Rebecca. *Pensando as Américas desde o Caribe*. Curitiba: Editora CRV, p. 215-234, 2018.

MAÎTRE. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/ma%C3%AEtre>. Acesso em: 28 nov 2023

MARRON. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/marron>. Acesso em: 28 nov 2023

MARRONAGE. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/marronage>. Acesso em: 28 nov 2023

NOURRICE. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/nourrice>. Acesso em: 28 nov 2023

OPIFÍCIO. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/opif%C3%ADcio>. Acesso em: 1 dez 2023

PEABODY, Sue. *Clio. Femmes, Genre, Histoire, Vol. 33*. Arlette GAUTIER, Les Sœurs de Solitude : Femmes et esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe siècle. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/clio.10115>

PLANTATION. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/plantation>. Acesso em: 28 nov 2023

PLANTAÇÃO. In: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/planta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 1 dez 2023

RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. 4.ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. DE. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, p. 129–136, jan. 2002

SUCRERIE. *In*: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, 2012. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/definition/sucrerie>. Acesso em: 28 nov 2023

VIVENDA. *In*: Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/vivenda>. Acesso em: 1 dez 2023

ANEXO I. TEXTO ORIGINAL

1. Faire désirer la maternité

1764 : la date relève de l'histoire militaire et politique des îles françaises : la Guadeloupe et la Martinique, passés sous contrôle anglais en 1759 et en 1762 à la suite de la guerre de sept ans, sont rendues à la France, en février 1763 au traité de Paris, contre les « quelques arpents de neige » du Canada, qui vont à l'Angleterre victorieuse. À partir de cette date, les îles françaises vont tenir le premier rang dans le commerce du sucre en dépassant les îles anglaises¹. La Guadeloupe va enfin prendre son essor et obtenir la quatrième place après Saint-Domingue, la Jamaïque et le Brésil². Mais nouvelles politiques « plus humaines » s'élaborent dont les femmes vont être les cibles privilégiées.

« La raison d'humanité et d'intérêt »

Un nouveau thème

Jusque-là les administrateurs reprennent les doléances des colons sur « la disette des nègres » et en demandent toujours plus. Pour la seule Guadeloupe, quelque peu oubliée, il est vrai, par le commerce français, le Chevalier de Mirabeau voudrait 30 000 esclaves en 1754. En 1763, le procureur général Coquille écrit encore qu'« il est essentiel de remplacer les mortalités et infirmités annuelles des Noirs que l'on estime au quart en Guadeloupe, le calcul est d'expérience ». Mais une nouvelle question apparaît dans cette lettre, souvent citée, du gouverneur de la Martinique le 11 avril 1764 : « Un de mes étonnements a toujours été que la population de cette espèce n'ait pas produit depuis que les colonies sont formées, non pas de quoi se passer absolument des envois de la côte d'Afrique, mais au moins de quoi former un fonds dont la reproduction continuelle n'obligerait pas à être toujours à la merci d'un envoi, commerce épineux pour celui qui le fait et qui doit à la longue épuiser la source qui l'entretient ». Ces préoccupations viennent d'en haut puisque le ministre écrit au Comte d'Estaing, nouveau gouverneur de Saint-Domingue, le 1er janvier 1764 : « Les colons se plaignent en général qu'ils manquent des nègres et qu'en supposant que la colonie en eut le nombre qui lui est nécessaire, il lui faudrait tous les ans un replacent de 15 000 Noirs. En imaginant ce fait véritable, il faut apparemment qu'il meure 15 000 nègres par an à Saint-Domingue, d'où il résulte 7 000 morts au-delà du cours ordinaire de la vie, sans compter les nègres qui doivent naître sur le pays et qui doivent naturellement équivaloir le nombre de nègres morts. » La mortalité « normale » serait donc de 30,8‰ et la réelle de 66‰. « Le comte d'Estaing s'informerait exactement de

celle de ces causes qui occasionnent le plus dépopulation de nègres afin de le prévenir par le moyen le plus convenable. Sa Majesté a déjà envoyé des médecins sur les lieux pour donner une attention particulière à ce qui peut intéresser la conservation de leurs vies. » L'administration étend ainsi aux îles une nouvelle préoccupation métropolitaine : « *L'ami des hommes ou traité de la population* » de Mirabeau a vingt éditions de 1757 à 1760 et il préconise nettement l'accroissement démographique.

En 1772, conservation et repopulation des esclaves par des « moyens fondés sur l'humanité et leurs intérêts personnels » (des colons) sont traités par ceux qui semblent y avoir le moins de profit : les juges et consuls de Nantes, représentants du plus importants du plus important port négrier français, en réponse, semble-t-il aux récriminations des Antillais. Delatour en 1774 et Foache, le grand armateur nantais qui a monté une grosse sucrerie à Jean Rabel, sont les premiers colons dont les instructions qui nous sont parvenues portent trace de ces nouveaux sentiments « d'humanité et d'intérêt ». Par la suite, ce thème est traité par tous les récits de voyageurs, les instructions et les manuels par des habitants, chacun proposant sa méthode selon les causes qu'il voit à la dénatalité. Toutes les îles françaises sont touchées : le poète guadeloupéen Léonard et l'habitant sucrier Poyen de Sainte-Maire pour l'île émeraude, Fénelon et le conseiller Dessales pour la Martinique, mais c'est surtout de Saint-Domingue qu'il s'agit, car sa richesse attire le plus de voyageurs.

D'après nos sources, le mouvement est donc parti de l'administration coloniale pour se diffuser largement dans tous les milieux des Antilles d'origine ou de passage, qui écrivent. Mais quel est cet intérêt qui explique que l'humanité soit désormais invoquée par tous ?

Les causes d'une nouvelle sensibilité

La conjoncture explique en partie ce changement. En effet, la guerre de sept ans a paralysé le commerce négrier pendant quatre ans. Ainsi la Martinique n'alors reçu aucun navire négrier nantais et les colons se sont sentis à la merci de la traite. Par ailleurs, les deux cyclones qui ont ravagé les îles anglaises vont détourner l'interlope des îles françaises alors que le développement des caféières sur les mornes augmente la demande d'esclaves, ce qui va se traduire par une forte augmentation des prix. De plus, selon Raynal, « L'Afrique, où les Européens vont recruter la population de leurs colonies, leur fournit graduellement moins d'hommes ; et en les donnant plus faibles, elle les vend plus cher. Cette mine d'esclaves s'épuisera de plus en plus avec le temps. » Ce thème, repris par de nombreux contemporains,

est paradoxal puisque les décennies 1761-1770 et 1781-1790 voient les plus importantes déportations de captifs africains vers les îles françaises de tout le XVIII^e siècle.

Les planteurs qui veulent diminuer leur mortalité à l'arrivée les font travailler à part, les nourrissent « à la main », c'est-à-dire leur donnent travailler à part, leur nourriture préparée pendant six mois à deux ans. Pourtant selon Raynal : « tous les ans la septième partie des nègres qu'on y porte de Guinée meurent ». En fait, dans les plaines de Saint-Domingue, l'hécatombe est encore plus effrayante : sur la sucrerie Grandhomme de 1764 à 1768, dix des vingt Bossales meurent, sur l'habitation Galbaud du Fort la moitié des nouveaux meurent en trois ans. Dans les mornes, sur la caféière Guiton de Maulévrier, la mortalité semble plus faible : « seulement » 8 décès sur 25 nouveau de 1767 à 1768, soit 32 %. À Bisdary, 5 des 14 nouveaux de Monde, ignorant jusqu'au langage usité et le genre de travail auquel on le destine, laissant toujours des regrets dans sa patrie, ayant encore à supporter les mauvais traitements des anciens esclaves auxquels on le livre pour la forme, mille chagrins l'assiègent à la fois et souvent le conduisent au tombeau ». D'ailleurs « la plupart de ceux qui parviennent à une vieillesse malheureuse, sont extrêmement bornés, accoutumés dès l'enfance à l'oisiveté, souvent peu propres aux occupations qu'on leur destine ... ».

D'où l'éloge du Noir créole : « Le nègre créole, en ouvrant les yeux pour la première fois, voit déjà ce qu'il verra toute sa vie. Nourri dans l'esclavage, son esprit s'y moule insensiblement, comme son corps par de petits essais se prépare de bonne heure aux plus rudes travaux. » Il faut dresser jeunes les corps à obéir, les habituer à cette organisation méthodique du travail qui se met en place sur les plantations à partir de 1770, alors que les tâches spécialisées se multiplient. Autant que d'économie, c'est de micro-politique qu'il s'agit. Selon Foache, qui sait ce qu'il veut : « non seulement les Noirs créoles sont bien meilleurs que ceux de Guinée mais qui mieux est, les enfants forment des familles qui lient les nègres, les attachent au sol et les rendent plus facile à conduire ». De même le conseiller martiniquais apprécie que les Créoles « apprennent de bonne heure à chérir leur joug ». La « repopulation » doit permettre au maître de modeler les esclaves selon ses besoins.

Les obstacles

À lire tous ces avantages, on est surpris du peu d'enfants sur les plantations. Les difficultés peuvent être du ressort des colons ou des esclaves : selon l'analyse qui en est faite, les politiques suivies seront différentes.

Il paraît évident *a priori* que les colons soient au moins favorables aux naissances sur leurs plantations, comme ils l'étaient XVII^e siècle, mais il semble qu'à partir de 1730 « avec la mise en culture des quartiers nouveaux, l'établissement de nombreuses sucreries, le problème de la main-d'œuvre devient pressant... Les colons ne peuvent plus attendre la montée des enfants dans les grands ateliers... La présence des enfants passe plutôt pour un embarras ». Certains habitants trouvent trop élevé le prix auquel l'enfant revient. Ils « calculent la perte de temps de la mère pendant la grossesse pendant qu'elle nourrit, laquelle estimée en argent surpasse déjà la valeur de l'enfant, ils calculent encore les risques de le perdre, sa nourriture et son entretien jusqu'à l'âge où il peut être utile et croient ensuite trouver du bénéfice à remplacer les nègres qui lui manquent par des nègres nouveaux, en âge de travailler ». En outre, les enfants qui naissent sont jugés « un fort grand objet de dépense. Pendant les dix premières années, ils ne rendent aucune espèce de service et de très faibles pendant les quatre ou cinq ans suivants, néanmoins on les nourrit, on les entretient ». Dubuisson, habitant de Saint-Domingue, évalue ainsi l'entretien du nourrisson jusqu'à la dixième année à quatre cents livres par an. Ces arguments sont quelque peu exagérés puisque les enfants dès 7-8 ans ramassent des herbes pour les bestiaux, mettent les graines d'indigo dans les trous, etc.

Il n'y a donc pas, *a fortiori*, la volonté d'acquérir des esclaves reproducteurs stigmatisée par Gilberto Freyre pour le Brésil. Cependant, une évolution se dessine. Le *Mémoire sur l'agriculture de Saint-Domingue* se plaint que les acheteurs ne regardant les « parties nobles des nègres » que lorsqu'ils soupçonnent des maladies « secrètes » et conseille au contraire de les examiner pour déceler leur tempérament. La publicité de négriers nantais en 1786 vante de beaux nègres de nation Bambaras dont des nourrices avec leurs enfants, alors que précédemment, selon le capitaine négrier Van Alstein, les enfants en bas âge étaient jetés par-dessus bord parce qu'ils causaient des soucis et rebutaient les acquéreurs.

Ces pertes dues aux maternités des esclaves ont-elles conduit certains maîtres à tenter de les éviter ? Selon Lecoigne-Marcillac : « Des maîtres avides craignent de perdre les deux derniers mois des négresses, ensuite, ils parviennent ordinairement à les faire avorter de bonne heure. » Mais il n'est pas un témoin oculaire ; Foäche, qui l'est, se contente de reprocher à certains habitants d'être « indifférents à ces horreurs révoltantes », l'avortement, et de ne pas sévir. La responsabilité des maîtres serait plus générale. Ainsi l'avocat Hilliard d'Auberteuil compte en 1776 à 800 000, les esclaves introduits à Saint-Domingue : « Une pépinière aussi forte aurait dû produire des millions d'esclaves, cependant, il n'en existe dans la colonie que 290 000 ; ce ne sont point les maladies qui ont affaibli la population des Noirs, c'est la tyrannie des maîtres

: elle a triomphé des efforts de la nature. » En 1765, le ministre accusait, « en général le défaut de soins lorsqu'ils sont malades », après avoir écarté la grande cause de mortalité des Blancs : le climat « ce qui n'est guère vraisemblable des peuples tirés de l'Afrique ».

Le médecin Dazille est en 1776 du même avis ; il constate après sept ans de séjour à Saint-Domingue : « Partout une nourriture insuffisante, le défaut de vêtements et un travail au-dessus de leurs forces font périr le produit annuel de la génération des nègres et l'objet de l'importation. » De fait, la nourriture des esclaves, composée essentiellement de manioc, bananes, patates, riz, n'apportait pas assez de vitamines et de calcium, ce qui peut provoquer une baisse de fécondité. Par ailleurs, Pitman a calculé pour les Antilles anglaises, que les naissances diminuaient lorsque la production de sucre était poussée à plus de 2 000 pesant annuelles par groupe de trois esclaves.

Fénelon est à ce point convaincu que les grands coupables sont les colons, qu'il propose une loi qui les déchargerait des enfants esclaves. « Dans les bourgs avec une bonne police, on pourrait y tenir la main ; dans les habitations qui sont dispersées, dans les campagnes, la police est fort difficile. Un seul moyen : former dans les bourgs de chaque quartier un établissement comme celui des enfants trouvés où les habitants seraient obligés d'envoyer les négrillons et négrites nouveau-nés sous les yeux du curé et du commis à la place avec un bon chirurgien dans chaque quartier. » Cette entreprise ne vit jamais le jour. Pour inciter les colons à des mesures d'humanité l'avocat Hilliard d'Auberteuil et le poète guadeloupéen Léonard proposent de diminuer l'imposition des colons dont les ateliers sont prolifiques. En effet, l'impôt, calculé après le nombre d'esclaves, est supposé décourager les colons de favoriser les natalités. Façon de reconnaître leur culpabilité ? Pourtant, ils ne paient cet impôt que pour les esclaves de quatorze ans et plus non infirmes et qui leur rapportent du bénéfice.

Les colons voient la dépopulation différemment. Ainsi Dubuisson, habitant de Saint-Domingue, répliqua à Hilliard d'Auberteuil : « Attribuons-en la cause, non point à la tyrannie des maîtres mais au libertinage des nègres et négresses, qui rend les uns incapables de procréer à cause des excès auxquels ils se livrent et les autres peu soucieuses d'être mères à cause des soins que ce titre exige d'elles pendant quelque temps et des privations que cet état impose, privations d'autant plus sensibles à des individus dont les nuits libertines sont souvent tous les dédommagements de leurs jours laborieux. » L'excès de libertinage affligerait un grand nombre d'esclaves de maladies vénériennes. Surtout, il expliquerait « le crime atroce, si fréquent, de faire des fausses couches forcées ou de détruire leurs enfants dans les premiers jours de leur

naissance ». Labat, au début du siècle, pensait déjà que les esclaves avortaient facilement, notamment lorsqu'elles étaient enceintes des Blancs, car elles connaissent des simples qui leur faisaient faire cette opération avec une facilité surprenante. De plus : « Il arrive souvent qu'une négresse qui a un enfant de son amant le laisse périr pour prendre plus de soin de celui qu'elle avec un deuxième. » Ce thème n'est pas spécifique aux Antilles puisque le *Mémoire sur la population du Chevalier* de Cerfvol indique en 1768 qu'en France : De nombreuses femmes mettent tout en œuvre pour abrégier leur fécondité et en atténuer les résultats. »

Mais en cette fin de siècle, le tétanos est supposé faire périr un tiers des nouveau-nés esclaves et être « le principal obstacle qui s'oppose à la multiplication des Noirs en Amérique ». Or le plus grand nombre des colons est persuadé que le tétanos est donné « par l'ébranlement des centres nerveux obtenu au moyen de tiraillements pratiqués sur le nombril, par la rétention du miconirum dans l'intestin, par la compression de la fontanelle ... ». Les planteurs en donnent pour preuve l'efficacité des remèdes employés ainsi que l'absence de tétanos chez les enfants blancs et chez les maîtres qui punissent sévèrement les mères et les accoucheuses lorsque les enfants en meurent. Les mères sonneraient le tétanos lorsqu'elles craignent que la couleur de l'enfant ne dépose contre leur fidélité, par haine contre le maître ou encore par tendresse cruelle pour l'enfant ; ces deux derniers motifs renvoyant à un certain refus de l'esclavage. Moreau de Saint-Méry ajoute : « Néanmoins, comme la nature garde ses droits sacrés même sur les bêtes les plus féroces qu'en général, le sort des négresses nourrices est doux, il est plus vraisemblable que le maléfice provient des accoucheuses. Ces dernières se livrent à ces crimes pour se venger de leur maître ou de la famille de l'enfant. Quelquefois, ces malheureuses victimes sont sacrifiées à la superstition qui les a condamnées avant même leur naissance. » Des accoucheuses auraient d'ailleurs avoué leurs forfaits.

« À chacun sa chacune » (Poyen de Sainte-Marie 1792)

Contre le libertinage

Puisque le libertinage réduit les naissances, certains planteurs vont s'y attaquer. Ainsi l'indigotier Monnereau préconise en 1765 des châtiments réitérés contre les esclaves qui « répudient tour à tour les négresses pour qui ils commencent à prendre du dégoût ». C'est un vice auquel ils sont fort asservis mais dont l'exemple vient souvent de l'économe blanc. Delatour conseille à son gérant, en 1774, de donner des primes aux « négresses qu'on connaît moins libertines et qui vivent depuis de plusieurs années en bonne intelligence avec le même nègre de l'habitation ». C'est à la mère que s'adresse la prime et, quoique concerné au même

point, rien n'est prévu pour l'homme. Il est vrai que, vu la supériorité numérique masculine, femmes avaient plus de facilité à être libertines. En 1773, Foäche va plus loin dans ses recommandations qui tendent à transformer l'esclavage en servage. « Pour attaquer le mal dans son principe, il faut diminuer le libertinage autant qu'il est possible. Les meilleurs moyens que je connaisse sont d'exciter les unions, de rendre le sort des pères et mères plus heureux... de veiller à ce que les nègres aient des propriétés. Les soins qu'il faut avoir pour élever cochons, des volailles, leur rendent leur compagne plus nécessaire, les soins réciproques augmentent leur attachement. » C'est là vouloir suivre l'exemple des familles paysannes françaises et rappeler étrangement les projets des philanthropes du XIXe siècle, qui essaieront – par livret épargne – de donner le désir de propriété aux « classes dangereuses » par trop mouvantes. Mais le maître, surtout au loin, voit ses esclaves lui opposer leurs propres désirs. « Autre désordre dont je viens d'avoir connaissance, les commandeurs se sont formé un sérail de négresses nouvelles : sur l'habitation, il n'y a que le tiers de femmes, juge de l'abus », écrit Foäche le 1^{er} Décembre 1773. Un de ces commandeurs, Bernard, sera affranchi pour son comportement contre les « brigands » en 1793 et pour les soixante enfants qu'il aura sur la plantation. Ces hommes esclaves ont mis à leur profit le pouvoir important qui leur était confié et miné la lutte contre le libertinage en reconstituant une certaine polygynie. Il y a parfois loin des politiques du maître aux réalités des plantations.

La lutte le libertinage n'implique plus forcément le mariage, comme XVIIe siècle, mais la question est l'objet de débat, dans les salons.

« Encouragez le mariage qui est l'âme de la population »

Certains colons favorisent toujours les mariages. « Si un nègre vit avec une négresse qui s'en dégoûte, il s'ensuit des disputes et des empoisonnements alors que mariés, ils sont fidèles. » De même, le marquis de Ségur :

« Aussi suis-je d'avis de les marier, on évite par là les courses de nuit qu'ils font pour aller voir leurs maîtresses sur des habitations souvent très éloignées. Après avoir couru toute la nuit pour satisfaire un besoin très naturel, dont il aurait dû trouver les moyens chez lui, un nègre retourne chez son maître au point du jour, se rend au travail d'obligation. S'il se sent incapable de le faire, il reste marron. Lorsqu'un habitant a de la politique et de l'ordre, ses terres se cultivent mieux, ayant moins de bras éternés, moins de marrons et une plus grande population. »

Le motif de population est prioritaire dans les motifs en faveur du mariage. À Saint-Domingue en 1765 : « Le peu d'habitations où les mariages sont légitimes, où les nègres n'ont pas besoin d'acheter des nègres pour remplacement et même augmentent leurs cultures en augmentant leur population se défaire des nègres qui troublent, les transporter à l'Espagnol dans le continent. »

Pour favoriser les mariages, Ségur reprend en 1777 la vieille tactique des religieux : il ne sépare pas le baptême du mariage pour les nègres nouveaux et leur instruction est menée tambour battant.

« Tous les nègres nouveaux que j'ai achetés ont été instruits par des interprètes de la conduite qu'ils devaient tenir, entre autres de l'obéissance et de la soumission à tous les travaux. Les femmes ont été logées dans un quartier séparé de celui des hommes. Instruits les uns les autres de leurs prières, ils ont été incessamment après baptisés et mariés à leur gré et volonté et logés de deux en deux dans des cases meublées... Les nègres de nation Ibo et Moko sont fort industrieux et vaillants et ont grand soin de gagner de quoi habiller leurs femmes et leurs enfants. »

Le commandeur doit faire attention qu'aucun nègre ne débauche la femme d'un autre. De Wimpffen, en 1788, s'appuiera également sur le logement : « Les seuls nègres mariés ou soi-disant tels auraient le privilège d'habiter une case particulière, sans leur permettre, comme on le fait, de changer beaucoup plus fréquemment de femmes que de chemises. » Selon Petit, les jésuites « engageaient les esclaves nubiles à se marier par les facilités qu'ils leur donnaient pour monter et entretenir leurs petits ménages ». Aussi propose-t-il en 1777 : « Les femmes esclaves qui auraient engendré en légitime mariage et nourri cinq enfants de leur couleur existants en même temps dont le plus jeune aurait sept ans faits et l'aîné travaille au jardin. » Les non-créoles auraient dû travailler trente ans sans désertion et les Créoles de quarante à cinquante ans. Ce serait « peut-être un moyen de faire cesser le tétanos ». Les Africaines pourraient être libérées à 47 ans et les autres à partir de 57 ans, si elles avaient eu leur premier enfant à 20 ans. Toutes ces conditions expriment le désir de faire marcher de pair mariage, refus du mélange des races, reproduction et assiduité au travail. On remarque qu'il n'est pas fait mention de récompense pour le père, ce qui me semble s'expliquer par la reconnaissance du travail physique que constituent la maternité et l'allaitement mais surtout par le fait que les femmes de cet âge coûtent moins cher que les hommes. En effet, elles sont souvent percluses de maladies et ne peuvent plus faire que de très faibles travaux alors que la moindre dégradation physique des hommes est de plus compensée par leur acquisition d'un savoir-faire ouvrier. Bref, cette « récompense » est vraiment la plus faible possible. De plus, il faut noter que favoriser le mariage, c'est souvent le protéger contre les colons et notamment contre leur libertinage. Le Code Noir donne d'autre part toute liberté aux maîtres pour le refuser et la coutume du pays a toujours fait qu'ils ont empêché le mariage Martiniquais. Dessalles veut même en abolir la possibilité. Pourtant c'est un empêchement réel aux mariages, comme les religieux en ont fait part au ministre de la marine.

« Il n'est pas permis à un nègre d'habitation d'épouser la négresse d'une autre, ce qui est la cause de beaucoup mauvais mariages que la nécessité a conclus. Il y a d'ailleurs des habitations où on ne peut faire aucun mariage, soit parce que les nègres appartiennent à des maîtres différents ou qu'ils sont parents au premier degré, soit faute

de négresses. Vous examinerez avec M. Mithon et avec les meilleurs et les plus sensés, le moyen de remédier à cet obstacle qui est même contraire au bien de la colonie, qui la prive d'une augmentation d'esclaves et vous me ferez savoir les tempéraments dont vous serez convenus. »

Demande qui restera sans suite car elle se heurte au pouvoir discrétionnaire du propriétaire.

Contre le mariage

En fait, « beaucoup d'habitants des colonies ne sont pas partisans du mariage entre nègres et prétendent qu'ils vivent beaucoup mieux ensemble et en bonne intelligence sans sacrement que quand ils son mariés ».

Même en Martinique, où l'on connaît des habitations encore chrétiennes, « plusieurs habitants sont pour la négative sous le prétexte que cette méthode leur ôte la liberté de diviser leurs sujets et nuit en quelque sorte à leur droit de propriété ». Selon Girod de Chantrans : « Souvent une répugnance politique ajoute encore à celle de l'intérêt. L'on craint que l'esclave ne prétende, par l'état de mariage, s'assimiler aux Blancs, dont il doit respecter tous les usages sans oser jamais les imiter. » Si cette argumentation n'a pas été développée par d'autres auteurs, elle peut cependant être partagée par certains colons.

D'ailleurs l'esclave, de lui-même, n'est guère porté sur le mariage.

« Quel bienfait peut-il attendre du mariage ? Aucun. Il ne fait qu'ajouter une chaîne de plus à celle qui l'accable. L'usage lui permet d'en changer, son inconstance l'y engage : serait-il assez stupide pour se priver volontairement de la seule liberté qui lui reste ? Ce n'est pas tout : le mariage accroît encore son malaise par une famille plus ou moins nombreuse, presque entièrement à sa charge pendant son enfance et dont il ne tire aucun secours à l'âge où il en aurait besoin. D'un moment à l'autre, le maître vendra le père, la mère ou l'enfant, chacun séparément et partout où il voudra... Les titres de père, de mère et d'enfant se perdent bientôt dans cette triste considération. »

Rareté des mariages

En fait, les mariages sont très rares, particulièrement à Saint-Domingue. Aucun esclave marié n'est signalé à Nippes de 1760 à 1770, ni sur les grandes plantations des plaines. Les inventaires guadeloupéens décrivent moins de plantations de plaines. Les inventaires guadeloupéens décrivent moins de 5 % d'esclaves de plus de quinze ans mariés, pourcentage d'ailleurs en baisse rapide. À Bisdary, 36 % des femmes de vingt à trente ans étaient mariées en 1763, il n'y en a plus aucune en 1783. En Martinique, les deux habitations de l'Anse-à-l'âne et du Fonds-Saint-Jacques ont des très forts pourcentages en 1773 : « Le concubinage n'existe plus et la fidélité conjugale y est honorée. » Cependant sur l'ensemble de l'île, les mariages sont assez rares bien que plus nombreux que sur les autres îles. Ainsi à Case-Pilote, le pourcentage des naissances légitimes décroît de façon continue : 13,5 % de 1760 à 1769, 8,9% en 1771-1772, 5% à partir de 1783 jusqu'à 1800. D'ailleurs les mariages n'ont lieu que sur les habitations le plus importantes bien qu'ils ne soient pas directement proportionnés à l'importance de

l'habitation. Au Trou-au-chat, actuellement Ducos, en cinq ans, cinq mariages ont lieu alors que 239 enfants baptisés.

Les Africains montrent légèrement plus d'empressement que les autres esclaves à se marier. Ainsi en Guadeloupe de 1770 à 1789, d'après Vanony-Frisch, sont mariés sur 3 163 hommes adultes et 3 228 femmes adultes : 5% des Africains et 4% des hommes créoles, noirs et sang-mêlés, ainsi que 4% des Africaines et des Créoles noires contre 3% des sang-mêlées. La moitié des mariages se font avec des personnes de la même catégorie (Africain, Créole noir ou sang-mêlé). Les Africains se marient plus souvent que leurs compatriotes femmes avec des Créoles noires. De plus, les mariages marquent une place certaine dans la hiérarchie de la plantation : 40% des hommes qui se marient sont qualifiés. Un homme marié est deux fois plus souvent qualifié et quatre fois plus souvent cadre de jardin qu'un célibataire. Les mariages sont d'ailleurs tardifs et permettent, comme à Ducos ou à Bisdary, la légitimation de nombreux enfants. Ainsi en Guadeloupe, sur 123 couples légitimes 70% des hommes et 57% des femmes ont plus de 40 ans.

La description par Léonard en 1787 d'un mariage sur l'habitation Desmarets en Guadeloupe montre que le mariage, interprété comme un signe de christianisation, est également l'occasion de l'affirmation des particularités des nations africaines.

« Différentes nations de Noirs y parurent distinguées par leurs drapeaux. L'épousée, tenant les bouts de son tablier de ses deux mains, était au milieu du cercle, et chaque femme se présentait devant elle pour danser. Les nations avaient leurs danses particulières ; la sienne se bornait à un petit mouvement de pied mesuré. Mais il lui fallait tenir tête pendant toute la journée aux danseuses qui venaient la provoquer : en se retirant, elles jetaient dans son tablier une pièce d'argent. Quelques-unes mesuraient une espèce d'épithalame, interrompu par les refrains du chœur ; d'autres, se courbant et dansant autour de la mariée, remuaient des hanches avec une agilité surprenante, et il y en avait qui, frappant deux calebasses l'une contre l'autre, tournaient avec tant de rapidité sur elles-mêmes, qu'au bout de quelques minutes elles étaient trempées de sueur. Des nègres à figure grotesque battaient sur des tambours et faisaient des éclats de rire à la vue des attitudes comiques des danseurs bouffons. Certains ballets représentaient toutes les périodes de l'amour, mais ces tableaux effrontés n'offraient qu'une volupté sans pudeur. La jeune épouse, vêtue de blanc, la tête penchée, les yeux baissés contre terre, agitait ses pieds et souriait à peine aux agaceries de ses compagnes. »

Si le nombre de mariages chute, les concubinages se développent-ils ?

Les concubinages

En fait, si Foäche et Delatour ont manifesté le désir que les unions régulières sinon légitimes se développent, la présentation des esclaves : hommes, femmes puis enfants n'a pas changé et nous ne connaissons par le type de liaisons des esclaves. À Saint-Domingue, la cafière Dartis est la seule des plantations étudiées à présenter les esclaves par couples avec leurs enfants.

En Guadeloupe, à l'exception de Bisdary, seuls onze couples non-mariés apparaissent, le plus souvent dans le sillage de couples mariés. Les esclaves changeaient-ils plus souvent de partenaires que de chemises comme le disaient les colons ? À Bisdary pourtant les couples concubins présentent une aussi grande stabilité que les couples mariés, que nous en prenions connaissance en 1763 ou en 1783. En Martinique, certains nouveau-nés légitimaient des enfants de dix-sept ans. On peut penser que cette présentation rend plus secrète les séparations de couples, une des raisons toujours invoquées pour le refus du mariage par les maîtres. Ainsi l'inventaire de François Angot et Marie-Jeanne Ganot indique deux couples : Marcel, créole de trente-huit ans et Julie de quarante ans, Paulin de vingt-cinq ans avec Adélaïde de vingt-deux ans et leur fille de cinq ans. Le premier homme et la deuxième femme échoient à Elizabeth Angot-Larue, le deuxième homme et la première femme à François Angot.

Les pères des nouveau-nés esclaves sont indiqués par les registres paroissiaux de Case-Pilote de 1760 à 1762, ce qui permet de voir que, si l'on met provisoirement à part les 22% de pères libres, les pères esclaves sont légèrement plus nombreux à l'extérieur de la plantation : cinquante-six, qu'à l'intérieur de la plantation : quarante-neuf, dont vingt mariés. Ces relations extra-plantations, qui nous sont complètement inconnues, sont donc majoritaires. Cependant les enfants qui vivent quotidiennement avec leur père esclave sont en nombre assez importants.

Si les couples concubins peuvent être relativement nombreux sur les plantations, cette pratique ne semble guère encouragée par les maîtres.

Un nombre égal d'hommes et de femmes ?

Il semble évident que la forte disproportion des sexes sur les habitations nuit à la formation de couples et que le faible nombre de femmes empêche la reproduction des esclaves. En Martinique, l'équilibre des sexes est atteint, mais le nombre d'hommes pour cent femmes est à Saint-Domingue de 148 en 1754 et en Guadeloupe de 112 en 1752. Cependant, l'égalité numérique des sexes est rarement citée sinon par Monnereau en 1765 et Raynal en 1770 qui conseille d'exiger des navigateurs qui fréquentent les côtes d'Afrique qu'ils forment leur cargaison d'un nombre égal d'hommes et de femmes ou même de quelques femmes de plus durant quelques années pour faire cesser plus tôt la disproportion qui se trouve entre les deux sexes. Cette dernière précaution, « en mettant les plaisirs de l'amour à portée de tous les Noirs, les consolerait et les multiplierait ». Le « vieux planteur guadeloupéen » Poyen de Sainte-Marie conseille aux « jeunes » en 1792 : « Il faut acheter autant d'esclaves d'un sexe que de l'autre

pour les unir par couples, mais comme les hommes sont plus inconstants que les femmes, il faut atténuer ce vice en les achetant les premiers et en leur laissant choisir leur compagne. »

À Saint-Domingue, certains planteurs essaient d'acheter plus de femmes. Le motif invoqué sur l'habitation Bretton-Deschappelles est l'encouragement à terme de la population mais le gérant d'une caféière aux Matheux explique que pertes d'Africaines sont moins grandes. Cependant d'autres planteurs, qui affirment pourtant vouloir développer les naissances, ont beaucoup plus d'hommes que de femmes. Ainsi sur la sucrerie de Foäche où il y a 282 hommes et 201 femmes ou sur l'indigoterie Belin-Desmarais dont le gérant n'achète que des hommes vu le travail qu'il y a à faire. Néanmoins, le nombre d'hommes sur cent femmes baisse sur l'ensemble de Saint-Domingue.

En Guadeloupe, le nombre d'hommes pour cent femmes est encore de 115,6 en 1772 puis diminue à 109 pour les adultes et 115,6 pour les enfants en 1790. Certains planteurs achètent en effet les Africains entre douze et seize ans pour les former plus facilement. Les listes étudiées manifestent un certain équilibre numérique entre les hommes et les femmes malgré des différences selon les plantations.

La possibilité pour les esclaves de trouver « chacun sa chacune » est présente en Martinique depuis 1764, très proche en Guadeloupe et en Saint-Domingue où la disproportion entre les sexes reste cependant très élevée.

Mais l'ancienne tactique des colons : favoriser les mariages n'a plus cours. D'ailleurs pourquoi contraindre deux personnes alors que tout dépend en fin de compte d'une seule ? Aussi beaucoup de colons vont-ils arriver à la conclusion de Girod-Chantrans : « Point de mariage, je le répète : « Point de mariage mettre le comble à leur infortune. Ils continueront donc de vivre ensemble comme ils l'ont toujours fait jusqu'à présent, et le plaisir sera toujours un mobile suffisant pour trouver des pères. Mais la mère qui a les charges, a aussi dans ses mains le pouvoir de détruire l'œuvre : il faut donc l'arrêter. »

Les femmes, cibles des politiques natalistes

« Des soins paternels » (Comte d'Agoult, 1790)

Les exhortations à soigner les enfants nouveau-nés et leurs mères, qu'elles viennent de Fénelon, de Raynal, des juges et consuls de Nantes ont été entendues. Les soins aux négresses enceintes avant, pendant et après l'accouchement, sont désormais cités par tous les auteurs de récits de voyages et de manuels pour habitants.

Certains paraissent évidents. Ainsi le fait de n'occuper les femmes enceintes qu'aux travaux les moins pénibles les derniers temps de la grossesse : le planteur caféier Laborie empêche les femmes enceintes de porter des fardeaux trop lourds, ce qui renseigne sur les pratiques antérieures des maîtres ! L'article paraît d'importance puisqu'il est repris par les ordonnances du 3 décembre 1784 et du 23 décembre 1785 pour Saint-Domingue, étendues en 1786 aux îles du Vent, qui réglementent particulièrement les biens des absents. Alors que l'horaire de travail préconisé pour tous est du lever du soleil à 12 heures puis la reprise à 14 jusqu'à la tombée du jour, l'article 5 précise : « Les négresses enceintes ou nourrices ne travailleront que modérément, après le lever du soleil jusqu'à 11 heures ; elles reprendront à 3 heures et cesseront une demi-heure avant le coucher du soleil. Sous aucun prétexte, elles ne seront assujetties à des veilles. » Elles travaillent deux heures et demie de moins que les autres esclaves. Poyen de Sainte-Marie conseille de les arrêter quand elles sont enceintes de 7 mois tout en continuant à les nourrir.

Les hôpitaux se multiplient sur les plantations et les malades, notamment vénériens, sont désormais mieux soignés. Or, selon Dazille, de nombreux enfants naissent couverts de pustules vénériennes, qui les empêchent de téter, symptôme confondu avec le tétanos. Aussi, il trace la construction et la distribution d'une salle spéciale pour les accouchements. Autant que d'hygiène, il s'agit de lutter contre le « mal donné ». « Il faut que les négresses accouchent toutes dans un logement destiné uniquement pour cela, qu'il n'y entre absolument que l'accoucheuse qui répond comme la mère de l'événement. Dès que les négresses enceintes approchent de leur terme, il faut les mettre entre les mains de la sage-femme. » Cette profession apparaît à côté de celle d'hospitalière sur les plus grosses plantations, ainsi celles de Séguineau, Pasquet de Lugé ou à Bisdary. Moreau de Saint-Méry insiste sur la nécessité de leur formation, recoupant des intérêts métropolitains et de fait, la technique semble s'améliorer. « Le mal de mâchoire autrefois très commun à Cavaillon, n'y paraît plus. On attribue ce changement à l'usage de ne couper l'ombilic aux enfants qu'après avoir exprimé tout le sang au bout du cordon et de garantir ensuite la section du contact immédiat de l'air. D'autres habitants se sont contentés d'avoir de bonnes négresses accoucheuses et de leur donner une récompense pour chaque enfant qui n'a pas le mal de mâchoire et ce calcul a eu le même succès. » Le nom médical du mal de mâchoire est le tétanos ombilical, ces précautions ne sont donc pas inutiles.

Sur l'habitation Montrouis, une femme nourrice et de deux à quatre femmes enceintes sont exemptées de travail du 1er février 1790 au 31 janvier 1791, devançant ainsi les conseils de Poyen de Sainte-Marie « Après leurs couches, ne les envoyez au jardin que lorsque les enfants

auront deux mois ; ce temps sera mis à profit par la mère et sera avantageux à l'enfant, auquel l'intempérie du temps occasionne bien des maux quand on l'expose trop tôt aux injures de l'air. » Par la suite, deux nourrices travaillent ensemble de sorte qu'elles se relaient pour allaiter les enfants. Ces diminutions de travail ont pour but d'empêcher le lait des nourrices de se tarir.

Les soins aux enfants se multiplient également. Sur les caféières, aux Matheux et aux Abricots, ils sont nourris de soupes chaudes sous le regard de l'économe ou du gérant. Les enfants malingres sont envoyés en meilleur air sur une petite place des Mornes ou au bord de mer avec une vieille esclave.

Ce sont là des soins qui nous paraissent à la fois essentiels et évidents. Qu'ils apparaissent en cette extrême fin du XVIII^e siècle ne plaide guère en faveur de l'humanité des colons. Ils voulaient vraiment réduire au minimum les frais liés à ces bouches « inutiles ». Or, les déficits alimentaires expliquent sans doute bien des avortements spontanés, des tétanos néo-nataux et une forte mortalité infantile. Cependant, les planteurs veulent aussi inverser la tendance démographique en empêchant les esclaves de tuer, de leurs mains, les propres enfants.

« Faire désirer d'être mère »

« Le moyen le plus propre (à encourager la population de son atelier), c'est de faire en sorte que plus une esclave aura d'enfants, plus elle ait d'aisance. » Les planteurs vont donc utiliser dans ce but des tactiques bien connues mais qu'ils vont régler précisément.

Les gratifications

Les maîtres se servent déjà de présents en nourriture, en habillement et plus rarement en argent pour exciter les ouvriers à l'ouvrage ou pour des travaux exceptionnels. Cette méthode sera étendue aux esclaves qui accouchent. Ainsi Foäche commande à son gérant en 1774 : « Lorsque l'enfant est hors danger, il faut récompenser les deux négresses, donner à l'accoucheuse 15 livres et à la négresse deux rechanges complets en toile et de la toile pour son enfant. » De même, selon Poyen de Sainte-Marie : « Le planteur doit augmenter son ordinaire à chaque enfant dont elle accouchera ; bien entendu que les vivres qui lui seront alloués pour ses enfants ne seront pas compris dans cette largesse, qui cesserait d'en être une. » Mais une prime donnée en deux temps devient le moyen de récompense le plus utilisé. Delatour en 1774 est le premier planteur connu pour l'avoir conseillé : « J'approuve et j'engage de distribuer à chaque négresse qui accouche 15 livres le jour que l'enfant est baptisé et 15 livres lorsqu'il sera sevré. » Cette « somme (est) modique comparée aux 400 livres reçues en 1773 par le chirurgien pour

l'inoculation des nègres qui n'avaient pas eu la verette » (ou variole), aux 660 livres gagnées par un indigotier pour avoir aidé à fabriquer l'indigo, mais elle est importante par rapport aux 8 livres données à l'esclave qui prend un nègre marron, c'est-à-dire fugitif, c'est une récompense importante pour un esclave mais pas extraordinaire. De même, sur la caféière Séguineau, les étrennes sont données aux femmes enceintes mais aussi aux commandeurs. Ces gratifications sont également accordées sur les plantations de Chaurand en 1788 et du Comte d'Agoult en 1790. Elles sont à mettre en rapport avec la cote de ces enfants : 200-300 livres dès six mois.

D'autres incitations à la maternité sont d'ordre honorifique : ainsi le poète guadeloupéen Léonard propose que les femmes esclaves qui ont de nombreux enfants soient non seulement récompensées mais distinguées. Girod Chantrans imagine certaines mesures symboliques, dont l'équivalent de notre fête des mères.

« Il faudrait que le baptême fût célébré honnêtement : car les esclaves sont plus sensibles qu'on ne l'imagine à un certain appareil qui semble les distinguer et les marquer comme quelque chose d'intéressant. On instituerait enfin dans chaque habitation, une ou plusieurs fêtes annuelles pour les femmes fécondes, qui célébreraient avec pompe ; fêtes dont les femmes stériles seraient exclues, ou dont elles ne seraient témoins qu'au rang des spectateurs. On y verrait les mères avec leurs enfants, rassemblés à une même table, parés des présents du maître, étaler aux yeux du reste de l'atelier, les récompenses de la sagesse. Elles feraient aux nègres anciens et bons sujets, les honneurs du festin, qui se terminerait par des danses. Ces accessoires, unis aux soins essentiels, seraient très propres à exciter une émulation de fécondité parmi les négresses, à adoucir l'esclavage et à faire naître insensiblement l'amour du maître et du pays, dans les jeunes cœurs de ses esclaves. »

Ces suggestions n'ont pas été retenues mais elles montrent bien les objectifs des politiques natalistes et l'imagination qu'elles suscitèrent dans l'opinion éclairée.

« Rien n'égale la liberté sur le cœur de l'homme »

Les colons savent bien que c'est le désir le plus cher de leurs esclaves et ils la font miroiter auprès des bons sujets et maintenant aux mères de nombreux enfants. L'armateur et habitant sucrier Foäche veut que toute femme « qui a quatre enfants ait un jour par semaine pour travailler à sa place (c'est-à-dire son jardin particulier), qu'elle soit privée de cet avantage lorsque le nombre n'est pas complet ; que celle qui a quatre enfants travaillant, le plus jeune de l'âge de quinze ans, soit exemptée de travail pour toujours et qu'on lui donne le double de terrain ordinaire mais qu'elle ne puisse sortir de l'habitation et qu'elle soit assujettie à l'ordre comme les autres, qu'elle perde sa liberté si elle entre dans quelques complots ou qu'elle n'ait pas averti de ceux dont il serait prouvé qu'elle aurait eu connaissance ». La femme serait libre lorsqu'elle aurait donné le quadruple d'enfants pour la remplacer. Elle aurait alors 43 ans, si elle a son premier enfant à 20 ans et qu'il y ait un intervalle de deux ans entre chaque enfant

comme il est habituel avec l'allaitement, les esclaves étant mis au travail 13 ans. À cet âge, les capacités physiques des esclaves et leur valeur diminuent très nettement, de plus, il est très rare qu'elles aient encore des enfants et donc cette liberté ne crée pas de nouveaux affranchis. La liberté qui leur est proposée est de « savane », c'est-à-dire non officielle, cette dernière étant taxée. Surtout cette liberté de savane dépend du comportement de l'esclave dont Foäche espère ainsi acquérir le soutien. Pasquet de Lugé accorde cette même liberté aux mères de six enfants dont le cadet a 8 ans et l'aîné travaille.

L'idée de la libération de savane est reprise par le gouvernement dans les ordonnances de 1784 et 1785. « Article 6 : Toute femme esclave, mère de six enfants, sera exempte, la première année d'un jour de travail au jardin par semaine, de deux jours la deuxième année, trois jours la troisième et ainsi de suite jusqu'à ce qu'elle soit dispensée de tout travail au jardin. Elle ne perdra cette exemption que si elle laisse mourir, faute de soins, un de ses enfants avant dix ans. » Ces dispositions sont moins favorables que celles, tout à fait exceptionnelles, de Foäche. Elles permettent à une femme d'être libre à 38 ans, dans les mêmes conditions que précédemment. Leur but est clair : pousser les femmes à avoir des enfants et à les soigner. Cette liberté ne s'applique qu'aux femmes, comme si tout rôle était dénié au père, supposé de passage. Un colon en 1790 donne autre version de ces libertés de savane où le père peut jouer un plus grand rôle en cas de défaillance de la mère. « Les colons accordent par humanité la liberté de savane aux négresses qui se trouvent mères de cinq enfants parvenus à l'âge de douze ans et elle leur est assurée quoique les enfants meurent après être tous parvenus à cet âge. Il accordent deux à trois jours de liberté par semaine à celles qui trois ou quatre enfants. Les nègres jouissent de la même faveur lorsque les mères sont décédées et que les enfants sont en bas âge. » C'est donc la personne qui s'occupe des enfants en bas âge qui est récompensée, or c'est la mère dans la mesure où les enfants appartiennent au maître de la mère. Cassan est le seul à proposer la liberté conjugée du père et de la mère de 7 enfants et ce, en 1790. C'est à ce type que correspond la seule liberté officielle pour ces motifs dont nous ayons trace. Le 18 mai 1789, l'inventaire de la succession Pinson à Sainte-Marie, Capesterre en Guadeloupe, où il n'y a que 7 adultes, reconnaît la liberté d'un homme de 58 ans et de sa femme légitime, une mulâtresse de 46 ans, dont les 7 enfants restent esclaves.

Combien de femmes peuvent-elles profiter de cette possibilité ? Beaucoup de femmes esclaves n'avaient pas d'enfants vivants et les autres très peu. À Nippes, de 1721 à 1770, 47 % des femmes de plus de 15 ans n'ont pas d'enfant survivant. On plus de cinq enfants survivants : à Nippes 2 % des mères, en Guadeloupe 5,5% à Case-Pilote (Martinique), neuf mères, Ce

pourcentage est plus élevé sur l'habitation de Rochechouart où c'est le cas de 11 des 56 familles conjugales.

Cette liberté de savane toucherait donc un nombre infime de femmes, même si elle était élargie. En effet, les mères de cinq enfants ne sont guère plus nombreuses : 11 à Nippes sur 493 mères et 1148 femmes de plus de 15 ans, 21 en Guadeloupe sur 307 mères.

Les libertés de savane avaient donc un public potentiel très limité : leur but était évidemment incitatif. Nos sources ne laissent de changements mais elles datent de la période entre 1784 ou 1786 et les événements révolutionnaires, qui a été trop courte pour que l'effet des ordonnances se fasse sentir sur le nombre de familles nombreuses. Mais qu'arrivait-il aux femmes dont les enfants mouraient ?

Crimes et châtiments

Les maîtres étaient persuadés que les enfants mouraient par l'effet des maléfices de leurs mères et punissaient celles-ci en conséquence. Ainsi Foäche en 1774 :

« Lorsque l'enfant périt, que la punition de l'accoucheuse soit le fouet et celle de la mère, le fouet et le collier de fer qu'on doit lui laisser jusqu'à ce qu'elle redevienne grosse ; que toutes les négresses qui se croient grosses soient obligées, sous peine de punition, de le déclarer à l'accoucheuse, qui en fait rapport au chirurgien, lequel doit en tenir un registre. La négresse déclarée grosse et reconnue pour telle qui fait une fausse couche sans le déclarer doit être punie du fouet et du collier de fer jusqu'à ce qu'elle redevienne grosse. De même, toute négresse qui fait une fausse couche lorsqu'elle ne provient pas de quelque cause connue. »

Girod-Chantrans a vu en 1785 de ces chaînes et de ces « colliers de fer hérissés de longues branches que l'on attache à des négresses soupçonnées de s'être faites avorter, et qu'elles ne quittent ni le jour ni la nuit, jusqu'à ce qu'elles aient donné un enfant à leur maître ». Dans le sud de Saint-Domingue, on a imaginé « de faire porter au cou une petite figure humaine de bois d'environ un pied de long. Le premier exemple de ce genre et le seul qui m'ait frappé les yeux est celui d'une jeune négresse d'environ 18 ans qu'on accusait d'avoir violé dans son sein l'amour maternel le plus impérieux de tous. Elle paraissait vivement affligée de ce châtiment... J'ai eu le bonheur d'apprendre depuis que le titre, qu'on lui reprochait d'avoir redouté, est son partage et qu'elle en remplit les devoirs avec une sorte de triomphe 0187. Un mémoire de 1788 affirme que fouet et carcan de fer sont les méthodes des maîtres les moins sévères. « Les châtiments les plus effrayants ont été employés en conséquence contre les mères dont les enfants sont morts du mal de mâchoire. Un grand nombre de ces malheureuses a péri dans les flammes, d'autres ont expiré dans des supplices plus lents. »

On comprend que selon ce même mémoire :

« La crainte d'éprouver ce traitement cruel engage la plupart des négresses à mettre tout en œuvre pour s'empêcher de devenir mères... Il en périt fréquemment par l'effet des moyens violents qu'elles emploient pour se faire avorter. Chez les autres, ces avortements provoqués détruisent pour toujours les principes de la santé et particulièrement la faculté de reproduire. Les hommes, récoltés des mauvais traitements qu'éprouvent sans cesse leurs malheureuses compagnes, s'abandonnent à tout ce que le désespoir et le désir de se venger peut inspirer à des âmes déjà dépravées par l'esclavage : de là les suicides, les crimes fréquents commis à l'aide du poison qu'ils employent indifféremment contre les maîtres, contre les esclaves et contre les bestiaux. »

Même si les maîtres, qui en sont venus aux moyens les plus violents, doivent être très rares, il n'en reste pas moins que les femmes portaient colliers de fer ou poupon en bois, ainsi sur les sucreries Grandhomme et Croisoeuil, recevaient des coups de fouet alors que l'hygiène et le manque de nourriture produisaient certaines de ces fausses couches et ces tétanos.

Soins, diminution de travail à l'accouchement, gratifications en nature et en argent, coups de fouet, chaînes et colliers de fer, les femmes sont vraiment devenues l'objet des attentions très particulières de leurs maîtres.

Ces politiques améliorent-elles la position des femmes ?

Fritz Gracchus, qui s'appuie sur une lecture hâtive sinon tendancieuse de Debien, est très affirmatif : « La maternité et tous les métiers d'assistance, d'entretien devenaient ainsi une des armes du pouvoir dans sa reproduction » (p. 219). « De nombreuses femmes esclaves ont eu un statut privilégié sur la plantation » (p. 224). « Elles ont été un lieu d'investissement du pouvoir. Non qu'elles aient été détentrices du pouvoir mais il a transité par elle » (p. 227). De fait les femmes, et non leurs compagnons, prennent désormais une place singulière dans les discours des voyageurs, des administrateurs et surtout dans les instructions des colons à leurs gérants. Mais il faut replacer ces changements dans ceux qui affectent le point de vue des maîtres alors que la traite paraît menacée à long terme. Des soins particuliers sont donnés aux femmes enceintes et accouchées mais c'est l'ensemble de leurs esclaves que les maîtres pensent (du moins au niveau du discours) désormais à conserver, donc à mieux nourrir et médicamenter. Les gratifications auxquelles elles ont désormais droit, les ouvriers qualifiés les percevaient depuis longtemps. Certes, un métier féminin, celui d'accoucheuse, prend une ampleur nouvelle et permet de se former un petit pécule, mais il n'emploie pas beaucoup de femmes : une seule sur les grosses plantations. Les risques que les femmes encourent sont eux spécifiques en ceci qu'elles ne les maîtrisent pas. Que peut faire une femme contre le tétanos de son enfant ou les difficultés liées à la grossesse que connaissent encore aujourd'hui les Françaises, hypermédicalisées et sur-nourries ? Les femmes accèdent donc à certains privilèges des esclaves qualifiés alors qu'elles étaient jusque-là dans leur très grande majorité de simples « négresses de houe », mais dans des conditions bien plus hasardeuses que leurs compagnons.

La nouveauté, c'est que ces améliorations touchent l'ensemble des femmes dans la mesure où elles sont mères. Alors que les hommes acquièrent un certain statut par leur travail, les femmes peuvent l'atteindre par les maternités. La maternité comme statut social des femmes se développera en Europe même au XIX^e siècle, avec la légitimation de Rousseau cité par Moreau de Saint-Méry. Le grand courant qui « crée l'amour maternel » touche les planteurs, qui y ont un nouvel intérêt.

D'autre part, alors que le XVII^e siècle favorisait les mariages pour accroître la population, les planteurs partisans des idées nouvelles ne cherchent même plus sérieusement à exciter les unions : c'est un objectif cité, mais sans ce luxe de détail pour tout ce qui concerne les moyens à utiliser pour favoriser le désir de maternité chez les femmes esclaves. Le père esclave est exclu de la plupart des discours, mais la mère esclave a-t-elle réellement plus de poids ?

Des mères ou des pondeuses ?

Gratifiées ou fouettées, le rôle de la mère dépend aussi de son rapport à l'enfant. En 1764, selon le gouverneur de la Martinique : « Nulle attention de la part de la plus grande partie des habitants à l'élévation animale des enfants de leurs esclaves. Les mères les portent sur leurs épaules aux champs et les laissent toute la journée à l'abandon, à l'ardeur d'un soleil brûlant. » Les femmes sont alors en train de travailler et elles ne peuvent guère s'occuper de la nourriture et des soins à donner aux enfants. Au lieu de leur donner plus de temps pour s'en occuper, les habitants conseillent d'alléger les esclaves de cet entretien et généraliser la pratique de la garde des enfants par une vieille esclave à laquelle « les mères les remettent dès qu'ils sont sevrés. Ces enfants sont livrés le matin à leurs gardiennes... Le soir, (ils) sont reconduits chez leurs mères, où j'ai soin qu'ils soient couchés sur de bonnes paillasses et non sur la terre, ce qui arrivait autrefois à ceux dont les mères étaient paresseuses ou abandonnées par les pères de leurs enfants ».

Le peu de vie familiale qui en résulte pour les esclaves est parfois voulu. Foäche a son idée là-dessus : « Si au sortir de l'enfance, on les prive de leur père et mère, ils sonnent moins d'embarras, mais ils prennent bientôt tous les vices. » D'un côté, leurs parents les habituent à veiller, à courir la nuit et à voler, de l'autre : « Le tableau du libertinage prémature chez eux des idées qu'on ne saurait rendre tardives... On remédierait à cet inconvénient en continuant de veiller sur les enfants jusqu'à l'âge de 15 ans, les faire coucher à heure fixe et les enfermer la nuit, ne les laisser avec leurs parents que les dimanches et les occuper les autres jours, comme on le fait, aux légers travaux dont ils sont susceptibles dès l'âge de 7-8 ans. » Mêmes

préoccupations d'éducation à l'esclavage en Martinique : chez les bons maîtres, « les femmes sont bien soignées lorsqu'elles accouchent, leurs enfants sont reçus avec transport et élevés dans la maison de leurs maîtres, ils apprennent de bonne heure à chérir leur joug et à reconnaître, par leur fidélité à leurs travaux dans l'âge mûr, les soins qu'on a pris de leur enfance ». Élever les enfants dans la maison du maître est d'ailleurs proche de l'optique chrétienne du XVIII^e siècle décrite par Dutertre.

Certaines conséquences de cette situation ont été analysées par Dubuisson :

« La mère du nègre, peu de temps après qu'il est sevré, le remet à son maître dans la maison duquel il est élevé ou bien, il est confié à une vieille gardienne qui a l'emploi de soigner les enfants. Il ne voit plus dans ses parents que des êtres détachés de lui, qui ne l'approchent que pour le gronder. Il croit enfin sans qu'il se soit rencontré une seule circonstance où il ait été dans le cas de se jeter dans son sein maternel pour se consoler et de s'appuyer sur le bras de son père pour le soutenir. Tout ce qui l'entoure détourne ses idées vers le maître commun : c'est du maître que viennent la nourriture et les châtiments ; il est donc le seul objet de l'espoir et de la crainte. Le jeune nègre ne redoute presque rien de ses parents : s'ils sont injustes envers lui, il existe un tribunal pour le mettre à l'abri de leur animosité qui serait très fréquente pour cette espèce où l'on voit d'autant plus d'oubli du sang qu'une négresse, ayant donné beaucoup de successeurs à celui qui l'a rendue mère, devient souvent très indifférente pour le fruit d'une union passagère. On connaît même chez les blancs l'effet des deuxièmes noces, que l'on juge de celui des vingtièmes. Le jeune nègre n'attend rien non plus de ses parents, pas même leur succession ; la pauvreté n'en laisse point. »

Il aurait plus d'attachement pour sa marraine parce que « mille petits soins viennent d'elle... En apprenant qu'ils doivent du respect à leurs marraines, il se prête facilement à accorder un caractère divin et merveilleux à des rapports qui échappent à leurs sens. » Ce texte ne paraît guère cohérent : pourquoi les marraines montreraient-elles plus de tendresse à leurs filleuls que les mères à leurs enfants ? Pourquoi les esclaves ne s'approcheraient-ils de leurs enfants que pour les gronder si, par ailleurs, ceux-ci ne craignent rien d'eux ?

Moreau de Saint-Méry (dans un ouvrage publié en 1796) reconnaît au contraire au rôle important à la mère. « On ne peut donner assez de louanges au sentiment que l'amour maternel a placé dans le cœur des négresses. Jamais les enfants, ces faibles créatures, n'eurent de soins plus assidus et cette esclave qui trouve le temps de baigner chaque soir ses enfants et de leur donner du linge blanc est un être respectable. » Il en donne également comme preuve la coutume

de se faire appeler du nom de son fils aîné : « Man Louis » pour la mère d'un fils appelé Louis. D'ailleurs, l'avocat martiniquais montre des parents ayant de l'influence sur leurs enfants. « Tous les nègres ont beaucoup de vénération pour les vieillards. Ils inculquent ce sentiment à leurs enfants dès l'âge le plus tendre et par l'empressement que ceux-ci mettent dans leurs soins officieux dès qu'ils sont en état d'en avoir pour leurs vieux parents, on voit que la façon a réussi. » Moreau de Saint-Méry, Martiniquais qui a fait carrière à Saint-Domingue, ne parle pas de différence entre les îles à ce sujet.

Il y aurait donc eu deux tactiques. La première consiste à soulager la mère esclave de la charge que peuvent représenter les enfants, tout en assurant le bien-être de ceux-ci ; elle ne diminue pas la tendresse mutuelle des enfants et des parents, comme le montre bien l'expérience des crèches actuelles. En revanche, la seconde tactique cherche à opposer aux valeurs de la société esclave (faire la fête ou le fait de penser que voler le maître n'est pas faire le mal) celles du maître, notamment le travail. Il y aurait alors réelle dépossession des parents, mais la version la plus achevée, celle de Foäche, n'est qu'un projet et la réalité qu'il décrit est tout autre.

La fréquence des séparations influe sur les rapports que peuvent avoir parents et enfants : si elles sont fréquentes, ils peuvent essayer de s'immuniser contre la souffrance en s'attachant peu. Cela en dehors des effets de même type que produit la forte mortalité, y compris dans la France de l'époque. L'esclave américain Frederick Douglass a décrit l'effet de séparations très rapides :

« Ma mère et moi fûmes séparés alors que je n'étais qu'un nourrisson – avant que je ne sache qu'elle était ma mère. C'est une coutume fréquente dans cette partie du Maryland dont je me suis enfui, de séparer les enfants plus jeune âge. Fréquemment, avant que l'enfant n'ait atteint son deuxième mois, sa mère lui est retirée et louée dans une ferme à une distance considérable ; l'enfant est alors confié aux soins d'une vieille négresse trop âgée pour les travaux des champs... Je ne vis jamais ma mère, sachant qu'elle l'était, plus de quatre à cinq fois dans ma vie ; chacune de ces rencontres fut très, et de nuit. Elle voyageait de nuit pour me voir, parcourant toute la distance à pied après sa journée de travail... Il y eut toujours fort peu de communications entre nous. »

Nos sources pour une étude des séparations sont très limitées : les inventaires donnent la photographie, pas le mouvement. Il existe quelques rares recollements, quelques partages de succession. En Guadeloupe, un seul des huit recollements signale la vente de deux esclaves sur 37. La mobilité n'y est donc pas très grande. De même, à Bisdary de 1763 à 1793, un seul achat

est noté et, semble-t-il une seule vente d'un marron. Quatre partages de succession indiquent cependant des séparations. Outre la succession Angot qui éloigne deux mères de leurs enfants dont un garçon de quatre ans sont séparés : en 1777 la Créole Agnès de son fils de treize ans, et en 1781 une femme de 26 ans de ses deux enfants de 8 et 5 ans. Pourtant d'après Girod-Chantrans, la coutume veut qu'un enfant ne soit pas séparé de sa mère avant 7 ans, âge auquel il ne présente guère d'intérêt pour un propriétaire. Sur d'autres plantations, la filiation par les femmes remonte jusqu'à la grand-mère. En Martinique, à Case-Pilote, seules 7 filles des 65 mères ayant enfanté entre 1760 et 1774 et appartenant aux six propriétaires principaux ont accouché sur la même plantation. « Même en tenant compte de la mortalité, de changements possibles de nom en cours de période, du départ de nombreux maîtres et de la possibilité que certaines jeunes filles aient été engagées comme domestiques par d'autres familles, l'impression persiste que beaucoup de propriétaires ont voulu délibérément renouveler une grande partie de leurs employés, à tout les moins de leur personnel féminin. » Les séparations de familles sont donc fréquentes à Case-Pilote et il arrive en Guadeloupe que de très jeunes enfants soient éloignés de leur mère, sans que nous puissions préciser quelle était la fréquence de ces actes. Ce n'était pourtant pas une coutume, comme dans le Maryland. Dans ces cas, le rôle de mère de l'esclave est réduit à celui de reproductrice.

Les femmes se mettent à exister dans les stratégies des maîtres, elles accèdent en tant que groupe à certains privilèges dont elles étaient leur grande majorité exclue alors que certains hommes en bénéficiaient. Mais, de même qu'une proportion variable d'hommes ne devenait pas ouvrier ou commandeur, toutes les femmes ne deviennent pas mères, et ce n'est pas toujours un choix. Elles encourent alors des peines humiliantes, pénibles, douloureuses et parfois mortelles. De plus, cette nouvelle densité des femmes dans le discours des maîtres est parallèle à une diminution de leur rôle affectif en tant que mère, de leur responsabilité dans l'éducation des enfants alors que celle des maîtres augmente encore. Les séparations peut-être rares mais effectives en Guadeloupe, et fréquentes en Martinique, diminuent encore le rôle des mères. La « promotion » des femmes telle qu'elle est décrite par les maîtres est donc ambiguë : c'est plus celle de femmes ayant un travail particulier : la reproduction des enfants, que celle de mères.

Discours et réalités

Ces politiques ont-elles réussi ? La question est loin d'être technique. Elle engage deux éléments : l'étendue de leur mise en œuvre et l'acceptation par les femmes esclaves de ces nouvelles stratégies. Ont-elles accepté de faire des enfants pour quelques louis d'or ? Mais

auparavant refusaient-elles vraiment ? Les mauvais traitements des maîtres envers leurs esclaves et goût des femmes esclaves pour le libertinage et pour la liberté (les deux nous n'ont-ils pas la même étymologie ?) ?

Les maîtres populationnistes

Sur les quelques habitations où nous connaissons les résultants des politiques populationnistes, elles ont été relativement positives. Sur la caféière Séguineau au Fons-Baptiste, le gérant se félicite : « Depuis notre heureuse découverte, nous n'en perdons plus. Aussi à notre dernier voyage, l'accoucheuse a-t-elle reçu une gratification de quatre piastres gourdes ; c'est de l'argent placé à gros intérêts. » Cependant, il y a eu onze naissances en 1778, toutes suivies de décès alors qu'en 1790, trois enfants naissent dont deux meurent : le solde est devenu positif mais le nombre de naissances a stigmatisait le sieur Tourtain : les enfants mourant moins du tétanos parce que les mères avortaient de peur d'être punies. Pendant les deux années le solde est positif, ce qui est rare à Saint-Domingue. Sur la sucrerie du Comte Pasquet de Lugé, les résultats sont plus certains, de 1723 à 1752, 28 esclaves naissent sur la plantation, de 1753 à 1788, 141 dont 37 les cinq dernières années. Les naissances augmentent mais elles restent faibles : 23‰, des 36 femmes sur 111 de 17 à 60 ans sont mères et 53% n'ont qu'un seul enfant. Sur l'indigoterie Belin des Marais, une prime est instituée le 4 septembre 1775 : « pour les esclaves qui accoucheraient heureusement et qui sauveraient leurs enfants ». En août 1777, le gérant peut apprécier : « Beaucoup de vivres et de négresses accouchées qui, au moyen du petit secours que nous leur donnons, conservent leurs enfants. » Mais est-ce bien la raison ? L'amélioration des conditions sanitaires peut tout autant jouer. De 1768 à 1775, il y a 2,8 naissances par an, puis la moyenne passe à 4,4 par an. Le but des propriétaires est atteint en 1790 : 109 sujets de moins de trente ans sont nés sur la plantation. Les plus fortes années, la natalité est de 42-43 ‰, mais elle est en moyenne de 20-25‰, ce qui n'est pas élevé si les esclaves ne pratiquent pas de contraception et si le gérant note bien toutes les naissances. Elles sont d'ailleurs réparties entre 26-27 mères.

Malgré la satisfaction des gérants, l'indice apparent de fécondité est très faible sur ces plantations : de 300 à 400. Beaucoup des femmes n'ont pas d'enfants et les mères ont le plus souvent un enfant, parfois deux. Les mères de familles nombreuses sont très rares. Les femmes ne sont pas transformées en pondeuses pour des gratifications. En revanche, les récompenses attribuées aux sage-femmes et les conseils adéquats donnés aux jeunes accouchées ont pu avoir

des effets positifs. Les lettres de colons et de gérants parlent peu du tétanos au cours des dernières années.

Par contre, en Guadeloupe, où nous ne connaissons pas les stratégies des maîtres, les indices apparents de fécondité semblent augmenter, sans que l'on sache si ce n'est pas l'effet d'une moindre mortalité infantile. Ainsi, ils étaient en 1759 proches de ceux de Saint-Domingue : 259 à 416, alors qu'à partir de 1774, ils sont plus proches de ceux de la France : de 435 à 515. Cependant des divergences subsistent : celui de l'habitation Les palmistes est de 878 en 1783 alors que celui de l'habitation Roussel est de 259 en 1793.

L'extension des stratégies populationnistes à Saint-Domingue et aux îles du Vent à la fin du XVIIIe siècle

Combien de planteurs et de gérants ont-ils été touchés par les idées nouvelles ? La plus évidente, celle de la conservation des esclaves n'est pas prise en compte par tous. Ainsi, à Saint-Domingue, le personnel de la sucrerie Cottineau est entièrement renouvelé de 1760 à 1778. 129 esclaves ont été achetés durant cette période alors qu'ils ne sont que 150 en 1775. D'autres plantations ont des soldes naturels très négatifs : la mortalité apparente y est souvent très forte et la natalité apparente très faibles, ce qui se traduit par une diminution des esclaves de 1% à 4,3 par an. Les chiffres des naissances et des décès demandés par les administrateurs pour l'ensemble de Saint-Domingue en 1780, 1787 et 1788, confirment cette impression accablante. Certes, natalités et mortalités semblent largement sous-estimées mais leur solde est largement négatif : sans apport extérieur, les esclaves disparaîtraient en cent ans. Les stratégies populationnistes ont eu beau prendre Saint-Domingue pour cible, les discours n'y sont pas devenus réalités. La situation démographique semble meilleure aux petites Antilles. Certes, les chiffres donnés par les administrateurs présentent des variations qui empêche de les utiliser individuellement mais on retiendra qu'en Guadeloupe, en 1785-1786, les taux apparents de natalités sont proches de ceux de la France et surtout qu'excédents et pertes se suivent. Les seconds sont plus importants que les premiers mais on loin de la perte annuelle de 1 % à Saint-Domingue. À Bisadary, l'espérance de vie à 5 ans en 5 ans serait de 32, 8 ans pour les hommes et 30,8 ans pour les femmes, soit légèrement inférieure à celle des Français métropolitains en 1770-1779 : 46 ans pour les hommes et 45,6 pour les femmes. Par contre, le taux de natalité est égal à celui de la France : il varie de 35 à 40‰, selon le taux de correction adopté pour la mortalité infantile. À la Martinique, les taux apparents variants autour de 25‰, ce qui semble

faible, celui de mortalité étant très légèrement supérieur, sauf en 1785. Sur les cinq années, la perte annuelle est de 0,15 %, soit le dixième de celle de Saint-Domingue.

Ces divergences s'expliquent par l'importance de la traite à Saint-Domingue : les nouveaux captifs meurent en grand nombre et les Africaines sont moins fécondes que les Créoles. En effet, bien qu'elles soient plus nombreuses à avoir un enfant sur les listes de 1783-1793, elles en ont généralement un seul. D'autre part, on peut penser que les couples avaient plus de mal à se former sur les plantations de Saint-Domingue dont l'équilibre était sans cesse rompu par l'arrivée de nouveaux esclaves et où il n'y avait souvent que deux femmes pour trois hommes, puis trois femmes pour quatre hommes. Or les couples ont toujours plus d'enfants que les mères élevant seules leurs enfants sur la plantation, que leur amant soit à l'extérieur ou qu'elles n'aient que des relations épisodiques. Le refus d'assumer des maternités dans de telles conditions : solitude, travail excessif, absence d'avenir, a sans doute également joué un rôle. Ces facteurs, auxquels s'ajoute l'importance de la mortalité infantile, font que la forte proportion de femmes sans enfant survivant est une des caractéristiques essentielles de la démographie antillaise. À Nippes, de 1721 à 1770, 53% des femmes de plus de quinze ans n'ont pas d'enfant survivant, 50 % des mères ont un seul enfant survivant et 4% seulement plus de quatre enfants survivants. En Guadeloupe, 32% des femmes n'ont pas d'enfant survivant. Les femmes concernées par le nouvel intérêt de certains planteurs pour les femmes-mères sont donc bien rares.

Les écrits de colons, d'armateurs et de voyageurs insistent sur la nécessité de l'application de la raison « raison d'humanité » mais la pratique paraît bien différente. Certes, sur les plantations qui suivent des politiques populationnistes, les gérants se félicitent, mais les indices de fécondité paraissent bien faibles et inférieurs à ceux de Nippes dans la première moitié du XVIIIe siècle. Les améliorations sanitaires ont endigué le phénomène de dépopulation, ils n'ont pu changer la tendance. En Guadeloupe, un rétablissement très net s'opère cependant, qui peut être l'effet des mesures citées par Léonard. On peut d'ailleurs opposer Saint-Domingue, où les pertes humaines atteignent 1% par an : laissés à leur seule reproduction, les esclaves disparaîtraient en un siècle, à la Martinique et à Guadeloupe où il faudrait 1000 ans pour cette suppression ait lieu. C'est dire que, comme il est fréquent, les cris d'alarme et les systèmes de réforme ont été contemporain d'une crise qu'ils n'ont pu empêcher parce qu'ils n'ont pas compris sa rationalité.

L'intérêt qui se focalise sur la population, aux Antilles comme en France, prend des tours bien différents. Il ressort en effet, de la nature même de l'esclavage, que les propositions n'ont pas

la même efficacité qu'en France car le maître antillais n'importe quel réformateur français. Mais loin d'être purement répressive l'action des maîtres a des effets créateurs. Au contraire de la France, l'intérêt populationniste se traduit majoritairement par l'abandon des valeurs chrétiennes du mariage, et cela même en Martinique et en Guadeloupe où elles persistaient plus nettement. Bien que certains maîtres continuent à punir les esclaves qui changent des partenaires, le rôle du père est désormais nié au profit de celui de la mère, ventre qu'il s'agit de faire produire. Cette disparition du rôle du père se profilait déjà sur les listes minutes notariales où les enfants ne sont regroupés qu'avec leurs mères pour faciliter les séparations, ainsi que dans la pratique juridique qui veut que l'enfant appartienne au maître de la mère, ce qui ne manque pas d'importance alors que les liaisons rapprochent souvent des esclaves appartenant à des maîtres différents. Il est donc difficile de dire dans quelle mesure ces stratégies ont été influencées par le refus des valeurs chrétiennes par les esclaves au nom de leurs propres modes de parenté. La mère apparaît désormais dans les discours du maître, dont elle est victime autant en profite. Aux Îles du Vent, où l'intérêt du maître se suffit d'une reproduction lente, elles ont plus d'enfants survivants mais elles n'en ont jamais beaucoup ; un ou deux en général et elles ne se transforment donc pas en poulinières d'un hypothétique haras humain. L'amélioration des conditions sanitaires a profité aux femmes mais les gratifications, d'ailleurs faibles, n'en ont pas fait les alliées privilégiées du maître.

ANEXO II. TRADUÇÃO

Desejar a maternidade

1764: data que revela a história militar e política das ilhas francesas: Guadalupe e Martinica estavam sob controle inglês de 1759 até 1762, como resultado da Guerra dos Sete Anos, foram devolvidas para França em fevereiro de 1763 com o Tratado de Paris, em troca de "alguns arpentes¹ de neve" do Canadá que vão para Inglaterra vitoriosa. A partir dessa data, as ilhas francesas ultrapassaram as ilhas inglesas e ficaram em primeira posição no comércio açucareiroⁱ. Guadalupe finalmente se desenvolve e fica em quarta posição depois de São Domingos, da Jamaica e do Brasilⁱⁱ. Mas novas políticas "mais humanitárias" se desenvolvem com foco principal nas mulheres.

"O motivo de humanidade e benefício"

Um novo tema

Até então, os administradores das Antilhas voltaram a se queixar para os colonos franceses sobre "a escassez de negros" e pediam sempre mais. Apenas em Guadalupe, um pouco esquecida, é verdade, para o comércio francês, o Cavaleiro de Mirabeau queria 30.000 escravos em 1754ⁱⁱⁱ. Em 1763, o procurador geral Coquille escreveu inclusive que "é essencial substituir as mortalidades e as enfermidades anuais dos Negros estimadas em Guadalupe, o cálculo vem da experiência^{iv}". Mas uma nova questão aparece na carta bastante citada do governador da Martinica em 11 de abril 1764: "Um dos meus espantos sempre foi que a população dessa espécie não produz desde que as colônias foram formadas, não é suficiente para dispensar os envios da costa da África, deve ao menos formar um fundo de reprodução contínua que não os obrigue a ficar à mercê desse envio, negócio espinhoso para aquele que o faz e que a longo prazo deve esgotar a fonte que o sustenta^v". Essas preocupações vinham do alto depois que o ministro escreveu ao Conde de Estaing, novo governador de São Domingos, no dia 1º de janeiro de 1764: "No geral, os colonos reclamam da falta de negros e supondo que para a colônia tivesse o número necessário, seria necessário que todos os anos 15.000 Pretos sejam substituídos. Imaginando que esse fato fosse verdadeiro, aparentemente morrem 15.000 negros por ano em São Domingos, 7.000 dessas mortes estão fora do curso natural da vida e não considera os negros que deviam nascer no país para substituir naturalmente o número de negros mortos^{vi}." A mortalidade "normal" seria então de 30,8% e a real era de 66%. "O Conde de Estaing se manterá informado quais as causas que ocasionam essa grande despovoação de negros a fim de prevenir da forma mais adequada. Sua Majestade já enviou médicos para os locais para

darem a atenção necessária que pode interessar à conservação das suas vidas". A administração desenvolveu nas ilhas uma nova preocupação metropolitana: "*L'ami des hommes ou Traité de la population*" de Mirabeau teve vinte edições de 1757 a 1760 e claramente defendia o crescimento demográfico^{vii}.

Em 1772, a conservação e o repovoamento dos escravos por "meios baseados na humanidade e interesses pessoais" (dos colonos) são tratados por aqueles que parecem ganhar menos com isso: juízes e cônsules de Nantes, representantes do porto negreiro mais importante da França, em resposta às reclamações nas Antilhas^{viii}. Em 1774, Delatour e Foache, o grande armador de navios de Nantes que construiu um grande engenho de açúcar em Jean Rabel, são os primeiros colonos cujas instruções atestam esses novos sentimentos "de humanidade e de benefício^{ix}". Posteriormente, esse tema é tratado por todos os relatos de viajantes, instruções e manuais para habitantes, cada um propondo seu método de acordo com as causas que levam à desnatalidade. Todas as ilhas francesas foram afetadas: o poeta guadalupense Léonard e o habitante do engenho Poyen de Sainte Maire, na Ilha Esmeralda, Fénelon e o conselheiro Dessales da Martinica, mas sobretudo São Domingos, porque sua riqueza atraía mais viajantes.

De acordo com nossas fontes, o movimento partiu da administração colonial e foi difundido amplamente nas Antilhas por todos que escreviam, nativos ou viajantes. Mas qual interesse explica que a humanidade seja invocada por todos agora?

As causas de uma nova sensibilidade

A conjuntura explica em parte essa mudança. De fato, a Guerra dos Sete Anos parou o comércio negreiro durante quatro anos. Dessa forma, a Martinica não recebeu nenhum navio negreiro de Nantes e os colonos se sentiram à mercê do tráfico. Além disso, dois ciclones que devastaram as ilhas inglesas desviaram o tráfico clandestino de escravos das ilhas francesas enquanto o desenvolvimento dos cafezais nas montanhas aumentou a demanda de escravos, o que resultou num forte aumento dos preços. Aliás, segundo Raynal, "A África, aonde os Europeus vão para recrutar a população das suas colônias, oferece gradativamente menos homens; e vende os mais fracos por um preço mais caro. Essa mina de escravos vai acabar com o tempo^x". Esse assunto, falado por tantos contemporâneos é paradoxal depois que as décadas de 1761-1770 e 1781-1790 viram as mais importantes deportações de cativos africanos para as ilhas francesas durante todo o século XVIII^{xi}.

Os plantadores que queriam diminuir a mortalidade na chegada, faziam os escravizados trabalhar a parte, os alimentavam "à mão", ou seja, davam trabalhos separados, seus alimentos eram preparados de seis meses a dois anos^{xii}. Portanto, segundo Raynal: "todos os anos a sétima parte dos negros que trazemos da Guiné morrem^{xiii}". De fato, na planície de São Domingos, o massacre foi mais assustador: de 1764 a 1768, dez dos vinte Boçais² morreram no engenho Grandhomme, e na vivenda Galbaud du Fort a metade dos recém-chegados morriam em três anos. Nas montanhas, no cafezal Guiton de Maulévrier, a mortalidade parecia menor: "somente" 8 mortos de 25 recém-chegados de 1767 a 1768, ou seja 32%^{xiv}. Em Bisdary, 5 dos 14 recém-chegados no Novo Mundo, até ignoram a língua usada e o tipo de trabalho que lhes eram destinados, sempre trazendo mágoas da sua pátria, suportando ainda os maus tratos dos antigos escravos que eram encarregados de puni-los, as mil tristezas que os assolam às vezes e que frequentemente os levam à morte^{xv}. Além disso, "a maioria dos que chegavam à velhice infeliz eram extremamente limitados, estavam acostumados desde a infância à ociosidade, as ocupações que lhes eram destinadas eram impróprias...^{xvi}".

Daí o ditado: "O negro crioulo ao abrir os olhos pela primeira vez já enxerga tudo que ele verá durante sua vida. Alimentado na escravidão, sua mente se molda a ela insensivelmente, assim como seu corpo que por meio de pequenas provas se prepara desde cedo para os trabalhos duros^{xvii}". Era preciso treinar os jovens para obedecer, os habituar a essa organização metódica do trabalho nas plantações a partir de 1770, quando as tarefas especializadas se multiplicavam^{xviii}. Tratava-se tanto de economia como de micropolítica. Segundo Foache, que sabia o que queria: "não só os Pretos crioulos são bem melhores do que os da Guiné, mas melhor que eles são as crianças, pois formam famílias que unem os negros, os ligam à terra e são mais fáceis de conduzir^{xix}". Da mesma forma, o conselheiro martinicano apreciava que os Crioulos "aprendem cedo a valorizar o seu jugo^{xx}". O "repovoamento" devia permitir ao mestre moldar os escravos de acordo com suas vontades.

Os obstáculos

Lendo todos esses benefícios, é surpreendente observar a pouca quantidade de crianças que tinha nas plantações. As dificuldades podiam ser da responsabilidade dos colonos ou dos escravos, segundo a análise feita, e em decorrência disso as políticas tomadas seriam diferentes.

Parece evidente a priori que os colonos sejam pelo menos favoráveis para os nascimentos em suas plantações, como eles eram no século XVII, mas parece que a partir de 1730 "com o cultivo de novas colônias, o estabelecimento de vários engenhos, o problema da mão de obra se torna

urgente... Os colonos não podiam mais esperar o surgimento de crianças nas grandes plantações... A presença das crianças passa por muito constrangimento^{xxi} " Alguns habitantes consideraram muito elevado o preço das crianças. Eles "calculam a perda de tempo da mãe durante a gravidez e durante a amamentação estimada em dinheiro que ultrapassa o valor da criança; calculam ainda os riscos de perda, sua alimentação e seu mantimento até a idade dele ser útil. Acreditam ser rentável substituir os negros que faltam por negros novos, na idade de trabalhar^{xxii}". Ademais, as crianças que nascem são consideradas "um grande objeto de despesa. Durante os dez primeiros anos, eles não servem para nenhum serviço e durante os quatro ou cinco seguintes ajudam pouco, mas mesmo assim alimentamos, mantemos essas crianças^{xxiii}". Dubuisson, habitante de São Domingos, estimava que a manutenção da comida até o décimo ano era de quatrocentas libras por ano. Esses argumentos são um pouco exagerados porque as crianças de 7-8 anos colhiam ervas para os animais, colocavam as sementes de anil nas plantações, etc^{xxiv}.

A *fortiori* não existia a vontade de comprar escravas reprodutoras, fato apurado por Gilberto Freyre no Brasil. No entanto, uma evolução aconteceu. A *Memória da agricultura de São Domingos* critica que os compradores só olhavam as "partes nobres dos negros" quando suspeitavam de doenças "secretas", e aconselhavam os examinar para descobrir seu temperamento^{xxv}. A propaganda de 1786 dos negreiros de Nantes ostentava belos negros da nação Bambara, incluindo amas de leite com suas crianças^{xxvi}. Anteriormente, segundo o capitão negreiro Van Alstein, as crianças mais novas eram jogadas no mar porque causavam problemas e afastavam os compradores^{xxvii}.

Essas perdas devidas às maternidades escravizadas conduziram certos senhores a tentar evitá-las? Segundo Lecointe-Marcillac: "Os senhores gananciosos temiam a perda dos dois últimos meses das negras (grávidas), em seguida, chegavam a fazê-las abortar cedo.^{xxviii}" Mas não existe nenhuma testemunha ocular; Foäche se limitou a criticar certos habitantes de serem "indiferentes aos horrores revoltantes", como o aborto, mas não os reprimia^{xxix}. A responsabilidade dos senhores passaria a ser maior. Dessa forma, em 1776, o advogado Hilliard d'Auberteuil estimava em 800.000 escravos introduzidos em São Domingos ao longo do século: Um viveiro forte devia produzir milhões de escravos, no entanto, não existem mais

do que 290.000 escravos na colônia; não são as doenças estão enfraquecendo a população Preta, é a tirania dos senhores: ela supera os esforços da natureza.^{xxx}” Em 1765, o ministro

acusou^{xxxii} em geral a falta de cuidado quando estão doentes", após ter descartado a grande causa da mortalidade dos Brancos: o clima "que é pouco provável para as pessoas tiradas da África".

Em 1776, o médico Dazille teve a mesma opinião; ele constatou depois de sete anos de estadia em São Domingos que: "Em toda parte a comida é insuficiente, falta vestimentas e o trabalho acima das suas forças faz perecer o produto anual de geração de negros e objeto de importação.^{xxxiii}" De fato, a comida dos escravos era composta basicamente de mandioca, banana, batata, arroz, que não tinha vitaminas e cálcio suficientes, o que podia provocar a baixa fecundidade^{xxxiii}. Além disso, Pitman calculou que nas Antilhas inglesas, os nascimentos diminuía quando a produção de açúcar impulsionava mais de 2.000 pesagens anuais por grupo de três escravos^{xxxiv}.

Neste ponto, Fénelon está convencido que os grandes culpados são os colonos, assim propõe uma lei que os isentaria das taxas das crianças escravas. "Nas aldeias com uma boa polícia, poderia ser controlado; nas casas que são dispersas nos campos, o policiamento é mais difícil. Só existe um meio: Formar nas aldeias de cada colônia um estabelecimento para as crianças onde os habitantes serão obrigados a enviar, assim como os negrinhos e negrinhas recém-nascidos ficaram sob cuidados do pároco e do escrivão local, e de um bom cirurgião em cada setor.^{xxxv}" Essa proposta nunca viu a luz do dia. Para incentivar os colonos a tomarem medidas humanitárias, o advogado Hilliard d'Auberteuil e o poeta guadalupense Léonard^{xxxvi} propõem diminuir o imposto dos colonos cujos engenhos sejam prolíficos. De fato, o imposto, calculado pelo número de escravos, desencoraja os colonos de favorecerem as natalidades. Essa era uma forma de reconhecer sua culpa? No entanto, eles só pagavam esse imposto pelos escravos de quatorze anos ou mais, que não eram deficientes e que davam lucro.

Os colonos veem o despovoamento diferente. Assim, Dubuisson, habitante de São Domingos, replica Hilliard d'Auberteuil: "Não aponte a tirania dos senhores, mas a libertinagem dos negros e negras que os torna incapazes de procriar por causa dos excessos dos quais eles se ligam e as poucas negras que desejam ser mães por causa dos cuidados exigidos delas durante algum tempo, e as privações que esse estado impõe, privações ainda mais sensíveis para indivíduos cujas noites libertinas são frequentemente a compensação para todos os dias laboriosos^{xxxvii}." O excesso de libertinagem afligia um grande número de escravos com doenças venéreas^{xxxviii}. Sobretudo, isso explicaria "o crime atroz, frequente, de fazer aborto forçado ou destruir as crianças em seus primeiros dias de vida^{xxxix}." Labat, no começo do século, já pensava que as escravas abortavam facilmente, principalmente quando estavam grávidas de Brancos, porque

elas conheciam uma forma de fazer essa operação com uma facilidade surpreendente^{xl}. Ademais: "Acontece muitas vezes que uma negra que tem o filho do seu amante, o deixa morrer para dar mais atenção a criança de um outro."^{xlii} Esse assunto não é específico nas Antilhas, já que o *Memorial da população de Chevalier* du Cerfvol indicou que, em 1768, na França: "Várias mulheres faziam de tudo para diminuir a fecundidade e abaixar a gravidez."

Todavia no final do século, o tétano era conhecido por matar um terço dos recém-nascidos e por ser "o principal obstáculo que impedia a multiplicação de Pretos na América^{xliii}". Ora a maioria dos colonos estava convencida que o tétano se desenvolvia "pelo enfraquecimento dos centros nervosos obtidos por traumas no cordão umbilical, pela retenção de mecônio³ no intestino, pela compressão da fontanela⁴..."^{xliiii}. Os plantadores dão provas da eficácia dos remédios tomados assim como da ausência de tétano entre as crianças brancas e entre os senhores, que puniam severamente as mães e as parteiras quando as crianças morriam. As mães provocavam o tétano quando receavam que a cor da criança mostrasse sua infidelidade, pela aversão contra o senhor ou ainda por uma ternura cruel pela criança; esses dois motivos mostram uma certa revolta contra a escravidão. Moreau de Saint-Méry acrescenta: "No entanto, como a natureza mantém seus direitos sagrados até mesmo com os animais mais ferozes, o destino das negras amas de leite era bondoso, sendo mais provável que a maldição tenha se originado das parteiras. Elas cometem esses crimes para se vingarem dos seus senhores ou da família da criança. Às vezes, essas infelizes vítimas são sacrificadas pela superstição que as condena antes mesmo do seu nascimento". As parteiras confessavam às vezes os seus crimes^{xliv}.

"Para cada um sua cada uma" (Poyen de Sainte-Marie 1792)

Contra a libertinagem

Depois que a libertinagem reduziu os nascimentos, alguns plantadores a combatiam. Em 1765, o dono do indigueiro Monnereau recomendou punições repetidas contra os escravizados que "rejeitavam alternadamente as negras pelas quais eles sentiam nojo". Era um defeito dos escravos, mas o exemplo vem do parcimonioso branco^{xlv}. Em 1774, Delatour aconselha seu administrador em dar bônus para "as negras conhecidas por serem menos libertinas e que vivem há muitos anos em harmonia com um negro da mesma plantação^{xlvi}". O bônus é direcionado somente para a mãe e, neste mesmo domínio, nada está previsto para o homem. É verdade que pela superioridade numérica masculina, as mulheres tinham mais facilidade em serem libertinas. Em 1773, Foäche vai mais longe nessas recomendações que tendem em transformar a escravidão em servidão. "Para impedir o mal no seu princípio, é preciso diminuir a

libertinagem o mais rápido possível. Os melhores meios que eu conheço são de exercitar as uniões, tornar o destino dos pais e mães mais feliz... garantir aos negros propriedades. Os cuidados que são precisos para criar porcos e aves, ter companhia é necessário, os cuidados recíprocos aumentam o apego.^{xlvi} É a vontade de imitar as famílias camponesas da França e lembrar estranhamente os projetos filantropos do século XIX que tentaram - com as cadernetas de poupança - fazer as pessoas "mais perigosas", que são mais móveis, desejarem a propriedade. "Outra desordem que tive conhecimento foi a dos capatazes que formaram um harem para as negras mais novas: no engenho só um terço das mulheres eram abusadas", escreveu Foäche em primeiro de dezembro de 1773^{xlvi}. Em 1793 um desses capatazes, Bernard, foi libertado pelo seu comportamento contra "os bandidos" e pelos sessenta filhos que ele teve na plantação^{xlix}. Esses homens escravizados aproveitaram esse benefício que lhes foi confiado e minavam a luta contra a libertinagem ao reconstituírem uma certa poliginia. Por vezes, há um desfasamento das políticas dos senhores e a realidade das plantações.

A luta contra a libertinagem não implica necessariamente em mais casamentos, como no século XVII, mas a questão é objeto de discussão nos salões.

"Encorajem o casamento que é a alma da população"

Alguns colonos favoreciam sempre os casamentos. "Enquanto um negro que vive com uma negra que repudia encadeia brigas e envenenamentos, aqueles casados são fiéis.^{li}" Dessa forma, o marquês de Ségur diz que:

Também concordo com a ideia de casamento, se evitam as noites que eles vão atrás das amantes em fazendas muito distantes. Depois de correr a noite inteira para satisfazer uma necessidade muito natural, da qual ele deve achar uma forma de fazê-lo, ao nascer do sol o negro retorna para o patrão e faz seu trabalho obrigatório. Caso se sinta incapaz de fazê-lo, ele permanece fugitivo. Quando um senhor de escravos tem a política e a ordem, suas terras são cultivadas melhor, tem menos braços (escravos) nervosos, menos fugitivos e uma população maior.^{li}

A população era prioridade entre os motivos a favor do casamento. Em 1765, em São Domingos: "Nos poucos engenhos onde os casamentos são legítimos, os negros não precisam comprar negros para substituí-los e até mesmo aumentam sua população se desfazendo de negros que atrapalham e dão problema, os transportam para o Espanhol do continente^{lii}".⁵

Para favorecer os casamentos, Ségur em 1777 usou a velha tática religiosa: ele não separava o batizado do casamento para os negros recém-chegados e a educação era feita com muito vigor.

Todos os negros recém-chegados que eu comprei foram instruídos pelos intérpretes da conduta que eles deveriam seguir, dentre eles a obediência e a submissão para todos os trabalhos. As mulheres eram acomodadas em um lugar separado dos homens. Instruindo uns aos outros em suas orações, foram incessantemente batizados e casados por vontade própria e depois alojados de dois em dois em cabanas mobiliadas... Os negros das nações Ibo e Moko são muito esforçados e valentes e se preocupam em ganhar o suficiente para vestir suas mulheres e seus filhos.^{liii}

O capataz devia ter cuidado para que nenhum negro cobiçasse a mulher de outro. Em 1788, De Wimpffen se apoia igualmente nessa ideia sobre o alojamento: "Só os negros casados terão o privilégio de habitar em uma casa particular, sem permitir, como já é feito, de frequentemente mudar de mulheres como de camisas".^{liv} Segundo Petit, os jesuítas "engajam os escravos núbéis para casar-se pela facilidade que teriam em montar e manter suas pequenas casas^{lv}". Dessa forma ele propôs em 1777: "Mulheres escravas que estavam envolvidas em um casamento legítimo e que alimentaram cinco filhos da sua cor tendo o mais novo sete anos completos e o mais velho trabalhando no jardim^{lvi} seriam dispensadas do trabalho". Os não crioulos deveriam trabalhar trinta anos sem intervalo e os Crioulos de quarenta a cinquenta anos. Essa seria "uma forma de talvez cessar o tétano". As africanas podiam ser liberadas aos 47 anos caso elas tivessem o primeiro filho aos 20 anos e as outras a partir dos 57 anos. Todas essas condições exprimiam o desejo de fazer acontecer o casamento, a recusa da mistura de raças, a reprodução e a frequência do trabalho. É notável que não existia menção sobre a recompensa para o pai, isso parece ser explicado pelo reconhecimento do trabalho físico que constitui a maternidade e a amamentação, mas sobretudo pelo fato das mulheres dessa idade custarem menos que os homens. De fato, elas eram mais debilitadas pelas doenças e não podiam fazer mais do que trabalhos leves enquanto o desgaste físico dos homens era mais recompensado por causa do trabalho. Resumindo, essa recompensa era verdadeiramente a mais frágil possível. Além disso, favorecer o casamento significava frequentemente protegê-lo dos colonos, e principalmente, contra sua libertinagem^{lvii}. O Código Negro dava toda liberdade para os senhores recusarem-no e o costume do país sempre fez com que impedissem o casamento. O martinicano Dessalles queria mesmo abolir essa possibilidade^{lviii}. Portanto, era um verdadeiro impedimento para os casamentos, como os religiosos informaram ao Ministro da Marinha.

Não é permitido que um negro de um engenho se case com uma negra de outro, porque essa é a causa de vários casamentos ruins que a necessidade concluiu. Ainda existem as plantações que não podem fazer nenhum casamento, seja porque os negros pertencem à senhores diferentes ou porque são parentes de primeiro grau, ou pela falta de negras. Veja com o M. Mithon e com os melhores e mais sensatos, uma forma de remediar esse obstáculo que é ruim para a colônia, que impede o aumento de escravos e me conte os temperamentos dos quais serão acordados.^{lix}

Pedido que permaneceu sem resposta porque ele se opunha ao poder discricionário do proprietário.

Contra o casamento

De fato, "vários habitantes das colônias não são a favor do casamento entre negros e pensam que eles vivem mais bem juntos e em harmonia sem sacramento do que quando são casados ^{lx}".

Até mesmo na Martinica, conhecida pelas fazendas muito cristãs, "vários habitantes são contra o casamento sob o pretexto que esse método tira a liberdade de dividir seus interesses e prejudica de certa forma seu direito à propriedade ^{lxi}". Segundo Girod de Chantrans: "Muitas vezes a recusa de uma política aumenta mais o seu benefício. Compreende-se que o escravo não pretende, pelo ato de se casar, assimilar-se aos Brancos, do qual ele deve respeitar todos as regras sem jamais ousar imitá-las ^{lxii}". Embora essa argumentação não tenha sido desenvolvida por outros autores, ela foi compartilhada entre certos colonos.

Além disso o escravo, por ele mesmo, não se preocupa com o casamento.

Qual benefício pode se esperar do casamento? Nenhum. Tudo que faz é adicionar mais uma corrente àquela que o prende. O uso permite que ele o mude, sua inconstância o incentiva a fazê-lo: Seria muito estúpido se privar voluntariamente da única liberdade que lhe resta? Isso não é tudo: o casamento aumenta o mal-estar da família mais ou menos grande, quase inteiramente dependente da mãe durante sua infância e da qual a mãe não recebe nenhuma ajuda que precisa nessa idade. Em algum momento, o mestre venderá o pai, a mãe ou a criança, cada um separadamente e onde ele quiser... Os títulos de pai, mãe e filho se perdem ao longo dessa triste circunstância. ^{lxiii}

Raridade dos casamentos

De fato, os casamentos são muito raros, principalmente em São Domingos. Nenhum escravo casado foi sinalizado em Nippes de 1760 a 1770, nem sobre as plantações da planície. Os inventários guadalupenses descrevem que menos de 5% dos escravos tinham mais de quinze anos de casados, porcentagem que diminuiu rapidamente. Em Bisdary, 36% das mulheres de vinte a trinta anos estavam casadas em 1763, não existia mais nenhuma em 1783. Na Martinica, as duas vivendas de l'Anse-à-l'âne e de Fonds-Saint-Jaques tinham porcentagens altas em 1773: "A concubinação não existe mais e a fidelidade conjugal é prestigiada ^{lxiv}". No entanto, sob toda a ilha, os casamentos eram bastante raros, mais do que na maioria das outras ilhas. Assim em Case-Pilote, a porcentagem de nascimentos legítimos decresce de forma contínua: 13,5% de 1760 a 1769, 8,9% em 1771-1772, 5% a partir de 1783 até 1800 ^{lxv}. Além disso, os casamentos só aconteciam nas plantações mais importantes, embora não fosse diretamente

proporcional à importância dos engenhos. Em Trou-au-chat, atualmente Ducos, em cinco anos, cinco casamentos aconteceram enquanto 239 crianças foram batizadas^{lxvi}.

Os africanos mostram mais vontade de casar-se do que outros escravos. Assim em Guadalupe de 1770 a 1789, segundo Vanony-Frisch^{lxvii}, 3.163 dos homens adultos e 3.228 mulheres adultas são casados: 5% são africanos e 4% são homens crioulos negros e mestiços, assim como 4% são africanas e crioulas negras, contra 3% das mestiças. A metade dos casamentos acontecem entre pessoas da mesma categoria (Africano, Crioulo negro ou mestiço). Os africanos se casam mais com as Crioulas negras do que com suas compatriotas. Além disso, os casamentos marcam um lugar de certa hierarquia na plantação: 40% dos homens que se casam são qualificados. Um homem casado é duas vezes mais qualificado e está quatro vezes mais alto nos cargos do jardim que um solteiro. Os casamentos são tardios e permitem, como em Ducos e Bisdary, a legitimação de muitos filhos. Dessa forma, em Guadalupe, dos 123 casais legítimos, 70% dos homens e 57% das mulheres tinham mais de 40 anos.

A descrição feita por Léonard em 1787 de um casamento na plantação Desmarets em Guadalupe mostra que o casamento, interpretado como um sinal de cristianização, é igualmente uma forma de afirmação das particularidades das nações africanas.

Diferentes nações de Negros podem ser distinguidas pelas suas bandeiras. A noiva, segurando as pontas do vestido com suas duas mãos, no meio do círculo, e cada mulher se apresenta na frente dela para dançar. As nações tinham suas danças particulares; a dela era um pequeno movimento calculado pelo pé. Mas ela teve de enfrentar durante o dia todo as dançarinas que vinham provocá-la: ao se retirarem, elas jogavam dinheiro no seu avental. Algumas cantavam uma espécie de epitalâmio, interrompido pelo refrão do coro; outras, se curvam e dançam envolta da noiva, movem seus quadris com uma agilidade surpreendente, e algumas delas batiam duas cabaças uma contra a outra, girando com tanta rapidez que no fim de poucos minutos elas ficavam encharcadas de suor. Negros de figura grotesca batiam nos tambores e riam das atitudes engraçadas dos dançarinos bobos da corte. Algumas danças representam todos os períodos do amor, mas esses enredos oferecem só uma voluptuosidade sem pudor. A jovem noiva, vestida de branco, de cabeça baixa, olhando para o chão, agita os pés e mal sorri dos gracejos das suas companhias.^{lxviii}

Se o número de casamentos diminui, os concubinatos se desenvolvem?

Os concubinatos

De fato, mesmo Foäche e Delatour manifestando seus desejos para que as uniões regulares, senão legítimas, se desenvolvessem, a apresentação dos escravos não mudou e não sabemos o tipo de ligação dos escravos entre eles: homens, mulheres e depois as crianças. Em São

Domingos, o cafezal Dartis é a única plantação estudada que apresenta os escravos por casais com seus filhos.

Em Guadalupe, com exceção de Bisdary, só onze casais não casados aparecem, os rastros de casais casados são mais frequentes. Os escravos trocavam mais de parceiras do que de camisas como diziam os colonos^{lxix}? Em Bisdary casais concubinos apresentam mais estabilidade do que os casais casados, reportados em 1763 e em 1783. Na Martinica, foram reconhecidos alguns recém-nascidos de crianças de dezessete anos. Pode se pensar que essa apresentação torna as separações dos casais mais secretas, uma das razões dadas sempre pelos mestres contra o casamento. Assim, o inventário de François Angot e Marie-Jeanne Ganot^{lxx} indica dois casais: Marcel, crioulo de trinta anos e Julie de quarenta anos, Paulin de vinte e cinco anos com Adélaïde de vinte e dois e a filha deles de cinco anos. O primeiro homem e a segunda mulher pertenciam à Elizabeth Angot-Larue, o segundo homem e a primeira mulher pertenciam à François Angot.

Os pais dos recém-nascidos escravos que foram indicados pelos registros paroquiais de Case-Pilote de 1760 a 1762^{lxxi}, permitem ver que, se tirar provisoriamente os 22% de pais livres, os pais escravizados seriam só um pouco mais numerosos que eles nas outras ilhas: 56%. No interior da plantação: 49%, dos quais 20% são casados. Essas relações extra plantações que eram completamente desconhecidas, são então majoritárias. No entanto, o número de crianças que vivem diariamente com seus pais escravos é bastante elevado.

Embora os casais concubinos podem ser relativamente numerosos nas plantações, essa prática não parece ser encorajada pelos senhores.

Número igual de homens e mulheres?

Parece evidente que a forte desproporção de sexos nas plantações dificulta a formação de casais e as poucas mulheres que existem impedem a reprodução de escravos. Na Martinica, o equilíbrio é alcançado, mas o número de homens a cada cento de mulheres em São Domingos é de 148 em 1754 e em Guadalupe de 112 em 1752. Contudo, a igualdade numérica de sexos é raramente citada a não ser por Monnereau em 1765 e Raynal em 1770, que aconselham exigir dos navegadores que frequentam o litoral da África que eles formem suas cargas com um número igual de homens e mulheres, ou até mesmo algumas mulheres a mais durante alguns anos para acabar antes com a desproporção existente entre os dois sexos. Essa última precaução, "colocando os prazeres do amor ao alcance de todos os Pretos, os consolando e os

multiplicando^{lxxiii}". O "velho plantador guadalupense" Poyen de Sainte-Marie aconselha os "jovens" em 1792: "É preciso comprar tantos escravos de um sexo quanto do outro para uni-los em casais, mas como os homens são mais inconstantes que as mulheres, é preciso atenuar esse defeito ao comprar o homem e deixá-lo escolher sua companhia^{lxxiii}".

Em São Domingos, alguns plantadores tentam comprar mais mulheres^{lxxiv}. O motivo para isso é apontado na plantação Bretton-Deschappelles como de encorajar a população, mas o feitor de um cafezal no Matheux explica que seria porque as perdas de Africanos são menores. Apesar disso, outros plantadores, que afirmam, portanto, querer desenvolver os nascimentos, têm mais escravos homens do que mulheres. Assim era no engenho de Foäche, onde tinha 282 homens e 201 mulheres, ou no indigueiro Belin-Desmarais, cujo feitor só comprava homens visto o trabalho que fariam^{lxxv}. Contudo, o número de homens para cem mulheres diminui em São Domingos.

Em Guadalupe, o número de homens por cem mulheres é ainda de 115,6 em 1772, depois diminui para 109 adultos e 115,6 crianças em 1790. De fato, alguns plantadores compram Africanos de entre doze e dezesseis anos para treinarem eles mais facilmente^{lxxvi}. As listas estudadas manifestam um certo equilíbrio numérico entre homens e mulheres apesar das diferenças de acordo com as plantações.

A possibilidade de o escravo achar "cada um sua cada uma" está presente na Martinica desde 1764, muito próxima de Guadalupe e de São Domingos, onde a desproporção entre os sexos permaneceu ainda muito elevada.

Mas a antiga tática dos colonos de favorecer os casamentos já não é válida. Além disso, por que forçar duas pessoas quando tudo depende de uma só no final das contas? Muitos colonos chegam à conclusão de Girod-Chantrans: "Nada de casamento, eu repito: Nada de casamento para preencher o infortúnio deles. Eles continuarão vivendo juntos como sempre fizeram até o presente, e o prazer sempre será um motivo suficiente para encontrar pais. Mas é a mãe que tem responsabilidade e também tem em suas mãos o poder de destruir todo o trabalho: é preciso interrompê-la^{lxxvii}".

As mulheres, alvos das políticas natalistas

"Cuidados paternos" (Conde de Agoult, 1790)

Desde Fénelon e Raynal chegaram exortações para cuidar dos bebês recém-nascidos e suas mães, e juízes e cônsules de Nantes foram ouvidos. Os cuidados para negras grávidas antes, durante e depois do parto, são agora citados por todos os autores de relatos de viagem e manuais para habitantes.

Alguns parecem óbvios. Assim, surge o fato de as mulheres grávidas apenas fazerem trabalhos mais leves nos últimos momentos da gravidez^{lxxviii}: o senhor do cafezal Laborie impede as grávidas de pegarem fardos mais pesados, isso ressignifica as práticas anteriores dos senhores de escravos! O artigo parece importante depois da inclusão dos mandatos de 3 dezembro de 1784 e 23 dezembro de 1785 em São Domingos, ampliados em 1786 nas Ilhas de Barlavento, que regulavam especificamente os bens dos ausentes. Enquanto o horário de trabalho recomendado para todos é do nascer do sol até meio-dia, depois a retomada às 14 horas até o fim do dia, o artigo 5 precisa: "as negras grávidas ou amas de leite só trabalharão moderadamente, depois do nascer do sol até às 11; elas retomam às 3 horas e pararão meia hora antes do pôr do sol. Sob nenhuma circunstância serão sujeitas a vigílias^{lxxix}". Elas trabalhariam duas horas e meia a menos que os outros escravos. Poyen de Sainte Marie aconselha parar de trabalhar quando elas estão grávidas de 7 meses^{lxxx} até a amamentar.

Os hospitais se multiplicam nas plantações e as doenças, principalmente as venéreas, são agora mais bem tratadas. Ora, segundo Dazille, várias crianças nascem cobertas de pústulas venéreas, que as impedem de mamar, sintoma confundido com tétano. Assim, ele traça a construção e a distribuição de uma sala especial para os partos^{lxxxi}. Tanto quanto higiene, se trata de lutar contra a "maldade". "É preciso colocar todas as negras grávidas num alojamento destinado unicamente para isso, que não entre absolutamente ninguém além da parteira que corresponde à mãe do acontecimento. Desde que as negras grávidas se aproximam desse momento, é preciso colocar nas mãos da parteira.^{lxxxii}" Essa profissão aparece ao lado hospitaleiro nos maiores engenhos, como os de Séguineau, Pesquet de Lugé e Bisdary. Moreau de Saint-Méry insiste na necessidade da sua formação^{lxxxiii}, cruzando interesses metropolitanos e de fato, a técnica parece melhorar. "O mal de sete dias, que antes era muito comum em Cavaillon, não aparece mais. Atribui-se essa mudança ao costume de cortar o umbigo dos bebês só depois de retirar todo o sangue da extremidade do cordão e impedindo em seguida a seção do contato imediato com o ar. Outros moradores se contentam em ter boas negras parideiras e dar recompensas por cada bebê que não tem mal de sete dias e esse cálculo teve o mesmo sucesso.^{lxxxiv}" O nome científico do mal de sete dias é tétano neonatal, tais preocupações não são inúteis.

Na vivenda Montrouis^{lxxxv}, uma ama de leite e de duas à quatro grávidas foram isentas de trabalho de 1º de fevereiro de 1790 até 31 de janeiro de 1791, ultrapassando os conselhos de Poyen de Sainte-Marie: "Depois dos partos, não enviá-las para o campo antes dos bebês completarem dois meses; esse tempo será colocado em benefício da mãe e será vantajoso para a criança, como a intempérie que ocasiona muitos males quando se expõe muito cedo às poluições do ar."^{lxxxvi} Em seguida, duas amas de leite trabalham juntas de forma que elas se revezam para amamentar os filhos. Essas reduções de trabalho têm como objetivo impedir que o leite das amas seque.

Os cuidados com os bebês aumentam igualmente. Nos cafezais, em Matheux e em Abricots, eles são alimentados de sopas quentes sob cuidado do tesoureiro ou do feitor. As crianças delicadas são enviadas para um pequeno lugar nas Montanhas ou para beira mar com uma velha escrava^{lxxxvii}.

São cuidados que nos parecem essenciais e óbvios. Aparecem nesse extremo fim do século XVIII e não contribuem para a humanidade dos senhores. Eles querem verdadeiramente reduzir ao máximo os custos dessas bocas "inúteis". Ora, os défices alimentares^{lxxxviii} sem dúvida explicam bem os abortos espontâneos, o tétano neonatal e a alta mortalidade infantil. No entanto, os plantadores querem reverter também a tendência demográfica ao impedir os escravos de matar seus filhos com suas próprias mãos.

"Fazer desejar ser mãe"

"O meio mais correto (de encorajar a população do seu engenho), é fazer com que quantos mais filhos a escrava tiver, mais conforto ela terá." Os senhores vão então utilizar táticas bem conhecidas com esse objetivo, mas que serão reguladas precisamente.

As gratificações

Os senhores já entregam recompensas em comida, vestimenta e mais raramente em dinheiro para os operários das obras ou por trabalhos excepcionais. Esse método será direcionado às escravas que são mães. Assim, Foäche comanda seu feitor em 1774: "Quando a criança está fora de perigo, recompense as duas negras, dar para a parteira 15 libras e para a mãe duas mudas completas de pano e pano para seu bebê^{lxxxix}". Da mesma forma, de acordo com Poyen de Sainte-Marie: "O senhor deve aumentar sua recompensa a cada criança que ela parir; certamente, os mantimentos concedidos à mãe para seus filhos não serão incluídos nessa

generosidade, que deixa de ser uma^{xc}". Mas o bônus em duas etapas se torna o meio de recompensa mais utilizado. Em 1774 Delatour é o primeiro fazendeiro conhecido por aconselhar: "Eu aprovo e incentivo a distribuição de quinze libras para cada negra que pariu no dia que o bebê for batizado e outras quinze libras quando for desmamado^{xcii}". Essa "soma" (é) comparada modestamente as 400 libras recebidas pelo cirurgião pela vacinação de negros contra a catapora^{xciii} (ou contra varíola), as 660 libras ganhas pelo senhor da anileira por ajudar a fabricar anil, mas a comparação é importante com as 8 libras dadas ao escravo que prende um negro marron⁶, quer dizer fugitivo, uma recompensa importante para um escravo, mas não extraordinária. No cafezal Séguineau, as gratificações são dadas para mulheres grávidas, mas também para os capatazes^{xciii}. Essas gratificações são igualmente concedidas nas plantações de Chaurand em 1788 e pelo Conde de Agoult em 1790. Elas são reportadas com o custo das crianças: 200-300 libras desde os seis meses.

Outras incitações para maternidade são de ordem honrosa: assim o poeta guadalupense Léonard propõe que as escravas que tiverem vários filhos sejam não somente recompensadas, mas distinguidas das outras. Girod Chantrans imagina certas medidas simbólicas cujo equivalente seria o Dia das Mães.

É preciso que o batismo seja celebrado honestamente: porque os escravos são mais sensíveis do que se imagina a um certo elemento que parece os distinguir e os marcar como algo interessante. Finalmente, em cada engenho foi instituído, uma ou mais festas anuais para as mulheres férteis, que celebrariam com entusiasmo; festas das quais as mulheres inférteis serão excluídas, ou só assistiriam como espectadoras. Veremos as mães com seus filhos, reunidos na mesma mesa, lotada de presentes do senhor, mostrar para todos do recinto, as recompensas da mãe. Elas tornam os negros mais velhos e bons serventes, as honras da festa, que se acaba em dança. Essas medidas, unidas aos cuidados essenciais, serão muito boas para excitar a emulação de fecundidade entre as negras, adocicar a escravidão e fazer nascer o amor ao mestre e ao país, nos jovens corações dos seus escravos.^{xciv}

Essas sugestões não foram aceitas, mas elas mostram bem os objetivos das políticas natalistas e a imaginação que elas suscitaram na opinião fundamentada.

"Nada se iguala à liberdade no coração do homem^{xcv}"

Os colonos sabem bem que é o desejo mais querido dos seus escravizados é a liberdade e iludem os bons sujeitos e agora as mães de vários filhos. O armador de navios e dono de engenho Foäche quer que toda mulher "com quatro filhos tenha um dia por semana para trabalhar no seu quintal (quer dizer, seu campo particular), que ela seja privada dessa vantagem quando o número não tiver completo; aquela que tiver quatro filhos, o mais novo com quinze anos, seja isenta de trabalho para sempre e receba o dobro de campo normal, mas que ela não possa sair

do engenho e que seja açoitada como as outras, que ela perca sua liberdade caso entre em qualquer briga ou caso não informe sobre uma briga se for provado que ela teve conhecimento^{xcvi}". A mulher será livre quando ela entrega quatro filhos para substituí-la. Ela tem 43 anos, ela teve seu primeiro filho com 20 anos e tem o intervalo de dois anos entre cada filho como é habitual com a amamentação; os escravos eram colocados para trabalhar aos 13 anos. Nessa idade, as capacidades físicas são limitadas e o valor dos escravos diminui bastante; além disso, é raro que elas ainda tivessem filhos e então essa liberdade não cria novos libertos. A liberdade que é proposta para elas é a de "savana", quer dizer não oficial, tributada. Sobre tudo essa liberdade de savana depende do comportamento do escravo, do qual Foäche espera conseguir adquirir o apoio. Pasquet de Lugé concede essa mesma liberdade para as mães de seis crianças das quais o caçula tenha 8 anos e o mais velho trabalhe^{xcvii}.

A ideia de libertação de savana é retomada pelo governo nas ordens de 1784 e 1785^{xcviii}. "Artigo 6: Toda escrava, mãe de seis filhos, será isenta no primeiro ano de um dia de trabalho por semana, de dois dias no segundo ano, três dias no terceiro e assim por diante até que ela seja dispensada de todo trabalho na plantação. Ela perderá essa isenção caso ela deixe morrer, falte com os cuidados dos seus filhos antes dos dez anos." Essas disposições são menos favoráveis do que aquelas excepcionais de Foäche. Elas permitem que uma mulher seja livre com 38 anos nas mesmas condições anteriores. O objetivo é claro: pressionar as mulheres a terem filhos e cuidar deles. Essa liberdade só se aplica as mulheres, como se todo o papel fosse negado ao pai, que supostamente está de passagem. Um colono em 1790 apresenta uma outra versão dessas liberdades de savana onde o pai pode ter um grande papel no caso da morte da mãe. "Os colonos concedem através da humanidade a liberdade de savana para as negras mães de cinco filhos que completaram doze anos e ela assegure que nenhum dos filhos morra depois de chegar nessa idade. Concedem dois a três dias de liberdade por semana para aquelas que tem três ou quatro filhos. Os negros têm o mesmo papel quando as mães estão mortas e que os filhos sejam muito novos.^{xcix}" Então, a pessoa que se ocupa das crianças mais novas que é recompensada, ora é a mãe na medida em que os filhos pertencem ao senhor dela. Cassan é o único que propõe a liberdade conjugal do pai e da mãe de 7 filhos, e isso em 1790^c. Esse tipo corresponde a única liberdade oficial pelos motivos dos quais tivemos conhecimento. Dia 18 de maio de 1789, o inventário de sucessão Pinson em Sainte-Marie, Capesterre em Guadalupe, onde só tinha 7 adultos, reconheceram a liberdade de um homem de 58 anos e da sua mulher legítima, uma mulata de 46 anos, cujos 7 filhos permaneceram escravizados^{ci}.

Quantas mulheres podiam aproveitar dessa possibilidade? Muitas mulheres escravas não tinham filhos vivos e as outras tinham poucos. Em Nippes, de 1721 a 1770, 47% das mulheres com mais de 15 anos não tinham filho sobrevivente. Com mais de cinco crianças sobreviventes: em Nippes 2% das mães, em Guadalupe 5,5%, em Case-Pilote (Martinica), nove mães. Essa porcentagem é mais alta na vivenda Rochechouart onde tem 11 mães das 56 famílias conjugais^{cii}.

Essa liberdade de savana atingiu um número pequeno de mulheres, mesmo que ela fosse expandida. De fato, as mães de cinco filhos não são muitas: em Nippes 11 de 493 mães e 1.148 mulheres com mais de 15 anos; em Guadalupe 21 de 307 mães.

As liberdades de savana tinham então um público potencial muito limitado: seu objetivo era evidentemente um incentivo. Nossas fontes não apontam mudanças, mas datam do período entre 1784 e 1786 e os eventos revolucionários, que foram tão curtos que o efeito dos mandatos não foi sentido pelas grandes famílias. Mas o que acontecia com as mulheres cujas crianças morriam? **Crimes e castigos**

Os senhores estavam convencidos que os bebês morriam como resultado dos feitiços das suas mães e as puniam em consequência. Assim, em 1774 Foäche:

Quando morre o bebê, que a punição da parteira seja o açoite e da mãe seja o açoite e o colar de ferro que deve ficar nela até engravidar novamente; que todas as negras que engravidarem sejam obrigadas, sob risco de punição, de declarar a parteira que tenha relação com o cirurgião, do qual ela deve ter um registro. A negra declarada grávida e reconhecida por tal que fez aborto sem o declarar deve ser punida com colar de ferro até que ela volte a ficar grávida. Da mesma forma, para toda negra que abortou quando não provem de causa conhecida.^{ciii}

Girod-Chantrans registrou em 1785 essas correntes e esses "colares de ferros franzidos de longos ramos que colocam nas negras que supostamente abortaram, dos quais elas não tiram nem de dia nem de noite, até que elas tenham dado uma criança para seu senhor.^{civ}" No sul de São Domingos, supõe-se "ter no pescoço uma pequena figura humana de madeira por volta de quinze centímetros. O primeiro e único exemplo desse gênero que me impressionou foi o de uma jovem negra de aproximadamente 18 anos que foi acusada de ter violado o seu ventre, o amor maternal, o mais imperioso de todos. Ela parecia verdadeiramente angustiada com esse castigo... Tive a felicidade de saber que desde esse episódio, que ela parece ter compreendido, teve seu aprendizado e cumpriu os deveres com uma espécie de triunfo^{cv}". Um memorial de 1788 afirma que o açoite e o colar de ferro são métodos dos senhores menos severos. "Os castigos mais assustadores são contra as mães cujas crianças morreram do mal de sete dias. A maioria delas infelizmente morreram queimadas, as outras faleciam em torturas mais lentas.^{cvi}"

Segundo esse mesmo memorial se entende que:

O medo de experimentar esse tratamento cruel obriga a maioria das negras a evitarem ser mães... Morrem frequentemente devido aos meios violentos que elas usam para abortar. Entre outros, esses abortos provocados acabam sempre com os princípios da saúde e particularmente a capacidade de reproduzir. Os homens revoltados com os maus tratos que suas infelizes companheiras experimentavam sem parar, seguiam todo o desespero e o seu desejo de se vingar que podia inspirar suas almas já depravadas pela escravidão: suicídios e os crimes frequentes cometidos com ajuda do veneno que é colocado indiferentemente contra os senhores, contra os escravos e contra os animais.

Mesmo se os senhores que recorriam aos meios mais violentos devessem ser muito raros, a verdade é que as mulheres portavam colares de ferro ou bonecas de madeira, assim nos engenhos Grandhomme e Croisoeuil^{cvii}, recebiam chicotadas quando a falta de higiene e comida acarretavam abortos e o tétano.

Cuidados, diminuição do trabalho na gravidez, gratificações em forma de dinheiro, chicotadas, correntes e colares de ferro, as mulheres se tornam o principal objeto de atenção dos seus senhores.

Essas políticas melhorariam a posição das mulheres?

Fritz Gracchus^{cviii}, que se apoia numa leitura precipitada se não tendenciosa de Debien, afirma que: "A maternidade e todos os empregos de assistência, de manutenção se tornam uma arma de poder na reprodução" (p.219); "Muitas escravas tinham um status privilegiado na plantação" (p. 224); "Elas eram alvo de um investimento de poder. Não que fossem detentoras de poder, mas ele passou por elas." (p.227). De fato, as mulheres, não seus companheiros, têm um papel mais singular nos discursos dos viajantes, administradores e sobretudo nas instruções dos colonos aos seus feitores. Mas é preciso situar essas mudanças das quais afetam o ponto de vista dos senhores quando o tratado pareça estar ameaçado a longo prazo. Mulheres grávidas e recém paridas recebem cuidados particulares, mas é porque os senhores agora pensam (pelo menos no nível do discurso) em conservar todos seus escravos, então melhor nutrir e medicá-los^{cix}. As gratificações das quais elas têm direito agora, os trabalhadores qualificados recebiam desde sempre. Certamente, uma profissão feminina, essa de parteira, tem uma escala nova e permite ter um pequeno pecúlio, mas não emprega muitas mulheres: só uma nos grandes engenhos. Os riscos que as mulheres encontram são específicos e elas não os controlam. Enquanto as francesas são conhecidas ainda por serem medicadas e nutridas em excesso, o que pode uma mulher escravizada? fazer para evitar o tétano do seu filho ou as dificuldades ligadas a gravidez? As mulheres acessam alguns privilégios dos escravos qualificados quando elas estão em sua

grande maioria na posição de simples "negras de enxada", mas em condições bem mais arriscadas do que seus companheiros.

A novidade: as melhoras atingem todas as mulheres na medida em que elas se tornam mães. Enquanto os homens adquirem uma certa hierarquia com o trabalho, as mulheres podem consegui-la através da maternidade. A maternidade como status social das mulheres se desenvolverá na Europa mesmo no século XIX com a legitimação de Rousseau citado por Moreau de Saint-Méry. A grande corrente que "cria o amor materno^{cx}" toca os fazendeiros que têm nela um novo interesse.

De outra forma, no século XVII os casamentos eram favorecidos para aumentar a população, porém os senhores que apoiavam essas novas ideias não exercitavam seriamente as uniões: é um objetivo citado, mas sem esse detalhe fantasioso que diz a respeito de todos os meios usados para favorecer o desejo da maternidade entre as escravas. O pai escravo é excluído da maior parte dos discursos, mas a mãe escrava tinha realmente mais peso?

Mães ou poedeiras?

Gratificadas ou chicoteadas, o papel da mãe depende da relação com o filho. Em 1764, segundo o governador da Martinica: "A criação animal dos filhos de escravos é ignorada pela maioria da população. As mães os levam nos ombros nos campos e os deixam todo o dia abandonados, no ardor do sol quente^{cxii}". As mulheres estão trabalhando e não podem se ocupar da comida e dos cuidados dos filhos. No lugar de dar mais tempo para cuidar dos seus filhos, os habitantes aconselham tirar esse serviço das escravas e popularizar a prática de deixar a guarda das crianças com uma escrava velha com quem "as mães deixam assim que são desamamentados. Essas crianças são entregues de manhã para suas guardiãs... De noite, (elas) são reconduzidos para suas mães, onde deseja-se que elas durmam, em uma boa esteira e não na terra, que é o que acontece com os filhos cujas mães são preguiçosas ou abandonadas pelos pais dos seus filhos^{cxiii}".

O pouco de vida familiar que sobra pros escravos é por vezes desejado. Foache tem sua opinião sobre isso: Se ao sair da infância, os privamos do pai e da mãe, ele fica menos envergonhado, mas logo assume todos os vícios. De um lado, seus pais os habitam a ficarem acordados, correr de noite e roubar; de outro: "a imagem da libertinagem prematura entre eles lhes dão ideias que não podem ser adiadas... Essa desvantagem pode ser remediada se continuarem vigiando seus

filhos até os 15 anos, deitar-se numa hora fixa e cuidar durante a noite, só deixar com os pais aos domingos e os ocupar nos outros dias, como se faz, com trabalhos leves para os que são suscetíveis desde os 7-8 anos^{cxiii}". Mesmas preocupações da educação dos escravos na Martinica; entre os bons senhores, "as mulheres são bem cuidadas quando elas dão bebês, seus filhos são recebidos com transporte e criados na casa dos seus senhores, onde eles aprendem cedo a reconhecer seu jugo, através da fidelidade aos trabalhos quando amadurecerem, pelos cuidados que tivemos com sua infância^{cxiv}". Criar crianças na casa do senhor é aliás próximo da ótica cristã do século XVII descrita por Dutertre.

Algumas consequências dessa situação foram analisadas por Dubuisson ^{cxv}:

A mãe do negro, pouco tempo depois que ele desmama, o entrega para seu senhor em sua casa onde ele será ensinado ou melhor, será confiado a uma velha guardiã que cuidará dele. Para ele, os seus pais são só seres separados dele, que só se aproximam para repreendê-lo. Parece enfim que não seja encontrada nenhuma circunstância onde ele procure o colo da mãe para se consolar e os braços do seu pai para se apoiar. Tudo que gira envolta as ideias do senhor comum: é do senhor que vem a comida e o castigo; então é o único objeto de esperança e medo. O jovem negro não espera quase nada dos seus pais: se eles são injustos com ele, existe um tribunal para pedir abrigo para protegê-lo contra a animosidade que é muito frequente para essa espécie onde mais se vê o esquecimento do seu sangue, dos muitos sucessores que a fez mãe, o que os tornam frequentemente muito indiferentes ao fruto de uma união passageira. Conhecemos o efeito dessas segundas núpcias, julgadas em 5%, entre os brancos. O jovem negro não espera nada mais de seus pais, nem mesmo sua herança; a pobreza não deixa nada.

Ele teria mais apego com sua madrinha porque "mil pequenos cuidados vêm dela... Ao aprender que devem respeitar suas madrinhas, se prestam facilmente em conceder um caráter divino e maravilhoso aos relacionamentos que fogem dos seus sentidos". Esse texto não parece coerente: Por que as madrinhas mostrariam mais ternura aos seus afilhados do que as próprias mães aos filhos? Por que os escravos só se aproximavam para repreendê-los se os filhos não têm medo deles?

Moreau de Saint Méry^{cxvi} (em uma obra publicada em 1796) reconhece o papel importante desempenhado pela mãe. "Não existem elogios suficientes para o sentimento que o amor materno coloca no coração das negras. Nunca as crianças, essas frágeis criaturas, não recebem cuidados mais assíduos e a escrava que acha tempo para banhar toda noite seus filhos e de vesti-los com roupas limpas é um ser respeitável." Ele dá igualmente como prova o costume de chamar o filho mais velho de "Meu Louis", pela mãe de um menino chamado Louis. Aliás, o advogado martinicano aponta que os pais tinham influência sobre os filhos. "Todos os negros têm muito respeito pelos mais velhos. Eles cultivam esse sentimento nos seus filhos desde muito

cedo e a avidez que colocam nos cuidados oficiais com os mais velhos, quando estão na idade de cuidar, mostra a abordagem bem-sucedida." Moreau de Saint-Méry, martinicano que fez carreira em São Domingos, não aborda a diferença entre as ilhas sobre esse assunto.

Então existiam duas táticas. A primeira consiste em aliviar a mãe escrava da carga de cuidar das crianças, sempre assegurando o seu bem-estar; ela não diminui o carinho mutual dos filhos e pais, como mostra bem a experiência das creches da época. Por outro lado, a segunda tática procura opor os valores da sociedade escravizada (fazer festas ou pensar que roubar o senhor não faz mal) aos do senhor, principalmente no relativo ao trabalho. Haveria então real expropriação de pais, mas a versão mais consumada, a de Foäche, não é mais do que um projeto e a realidade descrita é outra.

A frequência das separações influencia as relações que pais e filhos podem ter: caso sejam frequentes, podem tentar imunizá-los do sofrimento se apegando pouco. Além disso, os efeitos desse mesmo tipo produzem a alta mortalidade, inclusive na França da época. O escravo americano Frederick Douglass descreveu o efeito das separações muito cedo:

Minha mãe e eu fomos separados quando eu ainda mamava - antes que eu soubesse que ela era minha mãe. É um costume frequente nessa parte de Maryland da qual eu fugi, de separar os filhos da mãe desde cedo. Frequentemente, antes do bebê completar o segundo mês, é tirado da mãe e levado para um engenho de uma distância considerável; o bebê é então confiado aos cuidados de uma velha negra para trabalhar nos campos... Eu nunca conheci minha mãe, sabendo que ela esteve, mais de quatro ou cinco vezes na minha vida; cada um desses reencontros foi muito rápido e de noite. Ela viajava de noite para me ver, percorrendo toda a distância a pé depois de um dia de trabalho... Sempre existiu pouca comunicação entre nós.^{cxvii}

Nossas fontes de estudo sobre as separações são muito limitadas: os inventários dão a fotografia, mas não o movimento. Existem alguns raros registros, algumas divisões de herança. Em Guadalupe, uma de oito recordações assinalam a venda de dois de 37 escravos^{cxviii}. A mobilidade não é, então, muito grande. Do mesmo, em Bisday de 1763 a 1793, uma só compra é notada e parece uma única venda de um *marron*. Por enquanto, quatro compartilhamentos indicam separações^{cxix}. Além da sucessão Angot que distanciou duas mães dos seus filhos dos quais um menino tem quatro anos: em 1777 a Crioula Agnès foi separada do seu filho de treze anos, e em 1781 uma mulher de 26 anos dos seus dois filhos de 8 e 5 anos. No entanto, segundo Girod-Chantrans, o costume é que um filho não seja separado da mãe antes dos 7 anos, idade na qual ele não apresenta nenhum interesse para um proprietário^{cxx}. Em outros engenhos, a filiação das mulheres vai até as avós. Na Martinica, em Case Pilote, só engravidaram 7 meninas

das 65 mães entre 1760 e 1774 e sendo que todos os partos foram no mesmo engenho e pertenciam aos seis proprietários principais. "Mesmo tendo em conta a mortalidade, as possíveis mudanças de nome ao longo do tempo, a saída de vários senhores e a possibilidade que certas jovens meninas fossem treinadas para virarem domésticas de outras famílias, persiste a impressão de que muitos proprietários queriam deliberadamente renovar uma grande parte dos seus empregados, pelo menos o pessoal feminino.^{cxxi}" Então, as separações de famílias são frequentes em Case-Pilote e chegam em Guadalupe onde muitos filhos pequenos foram separados das suas mães, sem que possamos precisar com qual frequência isso ocorria. Portanto, não era um costume como em Maryland. Nesse caso, o papel da mãe de escravo é reduzido ao de reprodutora.

As mulheres começaram a existir nas estratégias dos senhores de escravos, elas ganham acesso a certos privilégios dos quais a grande maioria foi excluída enquanto alguns homens se beneficiaram. Mas, na mesma proporção variável de que nem todos os homens se tornam operários ou capatazes, nem todas as mulheres se tornam mães e isso nem sempre é uma escolha. Então, elas recebem penas humilhantes, angustiantes, dolorosas e às vezes mortais. Além disso, essa nova densidade de mulheres no discurso dos senhores é paralela a uma diminuição do papel afetivo delas enquanto mães e da responsabilidade de educar os filhos, enquanto a responsabilidade dos senhores aumenta mais. As separações podem ser raras, porém efetivas em Guadalupe e frequentes na Martinica, e diminuem ainda mais o papel das mães. A "promoção" de mulheres tal qual é descrita pelos senhores é então ambígua; é mais a promoção de mulheres tendo um trabalho particular: o de reprodutora de crianças, como mães.

Discurso e realidade

Essas políticas foram bem-sucedidas? A questão está longe de ser técnica. Ela engaja dois elementos: o entendimento da aplicação e a aceitação das mulheres escravas dessas novas estratégias. Elas concordavam em fazer bebês por alguns Luís⁷? Mas anteriormente elas realmente recusavam? Teriam sido maus tratos dos senhores contra seus escravos? Ou o gosto das escravas pela libertinagem e pela liberdade? (duas palavras não têm a mesma etimologia?)

Os senhores populacionistas

Em alguns engenhos conhecemos os resultados relativamente positivos das políticas populacionistas. No cafezal Séguineau em Fons-Baptiste, o feitor se felicita: "Desde a nossa feliz descoberta, nós não os perdemos mais. Também na nossa última viagem, a parteira recebia uma gratificação de quatro goudes⁸; é um dinheiro investido em grandes interesses^{cxxii}". No

entanto, teve onze nascimentos em 1778, todos seguidos de morte em 1790, três bebês nasceram dos quais dois morreram: o saldo se tornou positivo, mas o número de nascimentos foi justificado pelo senhor Tourtain: as crianças morriam menos de tétano porque as mães tinham medo de serem punidas. Durante dois anos o saldo é positivo, uma coisa rara em São Domingos. No engenho do Conde Pasquet de Lugé^{cxxiii}, os resultados são mais concretos, de 1725 a 1752, 28 escravos nasceram no engenho, de 1753 a 1788, foram 141 dos quais 37 nasceram nos últimos cinco anos. Os nascimentos aumentam, mas elas permanecem fracas: 23%, 36 de 111 mulheres de 17 a 60 anos, são mães e 53% não tem nenhum filho. No indigueiro Belin des Marais^{cxxiv}, um bônus é instituído em 4 de setembro de 1775: "para as escravas que parissem com felicidade e que mantivessem seus filhos". Em agosto de 1777, o feitor pode apreciar: "Muitos alimentos para negras parturientes que por meio dessa pequena ajuda que damos, conservam seus filhos". Mas qual é o verdadeiro motivo? A melhoria das condições sanitárias tinha igualmente um papel. De 1768 a 1775, acontecem 2,8 nascimentos por ano, depois a média passa a ser de 4,4 por ano. O objetivo dos proprietários é alcançado em 1790: 109 pessoas com menos de trinta anos nasceram no engenho. Nos melhores anos, a natalidade é de 42-43%, mas ela está na média de 20-25%, isso que não mostra se as escravas não praticavam contracepção e se o feitor registra bem todos os nascimentos. Elas são distribuídas entre 26-27 mães.

Apesar da satisfação dos feitores, o índice aparente de fecundidade é muito baixo nos engenhos: de 300 a 400^{cxxv}. Muitas mulheres não têm filhos e entre as mães a maioria têm um filho, às vezes dois. As mães de famílias grandes são muito raras. As mulheres não são transformadas em poadeiras pelas gratificações. Por outro lado, as recompensas atribuídas as parteiras e os conselhos adequados para as jovens parturientes podiam ter efeitos positivos. As cartas dos colonos e feitores falam pouco sobre o tétano ao longo dos últimos anos^{cxxvi}.

Por outro lado, em Guadalupe, onde não se sabe quais são as estratégias dos senhores, os índices aparentes de fecundidade parecem aumentar, sem sabermos se não é o efeito de uma menor mortalidade infantil. Assim, em 1759 os números estavam próximos dos de São Domingos: 259 a 416, quando a partir de 1774, são próximos dos da França: de 435 a 515. No entanto, as diferenças permanecem: os números do engenho Les palmistes são de 878 em 1783 enquanto os do engenho Roussel são de 259 em 1793.

A extensão das estratégias populacionistas em São Domingos e nas Ilhas Barlavento no fim do século XVIII.

Quantos colonos e feitores foram atingidos pelas novas ideias? A mais evidente, a da conservação dos escravos, não é tida em conta por todos os colonos^{cxxvii}. Assim, em São Domingos, o pessoal do engenho Cottineau é inteiramente renovado de 1760 a 1778. 129 escravos foram comprados durante esse período enquanto em 1775 não tinham mais que 150 escravos. Nas outras plantações com saldos naturais muito negativos: a mortalidade aparente é frequentemente muito alta e a natalidade aparente muito baixa, o que significa uma diminuição de escravos de 1 a 4,3% por ano. Os números de nascimentos e de mortes pedidos pelos administradores do conjunto de São Domingos em 1780, 1787 e 1788, confirmam essa impressão avassaladora^{cxxviii}. Certamente, natalidade e mortalidade parecem muito subestimadas, mas seu saldo é fortemente negativo: sem nenhuma entrada exterior, os escravos desapareceriam em cem anos. As estratégias populacionistas tinham São Domingos como alvo principal, mas os discursos não se tornaram realidade. A situação demográfica parece melhor nas pequenas Antilhas^{cxxix}. Certamente, os números mostrados pelos administradores apresentam variações que tornam impossível de utilizá-los individualmente, mas lembrando que em Guadalupe, em 1785-1786, as taxas aparentes de natalidade são próximas das da França, sobretudo seus excedentes e as perdas que se sucederam. Os segundos são mais importantes que os primeiros, mas estão longe da perda anual de 1% em São Domingos. Em Bisday, a expectativa de vida de 5 em 5 anos seria de 32,8 anos para os homens e 30,8 anos para as mulheres^{cxxx}, levemente inferior à dos escravos de Grenade em 1817-1818, 33,91^{cxxxi} anos, e muito inferior à dos franceses metropolitanos em 1770-1779, 46 anos para homens e 45,6 para as mulheres^{cxxxii}. Por outro lado, a taxa de natalidade é igual à da França: varia de 35 a 40%, segundo a taxa de correção adotada para a mortalidade infantil. Na Martinica, as taxas aparentes variam em volta de 25%, que parece pouco, com a mortalidade sendo levemente superior, menos em 1785. Nos cinco anos, a perda anual é de 0,15%, ou seja, um décimo da população de São Domingos.

Essas divergências se explicam pela importância do tratamento dado em São Domingos: os novos cativos morrem muito e as africanas são menos férteis que as Crioulas. De fato, ainda que elas fossem as que mais tinham filhos nas listas de 1783-1793, elas tinham geralmente só um filho. De outra forma, pode se pensar que os casais tinham mais dificuldade para se formar nos engenhos de São Domingos, cujo equilíbrio foi o tempo todo interrompido pela chegada de novos escravos onde geralmente não se tinha mais que duas mulheres por três homens, depois

passou a ser de três mulheres por quatro homens. Os casais têm sempre mais crianças que as mães solteiras no engenho, independente delas terem seus amantes no exterior do engenho ou relações casuais. A negação de assumir uma maternidade em tais condições: solidão, trabalho excessivo, sem perspectiva de futuro fazem parte disso sem dúvida. Esses fatores, aos quais se juntam a alta mortalidade infantil, fazem com que a grande proporção de mulheres sem crianças sobreviventes seja uma das características essenciais da demografia das Antilhas. Em Nippes, de 1721 a 1770, 53% das mulheres de mais de quinze anos não tinham bebês sobreviventes, 50% tinham uma criança sobrevivente e somente 4% tinham mais de quatro crianças sobreviventes. Em Guadalupe, 32% das mulheres não tinham bebês sobreviventes. Então, são poucas as mulheres preocupadas pelo novo interesse de certos senhores com as mães.

Os escritos dos colonos, armadores e viajantes insistem na necessidade da aplicação do motivo, "motivo de humanidade", mas a prática parece bem diferente. Certamente, nos engenhos que seguiam políticas populacionistas, os feitores se felicitam, mas os indícios de fecundidade pareciam bem fracos e inferiores aos de Nippes na primeira metade do século XVIII. As melhorias sanitárias contiveram o fenômeno da despopulação, mas não conseguiriam mudar essa tendência. Em Guadalupe, um restabelecimento está caminhando, no entanto, pode ser o efeito das medidas citadas por Léonard. Pelo contrário, em São Domingos pode ser constatado que as perdas humanas atingem 1% por ano: deixados para se reproduzirem sozinhos, os escravos desapareceriam em um século, enquanto na Martinica e em Guadalupe seriam necessários 1.000 anos para que esta supressão acontecesse. Quer dizer que, como é frequente, as crises de alarme e os sistemas de reforma foram contemporâneos de uma crise que não podia ser impedida porque eles não compreendiam sua racionalidade.

O interesse que se focaliza na população, tanto nas Antilhas como na França, toma caminhos bem diferentes. A própria natureza da escravidão evita que as propostas não tenham a mesma eficácia na França porque o senhor de escravos das Antilhas tinha meios mais abrangentes que qualquer reformador francês. Porém, longe de ser puramente repressiva, a ação dos senhores tem efeitos criativos. Ao contrário da França, o interesse populacionista se dá majoritariamente pelo abandono dos valores cristãos do casamento, até mesmo na Martinica e em Guadalupe, onde eles mais persistem. Mesmo que certos mestres continuam a punir as escravas que trocavam de parceiro, o papel do pai é agora negado ao benefício da mãe, ventre que precisava produzir. Isto se manifesta nesse desaparecimento do papel do pai delineado nas listas das atas notariais onde as crianças são registradas apenas com os nomes das mães para facilitar as separações, bem como na prática jurídica que considera o filho pertencente ao senhor da mãe,

o que não era de tanta importância já que frequentemente os relacionamentos reuniam escravos que pertenciam à mestres diferentes. Então, é difícil dizer em qual medida essas estratégias foram influenciadas pela negação dos escravos dos valores cristãos em nome das suas próprias formas de família. A mãe aparecia agora no discurso do senhor, do qual ela é tanto beneficiária como vítima. Nas Ilhas Barlavento, onde o interesse do senhor se basta na reprodução lenta, elas tinham mais filhos sobreviventes, mas nunca tinham muitos; um ou dois no geral e elas não se transformaram em poedeiras em um estábulo humano hipotético. A melhoria das condições sanitárias beneficiou as mulheres, mas as gratificações, além de fracas, não fazem delas de fato aliadas do privilégio do senhor.